
Anexo 23

Atualização Diagnóstico Socioeconômico da AII

5.4 Meio Socioeconômico

5.4.1 Aspectos Gerais

O presente texto consiste em uma atualização de dados secundários do diagnóstico do meio socioeconômico do AHE Tabajara.

A atualização de dados e informações, sobretudo referentes ao tema demográfico, foi tratada pelo IBAMA no Parecer Técnico nº 110/2020-COHID/CGTEF/DILIC, que mencionou o fato de o EIA/RIMA ter apresentado dados relativos ao Censo Demográfico de 2010, do IBGE, solicitando inclusões de projeções atualizadas.

O diagnóstico do Meio Socioeconômico apresentado nas seções a seguir foi elaborado com dados primários e secundários, contemplando aspectos relacionados ao histórico de ocupação e formação do município de Machadinho D'Oeste, à dinâmica demográfica, às atividades econômicas e produtivas na AII e na AID, com as devidas atualizações de dados secundários.

Dentre as fontes secundárias foram utilizados dados consolidados e publicados pelo IBGE, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério de Desenvolvimento Agrário, INCRA, dentre outras instituições. Foram também utilizadas informações obtidas na Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste e em outras instituições sediadas no município.

Para a caracterização da ADA foram desenvolvidos levantamentos de campo para coleta de dados primários, os quais possibilitaram a caracterização dos aspectos socioeconômicos das áreas afetadas pelo reservatório e por outras estruturas do AHE Tabajara.

O recorte geográfico da ADA considerou inicialmente como referência o reservatório na cota 80 metros, com informações levantadas nos locais afetados pelo eixo e áreas de apoio, em áreas a serem inundadas e pela implantação das áreas de preservação permanente. Nesse espaço encontram-se a Vila Tabajara e a comunidade Dois de Novembro, que foram contempladas integralmente na caracterização socioeconômica.

No contexto da atualização incorporada no texto, cabe ressaltar que a maioria das variáveis com detalhamentos referentes à população e aos domicílios ainda se refere ao Censo Demográfico de 2010, do IBGE. Foram incorporados dados de estimativas do próprio IBGE para avaliar o período intercensitário transcorrido desde então. Novas informações que permitam avaliar a evolução dos contingentes populacionais, domicílios e das suas condições de vida só serão possíveis com a realização do novo Censo Demográfico em 2020 (agora transferido para 2021, em função da pandemia do Covid-19).

Além disso, muitos dados e informações que são elaborados com base no Censo Demográfico, como o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), não poderão ser atualizados enquanto não for realizado o novo Censo Demográfico.

Muitos sítios do governo federal não apresentam informações mais recentes do que 2019, ou até de anos anteriores, na medida em que provavelmente são bases de dados que deixaram de ser atualizadas.

Em 2020, a página do Portal da Transparência não apresenta dados e investimentos nos Territórios da Cidadania, cujos dados disponíveis se limitam ao ano de 2017.

Complementarmente, não há nenhum estudo mais recente sobre fluxos migratórios do que “O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos”. In: IBGE: Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. - de 2011.

Por fim, bases de dados do Ministério da Saúde e da Secretaria do Tesouro Nacional (finanças municipais) tiveram mudanças; assim, dados que eram apresentados numa certa época passaram a não ser mais disponíveis posteriormente.

Atualização dos dados conforme solicitação do parecer Ibama

A AII foi atualizada, segundo dados encontrados em fontes oficiais, seguindo a ordem da itemização proposta no texto original.

Nos casos de dados demográficos, a fonte principal sempre é o IBGE, e foram utilizadas as estimativas populacionais para 2020, pois aquele órgão faz essas estimativas anualmente, por volta do mês de julho. Assim sendo, a Taxa Geométrica de Crescimento Anual – TGCA e as Figuras de ilustração dos dados correspondentes foram atualizadas, mas em referência apenas à população residente total municipal.

Para a o item que se relaciona a Equipamentos, Infraestrutura e Serviços Públicos como Habitação e Segurança Pública, a fonte em que esses serviços possuem alguns dados é a pesquisa que estabelece o Perfil dos Municípios Brasileiros, denominada MUNC, cujos dados apresentam uma variação quanto ao ano de referência da informação, porque a cada ano a pesquisa é feita para um tema. Por isso o tema habitação tem dados atualizados para 2017 enquanto para segurança pública o dado é de 2013.

As informações sobre fornecimento de energia elétrica nos domicílios dos municípios de Rondônia, a fonte foi a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN, na pesquisa denominada de Perfil dos Municípios de Rondônia. Anteriormente os dados coletados eram de 2011 e foram atualizados para 2016, último ano disponível.

Para os meios de Comunicação disponíveis nas localidades da AII, a fonte de pesquisa são os sítios eletrônicos das mídias existentes, como o sítio www.radios.com.br e www.guiademidia.com.br/rondonia, cujos dados foram atualizados para 2020.

O item de Saneamento Básico pode ser atualizado por meio do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. Foram coletadas informações sobre abastecimento de água e sobre manejo de resíduos sólidos, incluídas no texto por ser um dado mais recente, disponível para 2018.

No texto haviam sido incluídas obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, referentes ao andamento no ano de 2013. Nessa atualização, foi possível obter o andamento de obras em 30 de junho de 2018, cuja fonte foi o sítio eletrônico do Ministério do Planejamento – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com informações sobre obras previstas, em andamento e concluídas.

No que se refere ao tema Educação, a fonte de pesquisa foi o IBGE, Cidades, cujas informações no texto original eram de 2015, tendo sido atualizados para 2018. Verificou-se que houve um incremento na quantidade de unidades escolares dos municípios da AII.

O tema da Saúde seguiu a mesma fonte de dados usualmente consultada, pois é um sistema que é atualizado permanentemente, embora com diversificação do ano de referência da informação, que é o Ministério da Saúde. Para obtenção de dados sobre tipo de estabelecimentos de saúde municipais a fonte é o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, cujos dados se referiam ao ano de 2013 e foram atualizados para 2020. Alguns municípios tiveram aumento na quantidade de estabelecimentos, outros apresentaram certa diminuição. Porém, em relação à quantidade de leitos hospitalares por mil habitantes, houve diminuição no coeficiente, indicando que não houve implantação de novos leitos, enquanto a população cresceu. Os dados sobre profissionais de saúde alocados em cada município era de 2013, e foram atualizados para 2019, dado disponível no CNES. A situação desse indicador mostrou-se semelhante à dos estabelecimentos, em alguns municípios houve aumento na quantidade e em alguns diminuição.

Para coleta de dados sobre Mortalidade Geral e Infantil, a fonte é a Secretaria de Vigilância em Saúde-SVS do Ministério da Saúde, Diretoria de Apoio ao Sistema de Saúde-DASIS, Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC. Os dados existentes eram de 2009 a 2011 e foram atualizados para o período de 2010 a 2018, com atualização dos gráficos.

Foram incluídas informações sobre quantidade de internações hospitalares, segundo causa da morbidade, para o ano de 2019, cuja fonte e ainda o Ministério da Saúde, Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), e as Causas de Internações Hospitalares foram atualizadas para o ano de 2019. AS informações sobre Causas de Óbitos teve a mesma fonte de dados que eram de 2011 e foram atualizados para 2018.

A seguir foram atualizadas as informações sobre os Agravos de Notificação Compulsória: sendo que a dengue, tuberculose, meningite, leptospirose, acidentes por animais peçonhentos, cuja fonte é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, tinha dados coletados para o período de 2008 a 2012, no texto original e foram atualizados para o período de 2015 a 2019.

As informações sobre os agravos como malária, hepatites virais, leishmaniose tegumentar americana foram pesquisadas no Ministério da Saúde, por meio da Lista de municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária, com atualização de 03/01/2019. – Os dados anteriores eram do período de 2008 a 2015 e foram atualizados para o período de 2015 a 2018.

Também foram acrescentados dados sobre a pandemia do Corona vírus/Covid-19, cuja situação de infecção foi obtida na Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, Agência Estadual de Vigilância em Saúde, com dados de 1º de setembro de 2020.

O tema das Atividades Econômicas apresentava dados de 2000 e 2010, disponíveis na época, pela pesquisa do IBGE sobre Produto Interno Bruto dos Municípios. Para atualização desses dados, foi pesquisada a mesma fonte, obtendo-se dados para o ano de 2017, última referência disponível. O mesmo aconteceu com o Valor Adicionado, cuja informação vem da mesma base de dados, incluindo-se informações desse tema para 2017.

Quanto à estrutura produtiva, as informações se referiam a 2010 e foram acrescentados dados para o ano de 2018, cuja fonte de informação é MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com dados sobre estabelecimentos e empregos formais e massa salarial por grande setor.

Durante esse período entre a elaboração do EIA do AHE Tabajara e esta atualização houve a realização de um novo Censo Agropecuário pelo IBGE, em 2017, pois o último datava de 2006. Isto posto, foi possível acrescentar informações dessa coleta de dados quanto ao número de estabelecimentos agropecuários, sua tipologia, área ocupada, pessoas ocupadas, por condição de propriedade, por tipo de produção e tamanho da área, área colhida, efetivo de rebanhos.

O tema sobre Conflitos sociais no campo foi atualizado por meio de consulta ao sítio eletrônico da Comissão Pastoral da Terra que, anualmente, publica as situações de conflito no país.

Sobre as Finanças Públicas municipais, que datavam de 2010, também foram coletadas informações mais recentes, de 2017, com dados de Receitas e Despesas Municipais (valores correntes) nos municípios da AII, cuja fonte foi a Secretaria do Tesouro Nacional (STN – SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - FINBRA. Balanço Orçamentário Resumido.

No item da Dinâmica Sociopolítica e Institucional, o tema de Serviços públicos de assistência social estava com informações de 2012. Por meio da pesquisa MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros, realizada pelo IBGE foi possível atualizar esses dados para 2018. Quanto à Organização Social nos Municípios da AII, foram pesquisadas as instituições existentes nessas localidades no sítio eletrônico do IBGE. Cidades, sendo que os dados de 2010 foram atualizados para 2016.

Diante do tema de Potenciais conflitos sociais pelo uso da água, da terra e atividades minerais, as informações que eram de 2012, foram atualizadas para 2019, com notícias oriundas da Comissão Pastoral da Terra/RO. Para o tema Órgãos públicos, Legislação e Planejamento, foram consultados os sítios eletrônicos oficiais das municipalidades e atualizados para 2020, sendo que a Legislação e instrumentos de planejamento foram atualizados pela pesquisa MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros, IBGE, com dados de 2012 atualizados para 2018. A legislação estadual com o tema Leis de Meio Ambiente do Estado de Rondônia, foram atualizadas para 2020 por meio dos sítios eletrônicos do governo do estado de Rondônia.

Por fim, para o item Condições de Vida, foi possível atualizar o tema / Emprego e rendimento, introduzindo-se dados sobre pessoas com carteira assinada nos municípios da AII e em Rondônia, obtidos das Relações Anuais de Informação Social, sendo coletados para o período de 2015 a 2018. Quanto aos Programas Sociais de Renda, os dados eram de 2010 e foi possível coletar dados de 2020, por meio da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

É importante acrescentar que as atualizações que foram feitas para a grande maioria dos temas abordados nessa caracterização do Meio Socioeconômico da AII não interferem na situação geral já identificada neste Estudo de Impacto Ambiental. Embora tenha sido possível coletar informações bem mais recentes, a situação geral dos municípios não se mostrou diferente de anos atrás, em alguns casos mostrando certa estagnação e em outros redução de atendimento. Isto posto, pode-se afirmar que não alteram significativamente o diagnóstico apresentado, assim como a avaliação de impactos e programas elaborados para sua mitigação/compensação.

5.4.2

Área de Influência Indireta

Para a Área de Influência Indireta (AII), o diagnóstico do Meio Socioeconômico teve como objetivo estabelecer o perfil socioeconômico regional, com especial atenção para dados e indicadores que pudessem mostrar as principais características da população, as atividades econômicas e seu atendimento em serviços sociais, bem como alguns aspectos da sua evolução recente, buscando apresentar a dinâmica demográfica, social, econômica e de ocupação territorial da região, de modo a constituir a base necessária para a avaliação dos impactos ambientais na área.

Os municípios definidos como Área de Influência Indireta do Empreendimento são Ariquemes, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari. Quatro (Ariquemes, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari) desses cinco municípios pertencem à Microrregião Geográfica de Ariquemes e à Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Cujubim pertence à Microrregião Geográfica de Porto Velho e à Mesorregião Geográfica do Madeira-Guaporé. Na **Seção 3.8 (Volume I)** são apresentados os critérios de definição das áreas de estudo adotadas no presente EIA.

O IBGE, a partir de 2008, desenvolveu diversos estudos, com base no arcabouço conceitual-metodológico elaborado no Projeto Regiões de Influência das Cidades (REGIC), resultando na identificação e delimitação de regiões, no país, que foram denominadas como Regiões de Articulação Urbana que, por sua vez, estão definidas em 03 níveis, compondo uma hierarquia: regiões ampliadas de articulação urbana; regiões intermediárias de articulação urbana; e regiões imediatas de articulação urbana.

As regiões imediatas de articulação urbana representam a área em que a população realiza seus deslocamentos, no dia a dia.

As regiões intermediárias de articulação urbana apresentam ligações internas que mostram a oferta e procura de bens e serviços de alta complexidade. E as regiões ampliadas de articulação urbana são espaços mais amplos que abrangem um ou mais estados ou ainda, parte do território de outros estados.

Essas regiões são os espaços territoriais organizados a partir de um município-polo que exerce influência sobre essas áreas, com base nos relacionamentos econômicos e sociais aí desenvolvidos.

Com base nesses recortes geográficos, os municípios que compõem a AII do Empreendimento fazem parte da Região Geográfica Imediata de Ariquemes (Ariquemes, Cujubim e Rio Crespo) e da Região Geográfica Imediata de Jaru (Machadinho D'Oeste e Vale do Anari). Ariquemes é o município polo da Região Geográfica Imediata, os demais são municípios do entorno (de uma ou da outra Região Imediata).

Todos os 05 municípios fazem parte (juntamente com diversos outros) da Região Geográfica Intermediária de Porto Velho. A Região Geográfica Ampliada de Porto Velho abrange todo o território dos estados de Rondônia e do Acre e parte do sul do Estado do Amazonas.

O Governo Federal havia criado, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do então Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA) diversos “Territórios” pelo país, sendo 03 deles em Rondônia, desenvolvendo Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o *“‘Território’ não é visto como mais uma figura político – administrativa (ao lado da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal). Passa a ser visto muito mais como uma relação de processos específicos. Assim, o conceito adotado pela SDT para definir Território, é de ‘um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial’”*. (PTDRS Território 029, 2007).

Dos 03 Territórios de Rondônia, 02 abrangem os municípios da AII. O primeiro deles é o Território Central, formado por 12 municípios¹, um dos quais é o do Vale do Anari. O outro Território que abrange municípios da AII é o Território Vale do Juary, com 09 municípios², entre os quais Ariquemes, Cujubim, Machadinho D'Oeste e Rio Crespo.

O diagnóstico da AII quanto ao meio socioeconômico baseou-se, de modo geral, em levantamento e análise de dados secundários, com os quais foram construídos diversos indicadores obtidos nas bases de dados de instituições oficiais especializadas, disponíveis nos sites do IBGE, Ministério da Saúde/Datasus, Ministério da Educação e Cultura/INEP, Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), PNUD, entre as principais fontes.

Além disso, foi consultada bibliografia disponível sobre a Amazônia Legal e sobre Rondônia, e realizado o exame de informações cartográficas e territoriais, tendo sido consultadas também publicações do governo do estado de Rondônia.

¹ Os outros 11 municípios são Ji-Paraná, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Vale do Paraíso, Urupá, Mirante da Serra, Theobroma, Governador Jorge Teixeira, Nova União e Teixeirópolis.

² Os outros 05 municípios são Alto Paraíso, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro.

Origem dos municípios da AII

O município de Ariquemes é o mais antigo, entre os municípios da AII. Recebeu esse nome em homenagem a tribo indígena Arikemes habitantes originais dessa região que falavam o txapakura, dentro do grupo linguístico tupi.

Por volta de 1794, surgiu o núcleo que deu origem ao município de Ariquemes no Vale do Jamari, conhecido pela abundância de seus produtos nativos, entre estes o cacau e o látex da seringueira, região em que havia muito seringais.

A ocupação mais efetiva do Vale do Jamary ocorreu por volta de 1900, durante o primeiro ciclo da borracha, mas intensificou-se a partir de 1909, com a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, resultado de uma expedição chefiada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon em sua terceira viagem pela Amazônia.

Em 1915, essa região foi delimitada pela Resolução nº 735, de 06 de outubro, e denominada como 3º Distrito do município de Santo Antônio do Rio Madeira, constituindo um período de grande migração nordestina, passando os imigrantes a extrair os produtos naturais da região, especialmente o látex da borracha. Outro fluxo migratório de nordestinos ocorre na década de 1940, também relacionado à borracha, e na década de 1950 começa outro fluxo migratório visando o garimpo, com pessoas vindas de diversos pontos do país.

Em 1972 começaram os estudos realizados pelo INCRA em áreas desapropriadas, que resultaram nos projetos de assentamento "Burareiro" e "Marechal Dutra". A partir de 1975, esses projetos entram em fase de implantação. Inicia-se o crescimento populacional, envolvendo a ação conjunta do INCRA, do Governo do Território e da Prefeitura Municipal de Porto Velho na criação de um núcleo urbano planejado, com vistas à ocupação racional e planejada da área.

Em 1976 foi instalada a cidade planejada em localidade próxima a BR 364, dividida em setores: Institucional, Industrial, Comercial e Residencial. O município foi criado com a denominação de Ariquemes, em 1977, desmembrado do município de Porto Velho e com sede no antigo distrito de Ariquemes, sendo constituído de 4 distritos: Ariquemes, Jaru, Nova Vida e Tabajara.

Em 1988, o distrito de Tabajara foi extinto, sendo sua área incorporada ao novo município de Machadinho D'Oeste.

O município de Machadinho D'Oeste surgiu a partir do assentamento do INCRA PA Machadinho, de 1982, tendo um total de 2.934 famílias assentadas. Foi elevado à condição de distrito e município em 1988, desmembrado dos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná.

Rio Crespo, assim como Machadinho D'Oeste, Vale do Anari e Cujubim, são municípios criados a partir de projetos de colonização em Ariquemes e Machadinho D'Oeste.

Rio Crespo teve origem no NUAR - Núcleo Urbano de Apoio Rural Cafelândia, que fazia parte do Projeto de Colonização Marechal Deodoro/Incrá, tendo esse nome como homenagem ao rio Preto do Crespo. O município é um importante polo agrícola e pecuário. Foi desmembrado de Ariquemes em 1992.

O município de Vale do Anari teve sua origem na implantação do Projeto Fundiário Vale do Anari na década de 1980, em Machadinho D'Oeste, projeto que colonizou a maior parte da área rural do que viria a se tornar o município de Vale do Anari.

Em 1983 foi aberta a estrada ligando Jaru ao Projeto Fundiário Vale do Anari, iniciando-se a formação do povoado que ficou denominado de Setenta. O município se formou, desmembrando-se de Machadinho D'Oeste, em 1994.

A cidade de Cujubim teve origem num povoado que surgiu como Núcleo Urbano de Apoio Rural - NUAR do Projeto de Colonização Cujubim, em Rio Crespo. Recebeu o nome de Cujubim em homenagem a uma ave da fauna amazônica, muito comum nas selvas de Rondônia. O município de Cujubim foi formado com áreas desmembradas dos municípios de Rio Crespo e Jamari, em 1994.

5.4.2.1

Caracterização Demográfica

Para caracterizar a população da AII foram utilizadas variáveis demográficas que mostram o tamanho (número total de pessoas), a distribuição (número de pessoas na população por unidade geográfica e por situação urbana e rural do domicílio) e a estrutura da população (número de pessoas na população por sexo e por grupos de idade) residente na área de estudo.

A maioria das variáveis com detalhamentos referentes à população e aos domicílios ainda se refere ao Censo Demográfico de 2010, do IBGE, sendo utilizados dados de estimativas para avaliar o período intercensitário desde então. Novas informações que permitam avaliar a evolução dos contingentes populacionais, domicílios e das suas condições de vida só serão possíveis com a realização do novo Censo Demográfico em 2020 (agora transferido para 2021, em função da pandemia do Covid-19).

A AII do empreendimento contava com 150 mil habitantes em 2010 (**Tabela 5.4.2.1.a**), tendo tido um incremento populacional de 96.677 habitantes desde 1980, correspondendo a um crescimento relativo de 181,2% nesse período, em relação a 1980. Em 1980, apenas Ariquemes existia na área de estudo, ao qual veio somar-se Machadinho D'Oeste em 1988. Os outros três municípios foram criados entre 1992 (Rio Crespo) e 1994 (Cujubim e Vale do Anari). Assim, a partir de 2000, todos os municípios da AII já tinham sido desmembrados de outros municípios.

Tabela 5.4.2.1.a**População Total e Urbana - Área de Influência Indireta (AII) – 1980/2020**

Municípios	População Total					População Urbana			
	1980	1991	2000	2010	2020	1980	1991	2000	2010
Ariquemes	53.365	83.684	74.503	90.353	109.523	19.670	45.283	55.118	76.525
Cujubim	-	-	6.536	15.854	26.183	-	-	3.311	11.043
Machadinho D'Oeste	-	16.765	22.739	31.135	40.867	-	4.891	10.981	16.173
Rio Crespo	-	-	2.937	3.316	3.804	-	-	872	1.064
Vale do Anari	-	-	7.737	9.384	11.377	-	-	1.836	3.192
Total da AII	53.365	100.449	114.452	150.042	188.037	19.670	50.174	72.118	107.997
Rondônia	491.025	1.132.692	1.380.952	1.562.409	1.796.460	228.168	659.327	884.785	1.150.922

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Estimativas Populacionais 2020.

Ariquemes representava, em 2010, 60,2% da população total da AII, vindo a seguir Machadinho D'Oeste, com 20,8%, correspondendo os outros três municípios a 19% do total nesse ano.

Os dados de 2020 foram obtidos nas estimativas populacionais divulgadas anualmente pelo IBGE, conforme Lei N° 8443, de 16 de julho de 1992 (artigo 102).

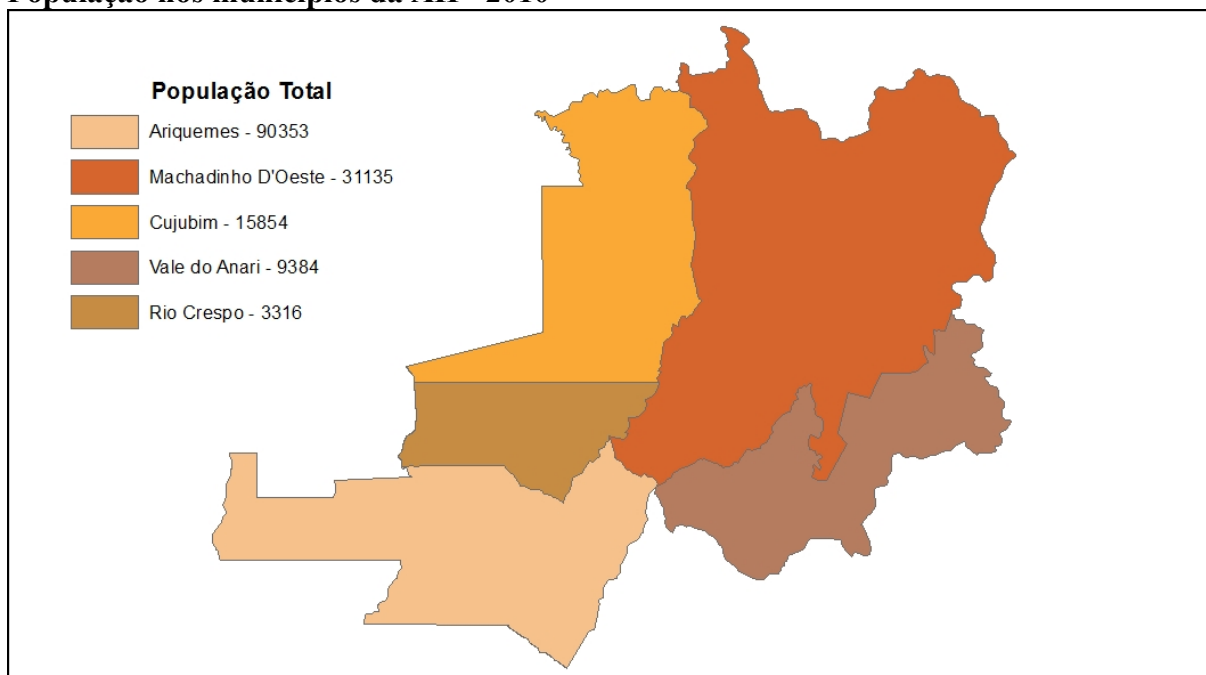
Desde 1991 o IBGE elabora e divulga, anualmente, estimativas de população (tendo como data de referência 1° de julho de cada ano), que são utilizadas, entre outras finalidades, para que se calcule as cotas do Fundo de Participação de Estados e Municípios.

Em 2020 estima-se que a população da AII atingiu 191,7 mil pessoas, estando a maior parte (57,12% do total da AII) em Ariquemes, vindo depois Machadinho D'Oeste (21,31%). Os outros três municípios representavam 21,57% do total da AII nesse ano, segundo essas estimativas.

Em 2000 a população da AII representava 8,3% do total estadual, crescendo sua participação em 2010 (9,6%) e em 2020 (10,7%).

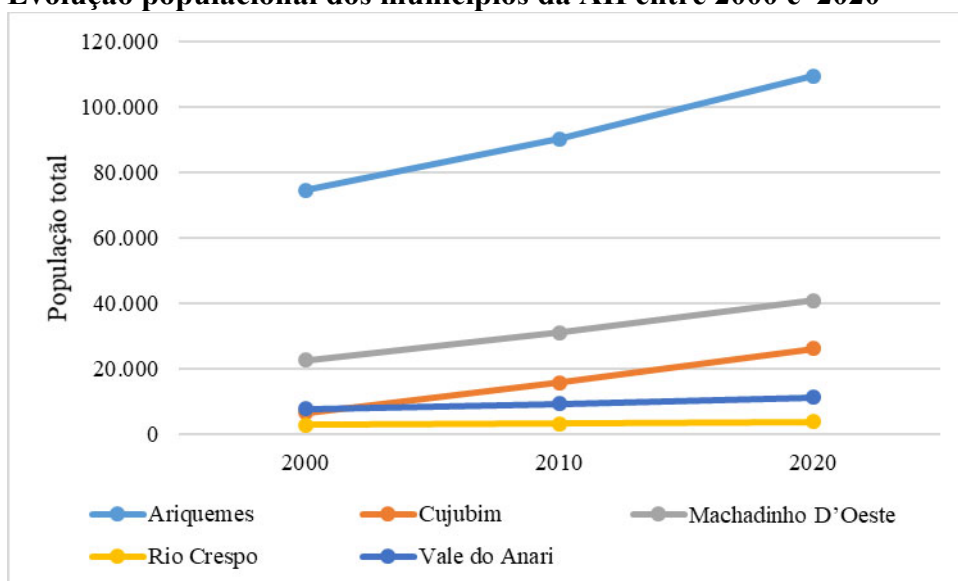
A **Figura 5.4.2.1.a** mostra a distribuição populacional nos municípios da AII em 2010 e a **Figura 5.4.2.1.b** mostra a evolução da população residente entre 2000 e 2020.

Figura 5.4.2.1.a
População nos municípios da AII - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Tabela 5.4.2.1.a.

Figura 5.4.2.1.b
Evolução populacional dos municípios da AII entre 2000 e 2020



Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Estimativas Populacionais 2020; Tabela 5.4.2.1.a.

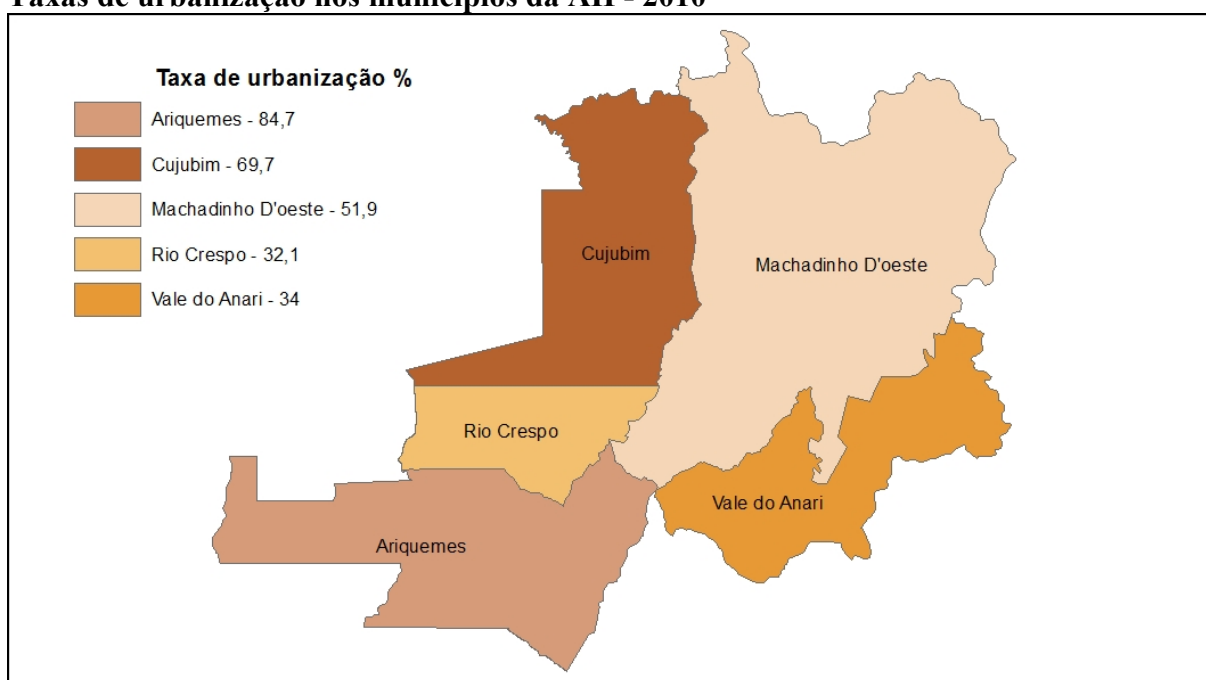
A população urbana cresceu 449% entre 1980 e 2010, com um incremento de 88.327 habitantes. A população rural da AII era de 33.695 pessoas em 1980, passando a 50.275 pessoas em 1991, tendo tido um decréscimo de 7.941 pessoas entre 1991 e 2000 e de 289 pessoas entre 2000 e 2010, o que aponta um crescimento mais expressivo da população em áreas definidas como urbanas no período.

Esse processo pode ser identificado também no exame da evolução das taxas de urbanização nesse período (**Tabela 5.4.2.1.b**). Em 1980, Ariquemes tinha apenas 37% da sua população em áreas urbanas. Em 1991, Ariquemes tinha 54% da sua população em áreas urbanas e Machadinho D'Oeste tinha 29%, enquanto o estado de Rondônia tinha 58%. Em 2000, Ariquemes tinha 74% da sua população em áreas urbanas, Cujubim tinha 51% e os demais municípios variavam entre 24% (Vale do Anari) e 48% (Machadinho D'Oeste). Mas, em 2010, Ariquemes tinha 85% de população urbana, Cujubim tinha 70% e os demais municípios eram ainda muito rurais, variando entre 32% (Rio Crespo) e 52% (Machadinho D'Oeste). Nesse ano o estado contava com 74% de população urbana.

A **Figura 5.4.2.1.c** mostra as taxas de urbanização nos municípios da AII em 2010.

Figura 5.4.2.1.c

Taxas de urbanização nos municípios da AII - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Tabela 5.4.2.1.b

Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento Anual - TGCA - Área de Influência Indireta (AII) – 1980/2010

Municípios	Taxa de Urbanização				TGCA			
	1980	1991	2000	2010	80/91	91/00	00/10	2010/20
Ariquemes	36,9	54,1	74,0	84,7	4,17	-1,28	1,95	2,16
Cujubim	-	-	50,7	69,7	-	-	9,27	5,73
Machadinho D'Oeste	-	29,2	48,3	51,9	-	3,44	3,19	2,76
Rio Crespo	-	-	29,7	32,1	-	-	1,22	1,54
Vale do Anari	-	-	23,7	34,0	-	-	1,95	2,16
Total da AII	36,9	49,9	63,0	72,0	5,92	1,46	2,74	2,76
Rondônia	46,5	58,2	64,1	73,7	7,89	2,23	1,24	1,56

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

A taxa de crescimento da AII foi de 5,92% ao ano entre 1980 e 1991, decrescendo para 1,46% ao ano entre 1991 e 2000 e crescendo novamente para 2,74% entre 2000 e 2010. A taxa de crescimento médio anual de Rondônia entre 1980 e 1991 foi também alta (7,89%), apresentando tendência de decréscimo nos dois períodos seguintes (2,23% ao ano e 1,24% ao ano), verificando-se então que a AII apresenta tendência de crescimento superior ao restante do estado.

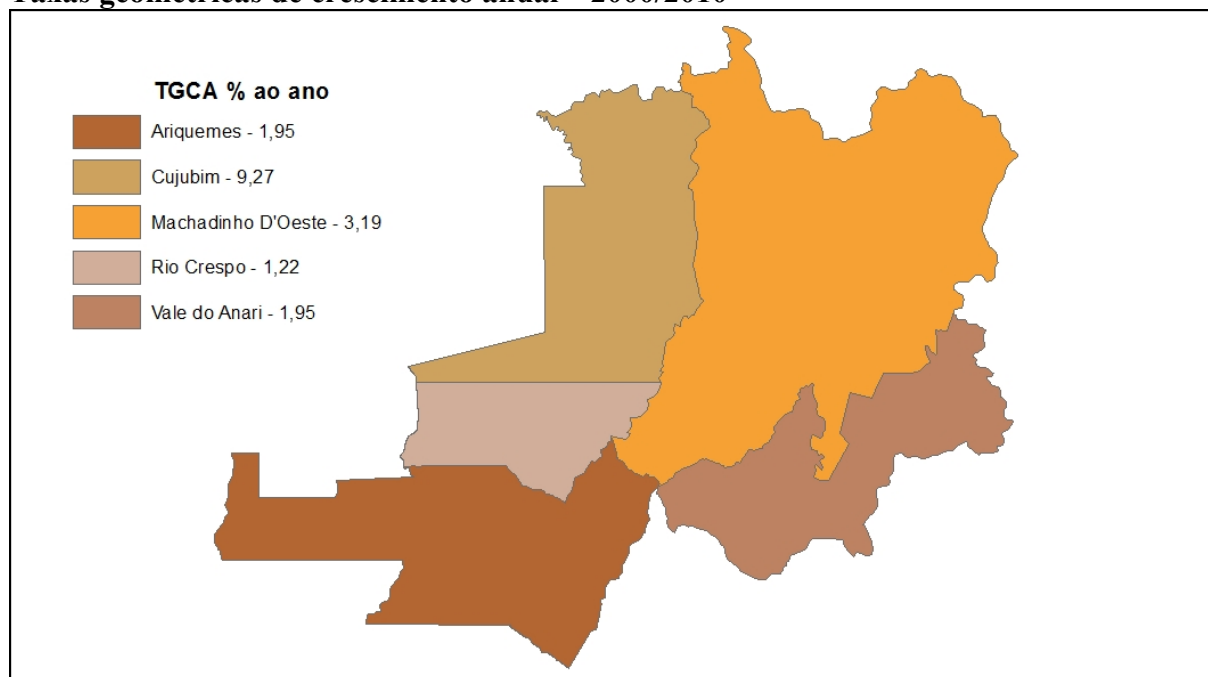
Com base nas estimativas do IBGE para 2020, pode-se observar um ritmo maior de crescimento populacional em Ariquemes (2,16% ao ano) entre 2010 e 2020, do que no período anterior, e também em Rio Crespo (1,54% ao ano) e em Vale do Anari (2,16% ao ano), mas redução das taxas de crescimento em Cujubim (5,73% ao ano) e um pouco também em Machadinho D'Oeste (3,07% ao ano). Ainda assim, a maior taxa estimada foi a de Cujubim, vindo depois Machadinho D'Oeste.

Dos cinco municípios da AII, apenas Rio Crespo (1,54% ao ano) apresentou nesse período taxa de crescimento ligeiramente menor do que a do estado (1,56% ao ano), tendo todos os demais taxas superiores, mostrando um dinamismo populacional mais intenso nessa área do que no estado como um todo.

A **Figura 5.4.2.1.d** mostra as taxas de crescimento médio anual (TGCA) nos municípios da AII entre 2000 e 2010.

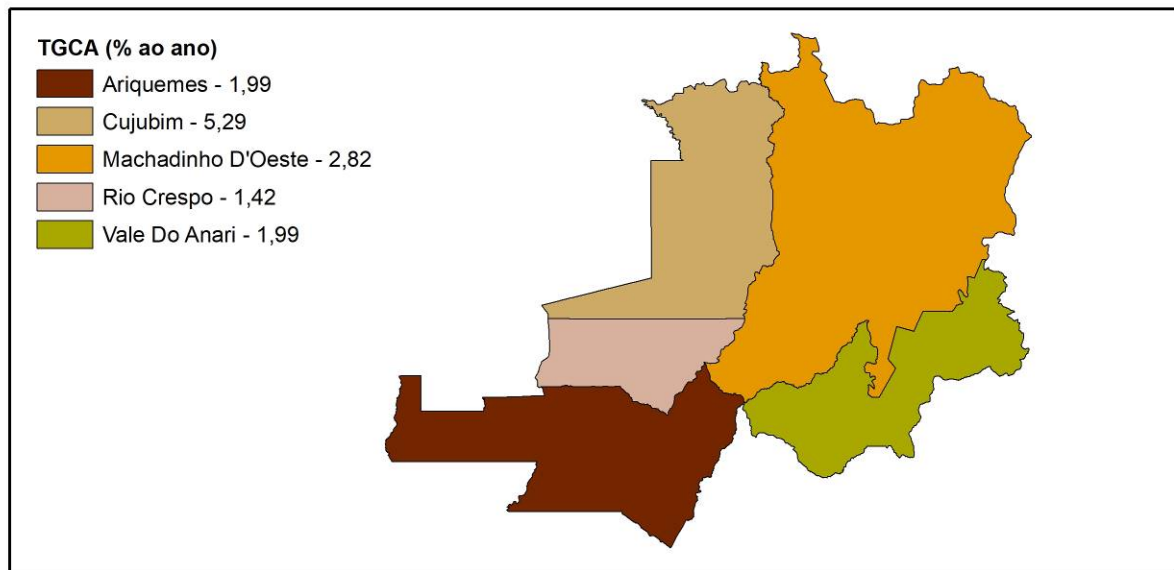
Entre 2000 e 2010, os destaques foram Cujubim, que cresceu a uma taxa de 9,27% ao ano, e Machadinho D'Oeste, que cresceu a uma taxa de 3,19% ao ano. Nesse período, a taxa de crescimento médio anual do país foi de 1,17% ao ano, bastante inferior à da área de estudo.

Figura 5.4.2.1.d
Taxas geométricas de crescimento anual – 2000/2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos.

Figura 5.4.2.1.e
Taxas geométricas de crescimento anual – 2010/ 2020



Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Estimativas Populacionais 2019; Tabela 5.4.2.1.b.

A distribuição da população residente por faixas etárias e por sexo mostra características importantes da estrutura demográfica de uma dada localidade, na medida em que permite observar o estágio em que os municípios se encontram no processo de transição demográfica e a predominância de homens ou mulheres, o que geralmente permite formular algumas hipóteses sobre características da distribuição populacional no Estado em função da divisão social do trabalho. Tal processo iniciou-se no país já a partir da década de 1960 e foi se intensificando nas décadas seguintes.

O primeiro estágio da transição demográfica (JANNUZZI, 2001) pode ser caracterizado pela presença de altas taxas de natalidade, com o predomínio de população muito jovem (crianças e adolescentes) e baixas taxas de urbanização. Localidades com a transição demográfica já iniciada mostrariam uma redução das taxas de natalidade, com intensificação do processo de urbanização, mas predominando ainda a população jovem.

O estágio da transição plena mostraria uma desaceleração acentuada da taxa de natalidade, o aumento da população em idade ativa e alta urbanização. E, finalmente, o estágio da transição completada se caracterizaria por taxas de natalidade muito baixas e pelo crescimento do grupo dos idosos, caracterizando-se as localidades por maiores contingentes de população mais velha e elevado grau de urbanização.

Um indicador que expressa aspectos sintéticos da estrutura etária é a Razão de Dependência (ou Carga de Dependência). A relação entre os grupos de pessoas, em tese, dependentes e a população, em tese, em idade produtiva, que é expressa pela Razão de Dependência (ou Carga de Dependência), permite observar a predominância de um ou outro grupo etário nas unidades territoriais analisadas, podendo assinalar também, de forma indireta, a presença de centros urbanos com maior atratividade econômica ou social. Esse indicador é expresso pela relação entre a população considerada economicamente dependente (faixas de 0 a 14 anos e de 65 anos e mais) e a população potencialmente ativa (de 15 a 64 anos de idade), por cem habitantes.

A **Tabela 5.4.2.1.c** mostra a distribuição populacional por essas três faixas etárias em 2000 e 2010 e a evolução da Carga de Dependência nesse período.

Em 2000, a participação do grupo de crianças e adolescentes variava, entre os municípios da AII, entre 33,2% (Rio Crespo) e 37,5% (Vila Anari). Na AII como um todo, esse grupo etário representava 34,5% da população total.

A participação dos idosos era muito baixa, e variava de 2,0% (Cujubim) a 4,1% (Rio Crespo), ficando a participação desse grupo em 3,3% na AII. A participação do grupo em idade potencialmente ativa (entre 15 e 64 anos) variava entre 60,0% (Vale do Anari) a 62,8% (Rio Crespo).

Tabela 5.4.2.1.c
Evolução da estrutura etária – 2000 e 2010

Faixas etárias	Rondônia	Ariquemes	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Cujubim	Vale do Anari	Total AII
2000							
0 a 14 anos	475.757	25.724	8.173	974	2.432	2.898	40.201
15 a 64 anos	858.482	46.601	13.987	1.844	3.974	4.643	71.049
65 anos e mais	45.548	2.178	579	119	130	196	3.202
total	1.379.787	74.503	22.739	2.937	6.536	7.737	114.452
Pop em depend.	521.305	27.902	8.752	1.093	2.562	3.094	43.403
Razão de dependência	60,7	59,9	62,6	59,3	64,5	66,6	61,1
2010							
0 a 14 anos	424.320	24.812	9.405	938	5.124	2.755	43.034
15 a 64 anos	1.064.573	61.598	20.416	2.167	10.290	6.127	100.598
65 anos e mais	73.516	3.943	1.314	211	440	502	6.410
Total	1.562.409	90.353	31.135	3.316	15.854	9.384	150.042
Pop em depend.	497.836	28.755	10.719	1.149	5.564	3.257	49.444
Razão de dependência	46,8	46,7	52,5	53,0	54,1	53,2	49,2

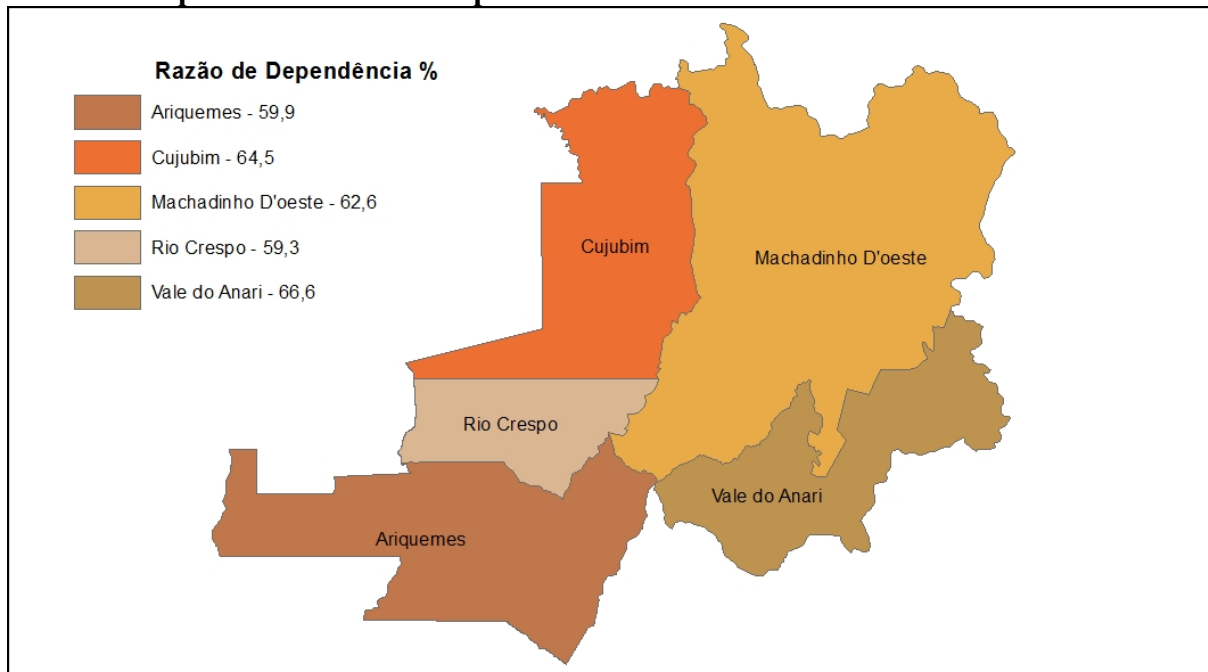
Fonte: IBGE. Censos Demográficos.

Em 2010, pode-se observar uma redução das crianças e adolescentes, cuja participação variava entre 27,5% do total (Ariquemes) e 32,3% (Cujubim), e a dos idosos variava entre 2,8% (Cujubim) e 6,4% (Rio Crespo). Observou-se também um expressivo crescimento da população potencialmente ativa nesse ano, em relação a 2000, variando de 64,9% (Cujubim) a 68,2% (Ariquemes).

Quanto à Razão de Dependência, como se pode verificar nessa tabela, houve uma redução entre 2000 e 2010, o que representa maior número de pessoas potencialmente ativas e redução, principalmente, do grupo de crianças e adolescentes, com um aumento ainda relativamente pequeno do grupo de 65 anos e mais. As **Figuras 5.4.2.1.f** e **5.4.2.1.g** mostram a evolução da Razão de Dependência nos municípios da AII entre 2000 e 2010.

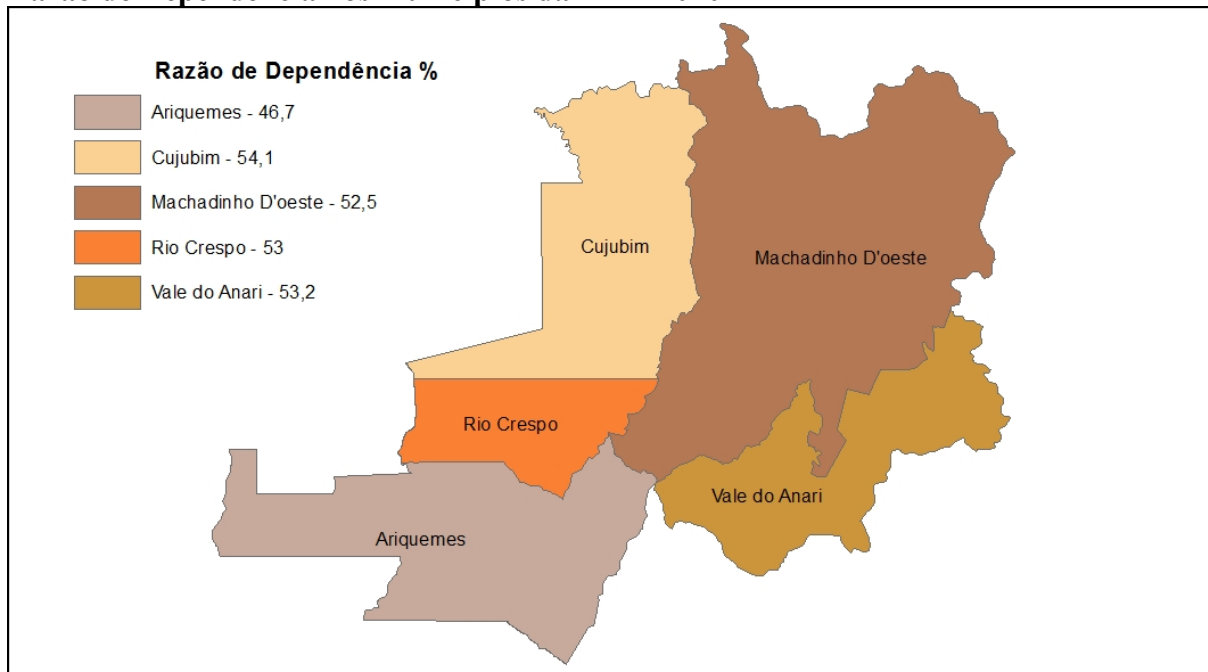
Em 2000, a Razão de Dependência variou, entre os municípios da AII, entre 59,3 pessoas potencialmente dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas (Rio Crespo, município com a menor participação relativa do grupo de crianças e adolescentes nesse ano) e 66,6 potencialmente dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas (Vale do Anari, município com a maior participação relativa do grupo de crianças e adolescentes). A Razão de Dependência da AII foi de 61,1 pessoas potencialmente dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas, e a de Rondônia foi de 60,7 pessoas potencialmente dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas nesse ano.

Figura 5.4.2.1.f
Razão de Dependência nos municípios da AII – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Figura 5.4.2.1.g
Razão de Dependência nos municípios da AII – 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Em 2010, pode-se observar que a Razão de Dependência apresentou valores bem inferiores aos de 2000. Houve uma variação, entre os municípios da AII, entre 46,7 pessoas potencialmente dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas (Ariquemes) e 54,1 pessoas

potencialmente dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas (Cujubim), tendo a AII um valor médio de 49,2 pessoas potencialmente dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas e Rondônia, de 46,8 pessoas potencialmente dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas.

A redução do percentual de dependentes jovens vem ocorrendo em escala nacional, devido à redução das taxas de fecundidade e natalidade. Em certa medida, isto pode representar uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social, uma vez que a pressão demográfica sobre os serviços públicos de saúde e, principalmente, educação vem diminuindo, o que libera recursos para investimentos na sua melhoria.

Outro indicador que caracteriza o perfil demográfico da população analisada é a Razão de Sexos, que mostra a predominância de homens ou mulheres em cada unidade territorial analisada (**Tabela 5.4.2.1.d**).

Tabela 5.4.2.1.d
Razão de Sexo - Área de Influência Indireta (AII) – 2010

Municípios	Homens	Mulheres	Razão de Sexo
Ariquemes	39.124	39.450	0,99
Cujubim	10.344	9.530	1,09
Machadinho D'Oeste	25.170	25.478	0,99
Rio Crespo	6.049	5.829	1,04
Vale do Anari	6.731	6.243	1,08
Total da AII	87.418	86.530	1,01
Rondônia	795.157	767.252	1,04

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Na maioria dos municípios predominava a população masculina em 2010, perfil comum em áreas de fronteira agrícola ou com predomínio dessas atividades, destacando-se o município de Vale do Anari, como o de maior participação masculina. Apenas em Ariquemes e Machadinho D'Oeste predominava a presença feminina, mesmo assim com pouca diferença. O predomínio da população feminina ocorre geralmente em municípios com maior predomínio de atividades urbanas, principalmente terciárias, ou com economias mais diversificadas. Observe-se que Rondônia, como região de fronteira agrícola, apresenta também o mesmo perfil, com predomínio masculino, apesar de Porto Velho apresentar maior predominância de mulheres.

Fluxos migratórios em Rondônia

Os dados e informações aqui apresentados foram levantados a partir de uma publicação do IBGE (2011)³, avaliando as principais correntes migratórias no país, sua direção e intensidade, e também cotejando a análise de dados de períodos anteriores com os dados publicados do Censo Demográfico de 2010, apontando, então, áreas com acentuada evasão populacional e outras com atração populacional. Como o estudo apresenta uma síntese dos grandes movimentos populacionais no país, foi possível mostrar um quadro geral de migração das grandes regiões, destacando-se a Região Norte e Rondônia.

³ O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: IBGE: Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. 2011.

O estudo do IBGE baseou-se nos dados sobre migração do Censo Demográfico 2000 e nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD realizada em 2004 e 2009. A análise pautou-se em fluxos observados no quinquênio 1995/2000, analisando a tendência nos dois quinquênios 1999/2004 e 2004/2009 para identificar correntes migratórias mais evidentes e sua tendência ao longo do tempo.

Conforme aponta o IBGE (2011), fazendo uma breve contextualização dos deslocamentos de população no Brasil, é possível afirmar que nos anos 1960-1980 houve um período intenso marcado por grandes volumes de migrantes que se deslocavam do campo para a cidade, com destaque específico para a região Nordeste, que se caracterizava como área de expulsão ou emigração, tendo os estados de São Paulo e Rio de Janeiro como áreas de atração ou forte imigração. No entanto, esses deslocamentos começaram a perder importância a partir dos anos 1980 quando se delinearão novos fluxos migratórios, como, por exemplo, as migrações de curta distância e aquelas direcionadas às cidades médias. A partir de 1990, o comportamento dos fluxos passou por uma transformação, com reversões nos saldos migratórios das Unidades da Federação, quando então as migrações do Nordeste para o Sudeste se reduziram.

O Censo de 2000 apontou novos espaços de redistribuição populacional e mostrou que deslocamentos entre as regiões brasileiras envolviam, à época, em torno de 3,3 milhões de pessoas. Entre estas, considerando-se entradas e saídas, destacou-se a Região Nordeste como a de maior perda absoluta (760 mil pessoas), tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda.

A Região Norte apresentou saldo positivo nas trocas com as outras regiões, com um saldo líquido migratório de 62.685 pessoas, sendo o maior contingente de imigrantes oriundo do Nordeste. A migração de retorno representava 19% do total de imigrantes no período 1995/2000.

Para caracterizar a capacidade de atração ou expulsão das Unidades da Federação o estudo utiliza o Índice de Eficácia Migratória (relação entre o saldo migratório e o volume total de migrantes, em que são somados os imigrantes e os emigrantes), um indicador que permite a comparação entre os estados, caracterizando a intensidade de fluxo, independente do volume absoluto de imigração e da emigração.

Na Região Norte é o Estado do Pará que contou com os maiores contingentes de imigrantes e emigrantes da região, embora seja um estado de baixa evasão populacional. Os emigrantes do Pará dirigiram-se principalmente aos estados do Amazonas, Amapá e Maranhão. Roraima, Amapá e Amazonas caracterizaram-se como áreas de atração populacional, principalmente Roraima, que foi considerado área de forte absorção. O Amapá caracterizou-se como de média absorção migratória e o Amazonas, como de baixa absorção migratória.

Os outros estados da região, entre estes, Rondônia, classificaram-se como áreas de rotatividade migratória, ou seja, áreas em que a entrada e saída de migrantes é relativamente semelhante. Rondônia apresentou um saldo líquido migratório de 10.590 pessoas, representando 16,9% do saldo líquido migratório da região Norte em 2000, com 6.338 pessoas que retornaram ao estado (7,61% do total de imigrantes, que foi de 83.325 pessoas).

Analisando-se a mudança da intensidade dos fluxos e de sua direção, segundo IBGE (2011), foi observado, quanto aos deslocamentos inter-regionais, que as principais correntes migratórias

verificadas no passado vêm perdendo intensidade e que, ao mesmo tempo, vem ocorrendo um movimento de retorno às regiões de origem. No quinquênio 1999/2004 as trocas envolveram 2,8 milhões de pessoas e no quinquênio seguinte, 2 milhões de pessoas.

O quadro de trocas entre as regiões brasileiras mostra que o fluxo mais expressivo ainda continua sendo o dos deslocamentos entre as regiões Nordeste e Sudeste, embora as migrações Norte-Sul e Nordeste-Norte ainda se mantenham significativas.

O saldo líquido migratório da região Norte em 2004 foi de 63.741 pessoas e em 2009, de menos 35.159 pessoas (mais pessoas saíram do que entraram, na região Norte).

Com base no Índice de Eficácia Migratória (2004-2009) nas trocas interestaduais foram observadas mudanças no comportamento migratório de alguns estados em relação ao que ocorria na década de 2000.

Na região Norte, o Amazonas passou de área de rotatividade para baixa absorção migratória no quinquênio 2004/2009, período em que mais de 40% dos seus imigrantes eram oriundos do Pará. Roraima, em 2000, era o único que apresentava um indicador de forte absorção migratória: em 2004 passou a média absorção e em 2009, a área de rotatividade migratória. O Pará deixou de ser área de baixa atração, passando a ser de baixa evasão populacional, tendo o Maranhão como seu principal destino.

Rondônia permaneceu em 2004 e em 2009 como área de rotatividade migratória. Em 2004, teve como saldo líquido migratório menos 6.193 pessoas, e, em 2009, 2.043 pessoas.

O estudo do IBGE (2011) mostra ainda que os primeiros resultados divulgados do Censo Demográfico 2010 apontavam que cidades com menos de 500 mil habitantes são as que mais crescem no País, um fenômeno que vem ocorrendo nas últimas três décadas.

O País apresenta alguns eixos de crescimento espalhados pelas diversas regiões, revelando uma configuração que surge a partir de atividades econômicas complexas (atividades agrícolas articuladas com atividades industriais diversificadas, que contam com infraestrutura sofisticada para produção, armazenagem, distribuição e circulação de produtos e serviços). De um modo geral, esses polos de crescimento seriam compostos por aglomerações urbanas e centros urbanos isolados, áreas de agricultura moderna e de expansão agrícola, além de áreas de exploração mineral.

Essa tendência pode ser observada na AII do Empreendimento, em que cidades como Cujubim, de 6.536 habitantes em 2000, passou a ter 15.854 habitantes em 2010, com uma taxa de crescimento médio anual de 9,3%, e Machadinho D'Oeste, com 22.739 habitantes em 2000 passou a ter 31.135 habitantes em 2010, com uma taxa de crescimento de 3,2% ao ano no período.

A intensidade de fluxo migratório para os municípios da AII e estado pode ser observada na **Tabela 5.4.2.1.e**, que mostra a população total residente de 05 anos ou mais em cada unidade territorial em 2010, as pessoas que não residiam ali em 2005 e o seu percentual, em relação ao total da população da mesma faixa etária.

Como se pode observar, em 2010, Cujubim (com 40,7%), Vale do Anari (21,0%) e Rio Crespo (19,7%) tinham grande parte da sua população, com chegada relativamente recente ao município, o que indica que o processo de migração ainda estava se desenvolvendo. Ariquemes (com 11,7%) e Machadinho D'Oeste (14,0%), assim como o estado (13,6%), apresentavam uma participação menor da população de 2010 que não residia no município em 2005.

Tabela 5.4.2.1.e

População de 05 anos ou mais e residentes nos municípios, AII e estado de Rondônia - 2010

Unidades territoriais	Pop total de 05 anos ou mais em 2010	Não residentes em 2005	Participação (%)
Ariquemes - RO	83.083	9.757	11,7
Machadinho D'Oeste - RO	28.255	3.946	14,0
Rio Crespo - RO	3.042	600	19,7
Cujubim - RO	14.287	5.811	40,7
Vale do Anari - RO	8.589	1.800	21,0
AII	137.256	21.914	16,0
Rondônia	1.434.481	195.773	13,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Em 2010, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade variava entre 7,9% em Ariquemes e 15,1% em Vale do Anari, sendo na maioria dos municípios, superior à do estado de Rondônia, de 8,7%.

Nos municípios da AII, a maior parte da população tinha escolaridade até o ensino fundamental incompleto (60,8%), sendo de 15,9% a porção de pessoas que tinham ensino fundamental completo e médio incompleto. Havia ainda 18,0% com ensino médio completo e superior incompleto e 4,4% com ensino superior completo.

No Estado de Rondônia, também a maior parte da população tinha escolaridade até o ensino fundamental incompleto (56,9%). As pessoas que tinham ensino fundamental completo e médio incompleto eram 16,7% do total, com ensino médio completo e superior incompleto eram 20,0% e com ensino superior completo eram 5,7%.

Os maiores contingentes de homens com rendimento em todas as unidades territoriais estavam na faixa de mais de 01 a 03 salários mínimos. Nas faixas superiores a mais de 03 salários mínimos havia apenas 11,6% do total dos homens na AII e 13,8% em Rondônia. O grupo de homens sem rendimentos superava os totais de qualquer faixa de renda em Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari, mas no caso das mulheres, o grupo sem rendimentos superava todos os outros grupos em todas as unidades territoriais.

Os maiores contingentes de mulheres com rendimentos estavam principalmente na faixa de mais de meio a um salário mínimo. Na faixa de mais de um a três salários mínimos o maior contingente estava apenas no total estadual, mostrando que a região formada pela AII tinha rendimentos mais baixos do que em Rondônia. E, em Machadinho D'Oeste e Vale do Anari, o maior contingente estava numa faixa ainda mais baixa, a com rendimentos até meio salário mínimo. Nas faixas superiores a mais de 03 salários mínimos havia apenas 5,9% do total das mulheres na AII e 7,0% em Rondônia.

O valor do rendimento nominal médio mensal dos homens de 10 anos ou mais no estado de Rondônia, em 2010, era de R\$ 1.389,17, sendo 51,3% superior ao das mulheres, que era de R\$ 918,50. A diferença entre os rendimentos de homens e mulheres em quase todos os municípios variava entre 31,6%, em Ariquemes, e 39,9% em Vale do Anari. Apenas em Cujubim os rendimentos dos homens eram superiores aos das mulheres em 51,8%.

5.4.2.2

Equipamentos, Infraestrutura e Serviços Públicos

Habitação

Os dados a seguir foram levantados com o intuito de caracterizar as condições gerais de habitação de cada município. A pesquisa foi feita através do MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2017, dados de 2015 e 2016). Os programas e as ações habitacionais de cada prefeitura também são apresentados.


A **Tabela 5.4.2.2.a** demonstra que Ariquemes e Machadinho D'Oeste são os municípios que possuíam, entre 2015 e 2016, um Plano Municipal de Habitação e Conselho Municipal de Habitação, tendo apenas Ariquemes um Fundo Municipal de Habitação.

Os dois Conselhos Municipais de Habitação tinham maior participação governamental, na época, sendo que o Conselho de Ariquemes tinha um caráter Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador, ao passo que o de Machadinho D'oeste possuía um caráter deliberativo.

Tabela 5.4.2.2.a

Condições Gerais de Habitação - 2017	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari
Possui plano municipal de habitação	Sim	Não	Sim	Não	Não
Possui Conselho Municipal de Habitação	Sim	Não	Sim	Não	Não
Tem fundo municipal de habitação	Sim	Não	Não	Não	Não
Prefeitura possui cadastro/levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Ações: construção de unidades	Sim	Não	Sim	-	Não
Aquisição de unidades habitacionais	Sim	Não	Não	-	Não
Melhoria de unidades habitacionais	Não	Não	Não	-	Não
Ações: oferta de material de construção	Não	Não	Não	-	Não
Ações: oferta de lotes	Não	Sim	Não	-	Não
Regularização fundiária	Não	Sim	Não	-	Sim
Urbanização de assentamentos	Não	Não	Não	-	Não
Nenhum dos programas ou ações	-	-	-	Sim	-
A prefeitura tem algum programa que conceda o benefício do aluguel social	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE. MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros.

 Não possui este indicador.

Quase todas as prefeituras afirmavam ter um cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, a exceção sendo Cujubim.

Os municípios de Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari tinham, no cadastro, a identificação da natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias, mas Ariquemes e Cujubim, não.

Na pesquisa foi apontado que quase todos os municípios (com exceção de Vale do Anari, que não tem informações a respeito) tinham loteamentos irregulares e/ou clandestinos; favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados estavam presentes em Cujubim e Machadinho D'Oeste; e Ariquemes e Cujubim tinham ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia.

Quanto aos programas e ações habitacionais de cada prefeitura municipal, entre 2015 e 2016, observa-se que a prefeitura de Ariquemes e a de Machadinho D'Oeste eram as únicas a construir novas unidades habitacionais, e que Ariquemes tinha um programa de aquisição de unidades habitacionais. A oferta de lotes estava presente em Cujubim e a regularização fundiária, em Cujubim e Vale do Anari. Apenas a prefeitura de Ariquemes tinha um programa de concessão do benefício do aluguel social.

Programas ou ações de gerenciamento de riscos de deslizamentos e recuperação ambiental de caráter preventivo são essenciais para um município. Contudo, apenas Ariquemes e Machadinho D'Oeste informaram que possuíam essas ações em 2011. Ariquemes possuía drenagem urbana, recuperação de várzeas, redes e galerias de águas pluviais, obras de contenção, proteção, drenagem superficial ou profunda, e remoção de moradias. Machadinho D'Oeste possuía drenagem urbana, redes e galerias de águas pluviais.

A base de dados do MUNIC 2017 não apresenta estas informações.

Segurança Pública

Em relação à segurança pública de cada município da AII, informações foram levantadas através do MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2014, com dados de 2013), apresentando as condições gerais da estrutura de segurança pública em cada um (**Tabela 5.4.2.2.b**).

Segundo essa pesquisa, Ariquemes era o único município em 2013 a ter uma secretaria municipal exclusiva de Segurança Pública, com os demais não tendo um organismo para gerir esses aspectos.

Os municípios que possuíam um Conselho Municipal de Segurança Pública eram Ariquemes (instituído em 2005) e Cujubim (instituído em 2011), mas Ariquemes era o único a ter um Fundo Municipal de Segurança Pública e um Plano Municipal de Segurança Pública.

Ariquemes e Machadinho D'Oeste possuíam uma delegacia de polícia civil, contudo Ariquemes também possui uma delegacia especializada no atendimento à mulher. Com exceção de Ariquemes, nenhum outro município possuía uma delegacia de proteção ao idoso, uma delegacia de proteção à criança e ao adolescente, e uma delegacia de proteção à mulher.

Ariquemes e Machadinho D'Oeste eram os únicos municípios a terem um presídio em 2011, tendo ambos carceragem exclusiva feminina, mas não presídios exclusivamente para uso feminino. No MUNIC 2014 esse aspecto não estava presente.

Estes dois municípios também eram os únicos a terem uma sede de comarca e uma Unidade do Corpo de Bombeiros. Ariquemes era o único município a ter guarda municipal, contendo um efetivo total de 50 pessoas. Todos são treinados periodicamente e na ocasião do ingresso.

Tabela 5.4.2.2.b
Condições Gerais de Segurança Pública– 2014

Indicador	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari
Tem Conselho Municipal de Segurança Pública	Sim	Sim	Não	Não	Não
Tem Fundo Municipal de Segurança Pública	Sim	Não	Não	Não	Não
Tem Plano de segurança pública	Sim	Não	Não	Não	Não
Delegacia de polícia civil	Sim	Não	Sim	Não	Não
Delegacia de proteção ao idoso	Sim	Não	Não	Não	Não
Delegacia da criança e do adolescente	Sim	Não	Não	Não	Não
Delegacia de polícia especializada no atendimento à mulher	Sim	Não	Não	Não	Não
Instituto Médio Legal	Sim	Não	Não	Não	Não
Sede de comarca	Sim	Não	Sim	Não	Não
Unidade do Corpo de Bombeiros	Sim	Não	Sim	Não	Não
Defesa Civil	Coordenadoria municipal	Outra forma ¹	Outra forma ¹	Não	Não
Guarda municipal	Sim	Não	Não	Não	Não
Conselho Tutelar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Conselho de direitos da criança e do adolescente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Conselho de direitos do idoso	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Conselho de direitos da pessoa com deficiência	Sim	Não	Não	Sim	Não

Nota 1 - Possui unidade que não é coordenadoria municipal.

Fonte: IBGE. MUNIC – Perfil dos Municípios Brasileiros.

☐ Não possui este indicador.

Todos os municípios tinham, em 2013, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, e quase todos, com exceção de Machadinho D'Oeste, tinham Conselho Municipal dos Direitos do Idoso. Mas Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência só havia em Ariquemes e Rio Crespo.

Alguns aspectos apresentados na Tabela 5.4.2.2.b foram pesquisados pelo IBGE, no MUNIC, no tema dos Direitos Humanos. Apenas Ariquemes tinha, naquela época, secretaria municipal de Direitos Humanos, em conjunto com outras políticas, os demais municípios declararam não ter um organismo estruturado para gerir esses aspectos.

Sistema viário regional

As informações foram obtidas no mapa rodoviário do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), de 2001, sendo complementadas por dados dos levantamentos de campo realizados para a AID e a ADA.

Na Área de Influência Indireta existe apenas uma rodovia federal, a BR-364, que vem de Cuiabá e na região passa por Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto D'Oeste, Jaru, Ariquemes, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e Porto Velho, prosseguindo depois na direção de Rio Branco, no Acre.

As principais rodovias estaduais que se estendem na área da AII são:

- Rodovia estadual RO-133 – liga Machadinho D'Oeste a Theobroma (continua como rodovia estadual RO-464, que chega até a rodovia federal BR-364), passando por Vale do Anari. Essa rodovia prossegue na direção do sudeste do município e prossegue para o

norte de Machadinho D'Oeste, até Tabajara, seguindo depois até a localidade de Dois de Novembro, chegando às diversas cachoeiras do rio Ji-Paraná;

- Rodovia estadual RO-205 – liga Machadinho D'Oeste à rodovia federal BR-364, passando por Cujubim;
- Rodovia estadual RO-140 – liga a rodovia estadual RO-205 à rodovia federal BR-364, na direção sul, passando por Rio Crespo e cruzando as rodovias estaduais RO-257 e RO-459;
- Rodovia estadual RO-257 – liga Ariquemes à rodovia estadual RO-133, prosseguindo depois na direção leste, para o estado de Mato Grosso;
- Rodovia estadual RO-455 – liga as rodovias estaduais RO-205 e RO-140 às rodovias estaduais RO-133 e RO-257, na direção leste.

Sistema hidroviário regional

A principal hidrovia do estado de Rondônia é a Hidrovia do Rio Madeira, importante via de escoamento da produção de soja do Centro Oeste, bem como da própria região amazônica, para os mercados consumidores do exterior. A Hidrovia do Madeira abrange 1.056 km navegáveis, tendo enorme importância para o desenvolvimento regional. A administração desta Hidrovia é realizada pela AHIMOC (Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental, órgão vinculado ao Ministério dos Transportes).

Esta Hidrovia representa também a principal via de transporte para a população que vive nas cidades às suas margens, com exceção da cidade de Humaitá, no Amazonas, que conta também com a rodovia federal BR-319.

Esta Hidrovia estende-se de Porto Velho, no estado de Rondônia, até a foz do Rio Madeira, na confluência com rio Amazonas, no estado de mesmo nome.

Nesse trecho são movimentados diversos tipos de cargas, sendo as principais: soja, fertilizantes, derivados de petróleo, cimento, frutas, eletroeletrônicos, veículos, produtos refrigerados, seixo, bebidas e carga geral.

O rio Ji-Paraná, entre Dois de Novembro e a foz do rio Madeira (Calama) é parcialmente navegável, com exceção da área das corredeiras, existindo um pequeno fluxo de embarcações de comerciantes de Porto Velho que procuram farinha de mandioca, óleo de copaíba e castanha junto à população ribeirinha, trazendo também produtos industrializados. Além disso, há um barco do governo do Estado de Rondônia que mensalmente efetua o transporte de ribeirinhos e da produção de farinha de mandioca e outros produtos.

Energia elétrica

O abastecimento em energia elétrica no estado de Rondônia é realizado pela Eletrobras Distribuição Rondônia - Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON, que é uma empresa de

economia mista, da administração indireta do Governo Federal, pertencente ao grupo Eletrobras. A CERON atua na distribuição de energia elétrica no estado de Rondônia.

O sistema de suprimento de energia elétrica da Eletrobras Distribuição Rondônia - Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON é hidrotérmico e termoelétrico, sendo que 90,65% é suprido pelo Sistema Eletrobras/Eletronorte, Pequenas Centrais Hidrelétricas e Sistema Interligado Nacional (SIN) e 9,35% por supridores térmicos isolados. Os municípios de Machadinho D'Oeste, Cujubim e Vale do Anari estão entre os que são atendidos pelo sistema isolado, com geração termoelétrica a Diesel.

Quanto ao programa Luz para Todos, a Resolução Normativa nº 563/2013 (Definição do ano limite de universalização da área rural por município - ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA) estabeleceu 2014 como o ano em que o programa deveria estar completamente implantado nos municípios da AII.

A **Tabela 5.4.2.2.c** sintetiza alguns dados sobre o consumo de energia elétrica nos municípios da AII e sobre o número de consumidores, em 2011.

Tabela 5.4.2.2.c
Consumo e número de consumidores de energia elétrica na AII – 2011 e 2016

Municípios	Energia elétrica			
	2011		2016	
	Consumo (mwh)	Consumidores (clientes)	Consumo (mwh)	Consumidores (clientes)
Ariquemes - RO	181.893	30.411	205.140	35.920
Machadinho D'Oeste - RO	19.516	4.362	37.518	12.312
Rio Crespo - RO	26.091	9.580	4.955	1.432
Cujubim - RO	5.163	1.169	19.418	5.487
Vale do Anari - RO	6.349	3.208	7.982	3.525
Total AII	239.012	48.730	270.013	58.676

Fonte: SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Perfil dos Municípios de Rondônia.

O consumo total da AII em 2011 foi de 239.012 MWh, representando Ariquemes 76,1% desse total. A maior parte dos consumidores estava também nesse município, perfazendo 62,4% do total da AII. No ano de 2016 houve um crescimento de 31.001 MWh, ou 13%, no consumo total da AII, sendo que os consumidores abrangidos na área de estudo também aumentaram 9.946 clientes. O município de Ariquemes manteve a importância na AII, com 75,9% do consumo e 61,2% da população.

As taxas de atendimento dos domicílios particulares permanentes por companhias distribuidoras de energia elétrica na AII variavam entre 85,5% em Machadinho D'Oeste e 97,8% em Ariquemes em 2010, como pode ser visto na **Tabela 5.4.2.2.d**. Além de Ariquemes, também Rio Crespo apresentava uma taxa mais alta de atendimento (95,2%), e Cujubim e Vale do Anari tinham em torno de 89% dos seus domicílios com atendimento. A taxa estadual era mais alta (96,3%) do que a de quatro dos cinco municípios da AII.

Tabela 5.4.2.2.d**Domicílios particulares permanentes dos municípios e estado de Rondônia com atendimento em energia elétrica - 2010**

Unidade da Federação e Município	Total	Fornecida por companhia distribuidora	Taxa de atendimento (%)	Com medidor - comum a mais de um domicílio	Participação (%)
Ariquemes - RO	27.166	26.570	97,8	4.575	17,2
Machadinho D'Oeste - RO	9.154	7.831	85,5	1.337	17,1
Rio Crespo - RO	997	949	95,2	101	10,6
Cujubim - RO	4.591	4.094	89,2	796	19,4
Vale do Anari - RO	2.806	2.499	89,1	358	14,3
Total AII	44.714	41.943	93,8	7.167	17,1
Rondônia	455.599	438.920	96,3	56.914	13,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

A participação dos domicílios que tinham medidor comum a mais de um domicílio variava de 10,6% em Rio Crespo a 19,4% em Cujubim, sendo de 17,1% no total da AII. No estado, a proporção dos domicílios nessa condição era de 13,0%.

A **Tabela 5.4.2.2.e** informa o nível de atendimento de rede de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais dos municípios da AII.

Tabela 5.4.2.2.e**Atendimento por energia elétrica nos domicílios urbanos e rurais nos municípios da AII em 2010**

Unidade Territorial	Situação do domicílio x Existência de energia elétrica					
	Total		Urbana		Rural	
	Total	Atendidos	Total	Atendidos	Total	Atendidos
Ariquemes (RO)	27.166	26.708	22.916	22.870	4.250	3.838
Machadinho D'Oeste (RO)	9.154	8.046	4.908	4.842	4.246	3.204
Rio Crespo (RO)	997	957	321	320	676	637
Cujubim (RO)	4.591	4.163	3.177	3.139	1.414	1.024
Vale do Anari (RO)	2.806	2.520	1.009	1.002	1.797	1.518
Total AII	44.714	42.394	32.331	32.173	12.383	10.221

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Comunicações

Este item apresenta alguns dados relativos às condições de comunicação existentes nos municípios da AII.

A **Tabela 5.4.2.2.f**, a seguir, relaciona os veículos de comunicação existentes nos municípios que integram a AII.

Tabela 5.4.2.2.f**Relação dos Veículos de Comunicação existentes nos municípios da AII e AID**

Município	Mídia		
	Televisão	Jornais (impresso/online)	Rádios AM/FM
Ariquemes	<ul style="list-style-type: none"> TV Ariquemes Canal 07 TV Meridional (Band, Canal 3) Rede TV! Rondônia (canal 5) 	<ul style="list-style-type: none"> Folha Nobre (impresso e online) Jornal Rondônia Vip (impresso) Vale do Jamari (impresso) 	<ul style="list-style-type: none"> Antena 103.9 FM Clube Cidade 92.FM Mineira 96.9 FM

Tabela 5.4.2.2.f

Relação dos Veículos de Comunicação existentes nos municípios da AII e AID

Município	Mídia		
	Televisão	Jornais (impresso/online)	Rádios AM/FM
	<ul style="list-style-type: none"> • TV Ariquemes (Rede Globo, Canal 7) • TV Jornet (Rede canal 31) • TV do Povo (Rede Meio Norte, canal 35) • Rede de Comunicações Schwantes • TV Allamanda Ariquemes (SBT, Canal 11) • TV Verdes Campos 19 (afiliada Record News) 	<ul style="list-style-type: none"> • Nossa Folha (impresso) • A Gazeta do Norte (impresso) • Alerta Notícia • Alerta Rondônia • Ariquemes 190 • Ariquemes Notícias • NotíciaDaki • Portal Gosma • Yes Mania • Aló Ariquemes • Obr Notícias • Rondônia Manchete • Alerta Rondônia • Ariquemes Agora • Ariquemes Online • Planeta Folha • Que Notícias • Notícias de Ariquemes/Portal G1 • Atlantis Online • Rondônia Destaque • Minuto Rondônia • Aló Rondônia 	<ul style="list-style-type: none"> • Rondônia 1030 AM • Ariquemes 850AM • Ariquemes 90.7 FM • Associação Rádio Comunitária Verde Amazônia 87.9FM • Radio Conect • Nossa Rádio • Web Rádio Missão Ágape • Web Rádio Vale do Jamari • Transamérica Hits 92.3FM
Cujubim		<ul style="list-style-type: none"> • Rondônia Real – Cujubim • Veja Notícias – Cujubim • Rondônia Top – Cujubim • Notícias de Cujubim 1/ Folha dos Municípios • Notícias de Cujubim 2/ G1 • Cujubim Agora • Cujubim 190 • Cujubim Notícias • Diário Popular 	<ul style="list-style-type: none"> • - SBTV Web Rádio Diário Popular
Machadinho D'Oeste	<ul style="list-style-type: none"> • Rede TV Rondônia • TV Jornet (Rede canal 31) 	<ul style="list-style-type: none"> • Conexão Amazônia – Machadinho D'Oeste • Na frequência – Machadinho D'Oeste • Machadinho Online • Portal Maurição do Povo – Machadinho D'Oeste • Machadinho D'Oeste 	<ul style="list-style-type: none"> • 97 FM • Rádio Alternativo FM Comunitária
Rio Crespo	-	<ul style="list-style-type: none"> • Notícias sobre o município são veiculadas no site de notícias “Notícias de Ariquemes/Portal G1” 	-
Vale do Anari		<ul style="list-style-type: none"> • Anari em Foco – Vale do Anari 	-

FONTE: <http://www.radios.com.br>; <http://www.guiademidia.com.br/rondonia>, Acesso em setembro de 2020.

Correios

Foram encontrados na área em estudo os serviços dos Correios e Telégrafo. Nos municípios da AII existem 05 agências de correio, uma em cada município. Ariquemes tem também uma agência de correio comunitária e uma agência de correio franqueada e Machadinho D'Oeste tem também uma agência de correio comunitária, somando um total de 08 unidades de correio na AII.

Telefonia e Internet

Há nos municípios da AII serviços de telefonia fixa e móvel atendidos por diferentes empresas. A **Tabela 5.4.2.2.g** mostra a presença de telefones fixos e de celulares nos domicílios dos cinco municípios. Estes dados somente poderão ser atualizados com a elaboração de um novo censo demográfico, inicialmente previsto para 2020, mas adiado para 2021 devido a pandemia da Covid-19

Tabela 5.4.2.2.g

Atendimento por telefones fixos e celulares nos domicílios da AII e estado - 2010

Existência de telefone	Rondônia	Ariquemes - RO	Machadinho D'Oeste - RO	Rio Crespo - RO	Cujubim - RO	Vale do Anari - RO
Total de domicílios	458.431	27.190	9.170	997	4.568	2.806
Atendidos	387.385	23.467	6.291	696	3.879	1.593
Atendidos - somente telefone fixo	10.534	477	129	6	10	66
Atendidos- somente telefone celular	294.385	17.781	5.831	626	3.596	1.323
Atendidos - telefone fixo e celular	82.466	5.209	331	65	273	204
Não atendidos	71.046	3.724	2.879	300	689	1.213

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

A presença de telefones nos domicílios nos municípios da AII em 2010 variava de 56,8% (Vale do Anari) a 86,3% (Ariquemes), existindo também um alto percentual (84,9%) em Cujubim. A maioria dos domicílios tinha apenas telefones celulares (variando de 75,8% em Ariquemes a 92,7% em Machadinho D'Oeste e Cujubim), mas o número de domicílios que tinha celulares e telefones fixos era também relativamente elevado, variando de 5,3% em Machadinho D'Oeste a 22,2% em Ariquemes. As operadoras de celulares presentes nesses municípios eram a TIM, a VIVO, a CLARO, a OI e a NEXTEL.

Em Rondônia 84,5% dos domicílios tinham telefones, dos quais 76% possuíam atendimento por celulares apenas e 21,3% tinham atendimento por celulares e telefones fixos.

Estão presentes também microcomputadores com serviços de Internet nos cinco municípios, variando de 5,4% dos domicílios em Rio Crespo a 23% em Ariquemes. No estado, são 22,6% dos domicílios que apresentam esses serviços.

Saneamento

Os serviços de saneamento no estado de Rondônia são realizados pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, que é responsável pela operação dos sistemas de abastecimento de 81% das sedes municipais, incluindo a capital. As sedes urbanas restantes são atendidas por serviços municipais de saneamento, em geral operados diretamente pelas Prefeituras.

Segundo o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto, do SNIS (2018), Cujubim, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari tinham os serviços de abastecimento de água realizados pela CAERD - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, mas não os serviços de esgotamento sanitário. Ariquemes tinha serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário realizados por uma empresa privada, de atuação local, que é a Águas de Ariquemes Saneamento Ltda.

Estudo da ANA – Agência Nacional de Águas, de 2010⁴, apontava a condição da oferta/demanda de água futura no estado de Rondônia. Das sedes municipais no estado, 27 tinham abastecimento satisfatório para o atendimento das demandas futuras, 20 municípios tinham problemas para o atendimento às demandas futuras (2015), exigindo investimentos em ampliações ou adequações dos sistemas de produção de água e 05 municípios precisavam de novos mananciais. Os investimentos totais previstos no estado de Rondônia para o abastecimento urbano de água eram de 123,71 milhões de reais (em valores de 2010).

Os municípios que estavam em condições satisfatórias quanto a demandas futuras eram 27, entre os quais estava Vale do Anari.

Dois conjuntos de municípios, somando um total de 20, demandavam adequação de sistema existente. Um desses grupos, com investimentos previstos de 93,33 milhões de reais e abrangendo 12 municípios, incluía Ariquemes, Cujubim e Machadinho D'Oeste. Eram sistemas isolados, com captação superficial/mista.

Em 02 municípios, um dos quais era Rio Crespo, as medidas previstas eram a adoção de novo manancial, com investimentos de 7,22 milhões de reais. Eram sistemas isolados com captação subterrânea.

As condições de saneamento nos municípios da AII podem ser consideradas ainda bastante precárias, mas existia um processo em andamento, com projetos e obras do PAC 2, que tinha como objetivo proporcionar condições para que essa realidade mudasse a médio prazo.

A **Tabela 5.4.2.2.h** apresenta o grau de atendimento dos domicílios particulares permanentes urbanos nos municípios da AII quanto ao abastecimento de água em 2010, mostrando ainda o crescimento desde 2000. Estes dados fazem parte dos levantamentos censitários, que inicialmente estavam previstos para serem realizados em 2020, mas foram adiados para 2021, pelo IBGE, em função da pandemia do COVID-19.

Tabela 5.4.2.2.h

Domicílios particulares permanentes nos municípios da AII e Estado com atendimento por abastecimento de água por rede - 2010

Municípios e Estado	Total 2010	Abastecimento de água por rede			
		2010		2000	% crescimento (2010/2000)
		Nº	Taxa atend. (%)	Nº	
Ariquemes	27.190	9.576	35,2	5.610	70,7
Cujubim	4.568	479	10,5	352	36,1
Machadinho D'Oeste	9.170	2.895	31,6	1.539	88,1
Rio Crespo	997	81	8,1	135	-40,0

⁴ Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água: Resultados por Estado, 2010.

Tabela 5.4.2.2.h**Domicílios particulares permanentes nos municípios da AII e Estado com atendimento por abastecimento de água por rede - 2010**

Municípios e Estado	Total 2010	Abastecimento de água por rede			
		2010		2000	% crescimento (2010/2000)
		Nº	Taxa atend. (%)	Nº	
Vale do Anari	2.806	401	14,3	2	19.950,0
Total AII	44.731	13.432	30,03	7.638	75,9
Rondônia	458.431	175.416	38,26	107.017	63,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Na AII como um todo, havia apenas 30% dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por rede, sendo Ariquemes, com 35,2% dos domicílios, e Machadinho D'Oeste, com 31,6%, os municípios com maior taxa de atendimento. O município com menor taxa de atendimento nesse ano era Rio Crespo, com apenas 8,1% dos domicílios. No estado, o percentual de atendimento era de 38,26%, devendo-se considerar que nesse total estão os municípios de Porto Velho e Guajará Mirim, que têm algum sistema de esgotamento sanitário por rede.

Pode ser observado também que mesmo assim, houve um avanço considerável no atendimento desde 2000, destacando-se principalmente Vale do Anari, além de Ariquemes e Machadinho D'Oeste. Deve haver também algum problema com as declarações dos moradores, porque Rio Crespo apresentou número menor de domicílios com abastecimento por rede em 2010 do que em 2000.

Como o novo levantamento censitário ainda não foi realizado, pode-se ter uma visão de alguns dados mais recentes do abastecimento de água e do esgotamento sanitário nos municípios da AII com a utilização dos dados do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, na **Tabela 5.4.2.2.i**.

O SNIS foi criado em 1996, sendo vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), com abrangência nacional.

O SNIS realiza levantamentos anuais sobre água e esgotos, resíduos sólidos e águas pluviais, com informações de caráter institucional, administrativo, operacional, gerencial, econômico-financeiro, contábil e de qualidade da prestação de serviços de saneamento básico em áreas urbanas da maioria dos municípios brasileiros.

A **Tabela 5.4.2.2.i** mostra que, segundo as informações dos municípios ao SNIS, em 2018, tinha abastecimento de água por rede: 66,4% da população urbana de Machadinho D'Oeste, 54,6% da população urbana de Rio Crespo, 30,6% da população urbana de Vale do Anari, 11,6% da população urbana de Cujubim. Ariquemes era o único município que tinha 100% da população urbana com abastecimento de água por rede, que se estendia também a parte da população rural.

A extensão da rede nesse município era de 165,16 km em Ariquemes, 79,20km em Machadinho D'Oeste, 21,15 km em Vale do Anari, 17,24 km em Cujubim e 9,66 km em Rio Crespo.

Tabela 5.4.2.2.i.
Abastecimento de água nos municípios da AII – 2018

Municípios	População residente total, segundo o IBGE	População residente urbana ¹	População atendida com abastecimento de água	Índice de atendimento urbano de água (%)	Ligações Ativas	Total de Economias (ativas)	Volume Consumido (1000m ³ /ano)	Extensão da rede (km)
Ariquemes	106.168	89.920	96.911	91,28	26.937	29.367	2.948,06	165,16
Cujubim	24.226	16.874	1.965	11,65	539	573	93,25	17,24
Machadinho D'Oeste	39.097	20.309	13.482	66,38	3.749	3.989	559,7	79,20
Rio Crespo	3.723	1.195	653	54,64	191	198	25,98	9,66
Vale do Anari	11.028	3.751	1.148	30,61	343	344	47,40	21,15

Notas: ¹ - Foi estimada a população urbana, pelo SNIS, aplicando a taxa de urbanização de 2010 à estimativa de população do IBGE para 2018; ² o cálculo do índice de atendimento de Ariquemes foi feito em relação à população total, porque o município fornece água por rede inclusive a parte da população rural.

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

As condições de esgotamento sanitário (por sistemas de rede e de fossas sépticas, existentes em 2010, que configuravam o atendimento em condições adequadas de saneamento) nos municípios da AII são mostradas na **Tabela 5.4.2.2.j**.

Tabela 5.4.2.2.j
Domicílios particulares permanentes nos municípios da AII e Estado com atendimento em esgotamento sanitário por rede e fossas sépticas - 2010

Municípios e Estado	Total 2010	Rede geral de esgoto ou pluvial ²				Fossa séptica				Taxa atend. rede geral de esgoto + fossa séptica (%) 2010
		2010		2000	% crescimento (2010/2000)	2010		2000	% crescimento (2010/2000)	
		Nº	Taxa atend. (%)	Nº		Nº	Taxa Atend. (%)	Nº		
Ariquemes	27.190	319	1,17	89	358,4	2.102	7,73	2.524	83,3	8,9
Cujubim	4.568	4	0,09	-	-	334	7,31	58	575,9	7,4
Machadinho D'Oeste	9.170	12	0,13	-	-	182	1,98	54	337,0	2,1
Rio Crespo	997	-	-	-	-	225	22,57	39	576,9	22,6
Vale do Anari	2.806	-	-	-	-	19	0,68	29	65,5	0,7
Total AII	44.731	335	0,75	89	376,4	2.862	6,40	2.704	105,8	7,1
Rondônia	458.431	27.637	6,03	12.784	216,2	73.113	15,95	58.732	124,5	22,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Se era insuficiente o atendimento no abastecimento de água, em esgotamento sanitário por rede, e mesmo por fossas sépticas, a prestação do serviço podia ser considerada praticamente inexistente. Nos municípios da AII, apenas Ariquemes tinha algum esgotamento sanitário por rede (1,17% dos domicílios), Cujubim e Machadinho D'Oeste tinham menos de 1% e Rio Crespo e Vale do Anari não tinham nenhum domicílio com esse serviço.

O atendimento por fossas sépticas era um pouco maior, mas mesmo assim, na AII alcançava apenas 6,4% dos domicílios particulares permanentes. Nesta modalidade de esgotamento, Rio Crespo era o município, em 2010, com maior percentual de atendimento (22,57% dos domicílios).

Ainda assim, houve um avanço significativo no atendimento desde 2000, nas duas modalidades, embora o atendimento alcance uma parcela ínfima dos domicílios particulares permanentes.

Dos cinco municípios da AII, apenas Ariquemes tinha serviços relacionados ao esgotamento sanitário, realizados pela empresa Águas de Ariquemes Saneamento Ltda., que, segundo o SNIS de 2018, abrangia uma população urbana de 2.165 pessoas, com um índice de atendimento de 2,41%.

Nas Tabelas do SNIS, os serviços de esgotamento sanitário não constam das atividades da CAERD nos outros quatro municípios da AII.

A **Tabela 5.4.2.2.k** mostra os níveis de atendimento na coleta de lixo nos municípios da AII, segundo os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 5.4.2.2.k

Domicílios particulares permanentes nos municípios da AII e Estado com atendimento em serviço de limpeza pública - 2010

Municípios e Estado	Total 2010	Lixo doméstico coletado por serviço de limpeza			
		2010		2000	% crescimento (2010/2000)
		Nº	Taxa atend. (%)	Nº	
Ariquemes	27.190	22.355	82,2	13.776	62,3
Cujubim	4.568	2.380	52,1	436	445,9
Machadinho D'Oeste	9.170	3.632	39,6	1.257	188,9
Rio Crespo	997	340	34,1	218	56,0
Vale do Anari	2.806	937	33,4	-	-
Total AII	44.731	29.644	66,3	15.687	89,0
Rondônia	458.431	309.034	67,4	190.578	62,2

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

As taxas de atendimento em serviço de limpeza pública se mostravam bem mais altas se comparadas com as taxas de atendimento em coleta de esgoto, destacando-se Ariquemes, com 82,2% dos domicílios particulares permanentes com coleta de lixo por serviço de limpeza. Os demais municípios variavam entre 33,4% em Vale do Anari (que não tinha nenhum domicílio com coleta de lixo em 2000) a 52,1% em Cujubim.

O crescimento do atendimento entre 2000 e 2010 foi bastante significativo, destacando-se Cujubim, que cresceu 445,9% em relação a 2000, embora tenha alcançado apenas um terço dos domicílios particulares permanentes.

Até 2008, apenas uma pequena parcela de municípios era convidada a responder ao SNIS, nos levantamentos relacionados ao manejo dos resíduos sólidos. A partir de 2009, o SNIS-Resíduos Sólidos estendeu o convite a todos os municípios brasileiros.

A **Tabela 5.4.2.2.l** mostra as informações prestadas ao SNIS pelos municípios da AII quanto aos serviços relativos à limpeza urbana, segundo o Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SNIS, 2018).

Tabela 5.4.2.2.l

Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios da AII - 2018

Município	Órgão gestor	População atendida declarada			Quantidade Total Resíduos Sólidos coletados (t)
		Total (hab.)	Urbana (hab.)	Urbana direta (porta-a-porta), sem uso de caçambas (hab.)	
Ariquemes	Prefeitura Municipal de Ariquemes	89.920	89.920	89.920	58.376,2
Cujubim	Prefeitura Municipal de Cujubim	16.874	10.000	9.000	1.300,0
Machadinho D Oeste	Prefeitura Municipal de Machadinho D Oeste/ Sec.	24.000	20.309	20.309	3.665,0

Tabela 5.4.2.2.1**Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios da AII - 2018**

Município	Órgão gestor	População atendida declarada			Quantidade Total Resíduos Sólidos coletados (t)
		Total (hab.)	Urbana (hab.)	Urbana direta (porta-a-porta), sem uso de caçambas (hab.)	
	mun. de Obras e serviços Públicos				
Vale do Anari	Prefeitura Municipal de Vale do Anari	3.500	3.500	3.500	1.212,0

Nota: O município de Rio Crespo não consta desse levantamento de 2018.

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Como exposto na tabela anterior, os responsáveis pelos serviços de limpeza urbana em 2018 eram as prefeituras municipais. Os índices de atendimento da população urbana abrangiam 100% nos municípios de Ariquemes, Machadinho D'Oeste e Vale do Anari, e 90,0% em Cujubim, segundo o SNIS.

A quantidade total de resíduos sólidos coletados em 2018 foi de 64.553,20 toneladas, nesses quatro municípios, participando Ariquemes com 90,43% desse total.

Apesar dos esforços do governo estadual, por meio da SEDAM – Secretaria Estadual do Desenvolvimento Ambiental, nos últimos anos, Rondônia ainda não contava, em 2014, com a infraestrutura necessária para a gestão sustentável de resíduos e sua destinação final. A grande maioria dos municípios ainda não desativara, na época, os “lixões”, ainda dispendo os resíduos de forma ambientalmente inadequada, além da coleta seletiva estar implantada em poucas cidades. Mas o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Rondônia estava em processo de elaboração, tendo sido realizadas diversas oficinas, em 2014, nas várias regiões do Estado.

Em 2018, segundo o Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SNIS, 2018), Ariquemes tinha 03 unidades de tratamento e disposição de resíduos sólidos: Complexo de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos – CTDR (Aterro sanitário), Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ariquemes – COOCAMARI (Unidade de triagem - galpão ou usina, com 16 integrantes), tendo ainda um Lixão. Cujubim, Machadinho D'Oeste e Vale do Anari tinham lixões.

Outros cinco municípios da AII e outros nove (Alto Paraíso, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Governador Jorge Teixeira, Itapuã do Oeste, Jaru, Monte Negro e Theobroma) participam do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região Central de Rondônia – CISAN, que faz o transbordo de resíduos domiciliares e a disposição final em aterro sanitário.

Pesquisa no site do Ministério do Planejamento sobre as obras e projetos do PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento⁵ mostrou dados de 31 de agosto de 2013, referentes a algumas obras concluídas, outras em andamento e fase de contratação de alguns projetos que objetivavam mudar as condições do saneamento básico nos municípios da AII, assim como de muitos outros do estado de Rondônia.

⁵ <http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/ro>

As obras concluídas eram:

- Cujubim – Drenagem para Combate à Malária, com investimento previsto de R\$ 2.098.167,03 (incluindo investimento de 2007 a 2010), tendo como órgão responsável a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

Obras em andamento:

- Machadinho D'Oeste – Drenagem para Combate à Malária, com investimento previsto de R\$ 2.415.378,58, tendo como órgão responsável a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.
- Ariquemes – Melhorias Sanitárias Domiciliares, com investimento previsto de R\$ 154.476,41, tendo como órgão responsável a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.
- Vale do Anari – Melhorias Sanitárias Domiciliares, com investimento previsto de R\$ 514.139,55, tendo como órgão responsável a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

Estudos e projetos:

- Elaboração de Estudo de Concepção e Projetos de Engenharia para sistema regionalizado de resíduos sólidos urbanos, beneficiando 14 municípios, entre estes Ariquemes, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo, Cujubim e Vale do Anari. O órgão responsável era o Ministério das Cidades e o órgão executor era um consórcio, estando em agosto de 2013 em fase de Ação Preparatória.
- Elaboração dos Planos Municipais e do Plano Regional de Saneamento Básico da Região Central (14 municípios), estando entre estes Ariquemes, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo, Cujubim e Vale do Anari. O órgão responsável era o Ministério das Cidades, o órgão executor era um consórcio, estando em agosto de 2013 em fase de licitação de projeto.

Em execução:

- Rio Crespo - Elaboração de projetos, com investimento previsto de R\$ 118.579,12, tendo como órgão responsável a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

Em contratação:

- Cujubim – elaboração de projetos, tendo como órgão responsável a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

A liberação de recursos para projetos de saneamento estava condicionada, por lei, à apresentação de planos municipais de saneamento até 31 de dezembro.

No estudo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, contratado à consultora GO Associados (que ouviu quase 500 profissionais da área), foram apontados alguns entraves à plena consecução desses objetivos, que são: i) a inexistência de planos adequados de saneamento na esfera municipal - tinha sido apontado como o principal problema na fase de

planejamento dos projetos, representando um entrave aos investimentos; ii) a incerteza regulatória, na fase de decisão do investimento; iii) a falta de cadastros com informações confiáveis, no período de contratação e elaboração do projeto; iv) a dificuldade de estruturação de financiamentos, na fase de busca de recursos; v) e a má elaboração de editais, na fase de execução e gerenciamento das obras e serviços (ABES, 2013).

Na atualização dos dados para o ano de 2018 (data de 30 de junho), informações obtidas por meio do sítio eletrônico do Ministério do Planejamento, PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, mostravam que havia outras obras planejadas, em andamento e/ou concluídas nesses municípios da AII. Essas obras eram:

Município de Ariquemes

- Construção de Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 2.000.000,00, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Ampliação de 4 Unidades Básicas de Saúde (UBS), Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 360.000,00, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Construção de 2 Unidades Básicas de Saúde (UBS), Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 466.666,67, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 36.842.105,00, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.
- Construção de Centro de Artes e Esportes Unificados - Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 2.447.765,12, tendo como órgão responsável o Ministério da Cultura.
- Construção de Quadras Esportivas nas Escolas - Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 147.907,85, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.
- Construção de Creches e Pré-Escola - Projeto 1 Convencional – Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 1.945.352,48, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.
- Construção de Creches e Pré-Escola - Projeto Tipo B MI – Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 1.945.352,48, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.
- Construção de Creches e Pré-Escola – Construção de 3 unidades Tipo B MI – Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 5.180.513,22, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.
- Urbanização - Setor 10 - Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 1.608.149,61 (inclui investimentos de 2007 a 2010), tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.

Município de Cujubim:

- Construção de Quadra Esportiva nas Escolas - Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 509.999,49, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.
- Construção de Creches e Pré-Escola – Projeto 1 Convencional – Obra em contratação - Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação - RDC - tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.

Município de Machadinho D'Oeste

- Ampliação de 2 Unidades Básicas de Saúde (UBS), Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 105.825,00, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Construção de 3 Unidades Básicas de Saúde (UBS), Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 1.224.000,00, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 7.759.493,00, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.
- Construção de 2 Quadras Esportivas nas Escolas - Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 1.019.999,48, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.
- Construção de Creches e Pré-Escola – 2 unidades – Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 2.622.715,76, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.
- Abastecimento de Água - Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 1.391.947,39, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Abastecimento de Água - Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 2.255.592,25, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.

Município de Rio Crespo

- Construção de Unidade Básicas de Saúde (UBS I), Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 408.000,00, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Construção de Quadra Esportiva nas Escolas - Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 509.999,49, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.

Município de Vale do Anari

- Construção de Unidade Básicas de Saúde (UBS I), Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 408.000,00, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Construção de 2 Quadras Esportivas nas Escolas - Obras em andamento, com investimento previsto de R\$ 1.019.956,38, tendo como órgão responsável o Ministério da Educação.

Obras e projetos envolvendo vários municípios da AII

- Elaboração de Estudo de Concepção e Projetos de Engenharia para Sistema Regionalizado de Resíduos Sólidos Urbanos, beneficiando diversos (14) municípios, entre eles Ariquemes, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari – Obras em execução, com investimento previsto de R\$ 786.170,00, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.
- Elaboração de Projetos, beneficiando diversos (23) municípios, entre eles Cujubim e Rio Crespo - Obras em execução, com investimento previsto de R\$ 3.091.399,37, tendo como órgão responsável o Ministério da Saúde.
- Elaboração dos planos Municipais e do Plano Regional de Saneamento, beneficiando diversos (14) municípios, estando entre eles Ariquemes, Machadinho D'Oeste, Rio

Crespo, Cujubim e Vale do Anari – Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 580.090,69, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.

- Interligação N-CO III (Porto Velho/RO – Jauru/MT) - MT RO, , beneficiando diversos municípios: Ariquemes/RO, Jauru/MT Ji-Paraná/RO, Pimenta Bueno/RO, Porto Velho/RO, Vilhena/RO - Obras concluídas, com investimento previsto de R\$ 412.150.000,00, tendo como órgão responsável o Ministério de Minas e Energia.

Educação

Nas **Tabelas 5.4.2.2.k, 5.4.2.2.l e 5.4.2.2.m**, apresentadas a seguir, são relacionados o número de escolas existentes na AII, bem como o número de escolas existentes nas redes públicas e privadas nos níveis fundamental, médio e educação infantil, em 2015, bem como o total de escolas e matrículas nesses três níveis da educação básica em 2018.

Em 2015, havia um total de 129 escolas na AII, estando a maioria em Ariquemes e Machadinho D'Oeste, que também eram os municípios onde havia algumas escolas privadas. Entre os 03 municípios de menor população, Cujubim era o único que tinha algumas escolas privadas, que eram uma escola privada no ensino fundamental e uma escola privada na educação infantil.

As escolas privadas geralmente estão presentes em municípios de maior população e que tenham maior diversidade de atividades econômicas, além de nível de rendimento que viabilize a sua instalação.

Tabela 5.4.2.2.k

Unidades de ensino por tipo de ensino nas redes públicas e privada - 2015

Município	Ensino fundamental (privado)	Ensino fundamental (público estadual)	Ensino fundamental (público municipal)	Ensino médio (privado)	Ensino médio (público estadual)	Ensino médio (público federal)	Pré-escola (privado)	Pré-escola (público municipal)
Ariquemes	4	9	21	1	6	1	8	16
Cujubim	1	1	5	-	1	-	1	1
Machadinho D'Oeste	1	4	24	1	3	-	1	6
Rio Crespo	-	1	1	-	1	-	-	1
Vale do Anari	-	1	6	-	1	-	-	1
Total	6	16	57	2	8	1	10	25

Fonte: IBGE. Cidades.

Tabela 5.4.2.2.l

Unidades de ensino nos municípios da AII por tipo de ensino - 2015

Município	Escolas em 2015			
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Ariquemes	24	34	8	66
Cujubim	2	7	1	10
Machadinho D'Oeste	7	29	4	40
Rio Crespo	1	2	1	4
Vale do Anari	1	7	1	9
Total	35	79	15	129

Fonte: IBGE. Cidades.

Tabela 5.4.2.2.m**Unidades de ensino e número de matrículas nos municípios da AII, por tipo de ensino – 2018**

Municípios	Escolas				Matrículas				
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total	% no total
Ariquemes	26	36	9	71	3.647	15.678	3.906	23.231	61,21
Cujubim	2	7	1	10	452	3.075	486	4.013	10,57
Machadinho D'Oeste	17	24	5	46	973	5.936	1.022	7.931	20,90
Rio Crespo	1	2	1	4	100	683	109	892	2,35
Vale do Anari	5	6	1	12	206	1.429	253	1.888	4,97
Total da AII	51	75	17	143	5.378	26.801	5.776	37.955	100,00
% no total	35,7	52,4	11,9	100,0	14,2	70,6	15,2	100,0	

Fonte: IBGE. Cidades.

Eme 2015, a quantidade de escolas nos municípios da AII era de 129 unidades e em 2018 esse número de escolas aumentou, tendo um crescimento de 10,9%, o que ocorreu em três dos cinco municípios (as exceções foram Cujubim e Rio Crespo). Portanto, em 2018 eram 143 escolas, sendo 35,7% (51 escolas) na educação infantil, 52,4% (75 escolas) no ensino fundamental e 11,9% (17 escolas) no ensino médio.

Em relação à quantidade de matrículas, na AII, em 2018, havia 37.955 alunos matriculados na rede básica de educação, estando 14,2% na educação infantil, 70,6% no ensino fundamental e 15,2% no ensino médio. O município com maior participação no total de matrículas era Ariquemes (61,21%), seguido des Machadinho D'Oeste (20,90%) e depois Cujubim (10,57%). Rio Crespo e Vale do Anari tinham 2,35% e 4,97%, respectivamente, do total de matrículas nesse ano.

De modo geral, os estabelecimentos de ensino (rede pública e privada) dos municípios da AII apresentam semelhanças em termos de acesso a serviços e de estruturas físicas: possuem prédio ou instalações próprias. No entanto, é possível apontar diferenças em termos de estrutura física, notadamente quando se analisa a localização em áreas rurais ou urbanas. Ao passo que as primeiras contam somente com o que se pode chamar de estrutura básica, como por exemplo, sala de professores, cozinha, refeitório, alguns dos estabelecimentos situados em área urbana contam não somente com essas estruturas, mas também com laboratório de informática, sala de leitura, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes coberta, biblioteca e auditório.

Outros aspectos relativos ao componente educação na AII são abordados na Seção 5.4.2.7. Condições de Vida.

5.4.2.3

Saúde Pública

Os principais indicadores que influem no perfil nosológico (classificação das diferentes patologias/doenças) da população dos municípios da AII incluem a mortalidade geral e infantil, a morbidade e mortalidade por causas e agravos de notificação compulsória, antecedidos pela infraestrutura de atendimento à saúde. As bases de dados do Sistema Único de Saúde - SUS forneceram as informações aqui apresentadas.

As condições gerais de atendimento à saúde podem ser verificadas por meio de alguns indicadores que permitem avaliar o perfil municipal (e da região como um todo) quanto à existência de recursos básicos para atendimento à saúde, e que mostram o grau de desenvolvimento e organização das políticas públicas vigentes nesse setor na área estudada. As bases de dados do Sistema Único de Saúde - SUS forneceram as informações aqui apresentadas.

As condições de atendimento à saúde numa dada localidade podem ser associadas a como estão organizados os serviços prestados à população, que se baseiam nas normas do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecido para todo o país a partir da Constituição de 1988.

A Norma Operacional Básica – NOB/SUS 01/96 estipulava que “... a totalidade das ações e de serviços de atenção à saúde, no âmbito do SUS, deve ser desenvolvida em um conjunto de estabelecimentos, organizados em rede regionalizada e hierarquizada e disciplinados segundo os sistemas municipais de saúde – voltados ao atendimento integral de sua própria população e inseridos de forma indissociável no SUS, em suas abrangências estadual e nacional.” (BRASIL, 1997).

Estrutura de atendimento à saúde

A **Tabela 5.4.2.3.a** organiza as informações disponíveis no Ministério da Saúde (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES) quanto aos recursos físicos básicos destinados à saúde em julho de 2020, mostrando as categorias de estabelecimentos de atendimento básico à saúde e sua diversidade, além do número de leitos de internação e complementares (que incluem leitos de descanso e de UTI) nos municípios da AII e nas Regiões de Saúde (estrutura de organização regional da área da Saúde), que abrangem mais 18 municípios, além dos 05 pertencentes à AII.

Vale do Anari está inserido na Região de Saúde Central, que tem 14 municípios e 862 estabelecimentos de saúde. O município que pode ser considerado o polo principal desta Região de Saúde Central é Ji-Paraná, com 453 estabelecimentos de saúde (52,6% do total).

Tabela 5.4.2.3.a

Número de unidades por tipo de estabelecimento nos municípios e nas Regiões de Saúde de Vale do Jamari e Central – julho 2020

Estabelecimentos de Saúde	Municípios						Regiões de Saúde	
	Ariquemes	Cujubim	Machadinh o D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari	Total AII	Vale do Jamari	Central
Central de Regulação	1	-	-	-	-	1	1	4
Central de Regulação Médica das Urgências	1	-	-	-	-	1	1	-
Centro de Apoio a Saúde da Família-CASF	2	-	-	-	-	2	2	-
Centro de Atenção Hemoterápica e/ou Hematológica	1	-	1	-	-	2	3	6
Centro de Atenção Psicossocial-CAPS	1	-	1	-	-	2	3	5
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	13	1	7	1	1	23	40	63
Clínica Especializada/Ambulatório	37	-	2	-	-	39	42	73

Tabela 5.4.2.3.a

Número de unidades por tipo de estabelecimento nos municípios e nas Regiões de Saúde de Vale do Jamari e Central – julho 2020

Estabelecimentos de Saúde	Municípios						Regiões de Saúde	
	Ariquemes	Cujubim	Machadinh o D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari	Total AII	Vale do Jamari	Central
Especializado								
Consultório	38	-	5	-	-	43	59	377
Farmácia	2	1	2	1	-	6	12	107
Hospital Especializado	1	-	-	-	-	1	1	1
Hospital Geral	10	1	1	1	1	14	20	14
Policlínica	1	-	-	-	-	1	2	5
Posto de Saúde	-	-	-	-	3	3	4	20
Pronto Atendimento	1	-	-	-	-	1	1	-
Secretaria de Saúde	2	1	1	1	1	6	10	15
Serviço de Atenção Domiciliar Isolado (Home Care)	1	-	-	-	-	1	1	3
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	12	1	6	-	3	22	29	82
Unidade de Vigilância em Saúde	4	2	2	1	2	11	18	27
Unidade Móvel de Nível Pre-Hospitalar-Urgência/Emergência	6	2	2	-	-	10	14	-
Unidade Móvel Terrestre	-	1	-	-	-	1	1	2
Outros estabelecimentos							2	29
Total	134	10	30	5	11	190	266	833

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES.

Os outros quatro municípios da AII estão inseridos na Região de Saúde de Vale do Jamari, que tem 09 municípios, com um total de 268 estabelecimentos de Saúde. O polo principal nesta Região de Saúde é Ariquemes, com 134 estabelecimentos de saúde (50,0% do total).

Dos 05 municípios da AII, apenas Ariquemes tinha um número (e diversidade) maior de estabelecimentos, constituindo um polo regional de saúde para quatro dos cinco municípios. Nestes, Machadinho D'Oeste tinha um maior número de estabelecimentos (30), variando os demais entre 05 (Rio Crespo) e 11 estabelecimentos (Vale do Anari).

A rede de serviços de saúde é bastante precária na AII, sendo mais diversa e numerosa principalmente em Ariquemes (134 unidades) e, em segundo lugar, em Machadinho D'Oeste (30 unidades), embora em muito menor grau.

A AII contava, nessa data, com 14 hospitais gerais, sendo 10 deles em Ariquemes, que tinha também uma policlínica (unidade de saúde que presta atendimento ambulatorial em uma ou mais especialidades, incluindo ou não as especialidades básicas, ou ainda oferecendo outras especialidades não médicas). Quanto aos outros hospitais gerais havia um em cada um dos quatro municípios. Ariquemes conta também com um hospital especializado.

Havia quatro Unidades de Vigilância em Saúde em Ariquemes, duas em Cujubim, duas em Machadinho D'Oeste, duas em Vale do Anari e uma em Rio Crespo.

Havia um total de 23 Unidades Básicas de Saúde na AII, sendo 13 em Ariquemes, 07 em Machadinho D'Oeste, 01 em Cujubim, 01 em Rio Crespo e 01 em Vale do Anari.

Rio Crespo, o município com menos unidades de saúde, tinha uma Unidade Básica de Saúde, uma farmácia, um hospital geral, uma secretaria de saúde e uma unidade de Vigilância em Saúde.

Cujubim tinha apenas uma Secretaria de Saúde, 01 hospital geral, 01 Unidade Básica de Saúde, 01 farmácia, 01 Unidade de Serviços de Apoio a Diagnóstico e Terapia (unidade onde são realizadas atividades que auxiliam a determinação do diagnóstico e/ou complementam o tratamento e a reabilitação do paciente), 02 Unidades de Vigilância em Saúde, 02 Unidades Móveis de nível pré-hospitalar (Urgência / Emergência) e uma unidade móvel terrestre..

Vale do Anari, outro município com número muito pequeno de estabelecimentos de saúde, tinha 03 Postos de Saúde e 01 UBS, um hospital geral, uma Secretaria de Saúde, 03 Unidades de Serviços de Apoio a Diagnóstico e Terapia e 02 Unidades de Vigilância em Saúde.

Ariquemes tinha diversos estabelecimentos que não existiam nos outros municípios da AII, consolidando sua posição como um polo local de saúde, que eram: uma central de regulação, que controla consultas, exames e leitos de internação, e uma central de regulação médica das urgências, que faz a triagem, distribuição e monitoramento do socorro que será fornecido; dois centros de apoio à saúde da família, um hospital especializado, uma policlínica, um pronto atendimento e um serviço de atenção domiciliar isolado (Home Care). Apenas Cujubim tinha uma unidade móvel terrestre.

Havia também na AII 02 centros de atenção psicossocial (um em Ariquemes e outro em Machadinho D'Oeste), duas unidades de atenção hemoterápica (uma em Ariquemes e outra em Machadinho D'Oeste), 43 consultórios (38 em Ariquemes e 05 em Machadinho D'Oeste) e Ariquemes tinha 37 das 39 clínicas especializadas / ambulatórios especializados, existindo outras 02 em Machadinho D'Oeste.

Conforme os dados obtidos no CNES – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (Ministério da Saúde), havia leitos de internação na AII em dezembro de 2019 (sendo 233 em Ariquemes), dos quais 220 prestavam atendimento ao SUS (70,3%). Ariquemes tinha 233 leitos de internação, representando 74,4% do total da AII, dos quais 140 prestavam serviços ao SUS e 93 eram não-SUS. Machadinho D'Oeste tinha 48 leitos de internação, Vale do Anari tinha 12 leitos, Cujubim tinha 11 leitos e Rio Crespo tinha 09 leitos, sendo todos estes leitos SUS.

Um indicador bruto do acesso da população à infraestrutura pública de saúde é o coeficiente de leitos hospitalares por mil habitantes. Até outubro de 2015, o parâmetro utilizado como referência era o da Portaria Nº 1101/GM, de 12 de junho de 2002, do Ministério da Saúde, que estimava como um índice a necessidade de 2,5 a 3,0 leitos por mil habitantes. No entanto essa portaria foi revogada pela Portaria nº 1.631, de 1º de outubro de 2015 que não definiu mais esse parâmetro. A quantidade de leitos existente no Brasil, segundo dados do IBGE, era de 2,3 leitos por mil habitantes, para o período de 2006 a 2012, um pouco abaixo da média mundial que era de 2,7. Esse parâmetro, portanto, serviu de base para esta análise. Para a finalidade deste estudo, foi considerado o número total de leitos (SUS e não SUS) para cálculo dos coeficientes de leitos por mil habitantes.

Calculando o coeficiente relativo ao número total de leitos de internação, obtém-se 1,1,66 leitos por mil habitantes na AII⁶, indicador que é de 2,16 leitos por mil habitantes em Ariquemes. Nos demais municípios da AII esse indicador variou de 0,44 leitos por mil habitantes, em Cujubim, a 2,39 leitos por mil habitantes, em Rio Crespo, o único município na AII que tem um coeficiente até um pouco superior ao padrão definido pelo SUS. Mesmo em Ariquemes (2,16 leitos por mil habitantes) o coeficiente é um pouco inferior ao patamar inferior definido pelo SUS.

Em julho de 2020, entre os quatro municípios da AII pertencentes à Região de Saúde do Vale do Jamari, só havia leitos complementares em Ariquemes (66 leitos), sendo 18 leitos para UTI Adulto II COVID-19, 02 leitos em Unidade de Isolamento, 31 leitos em UTI Adulto II, 05 leitos em UTI pediátrica II, 05 leitos em UTI neonatal II e 05 leitos em Unidade de Cuidados Intermediários neonatal Convencional.

Nessa data, em Ji-Paraná, polo de saúde da Região de Saúde Central (à qual pertence Vale do Anari), havia 54 leitos complementares, sendo 18 leitos para UTI Adulto II COVID-19, 34 leitos em Unidade de Isolamento e 10 leitos em UTI Adulto II.

Quanto aos profissionais de saúde que há nesses municípios, o CNES – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde apontava 481 profissionais de saúde de nível superior na AII em dezembro de 2019, dos quais 38,05% (183) eram médicos. Nas duas Regiões de Saúde havia 1.849 profissionais de saúde de nível superior na AII em dezembro de 2019, dos quais 29,80% (551) eram médicos.

As referências para cálculo de parâmetros de necessidade de médicos especialistas em relação à quantidade de número de habitantes, segundo a Portaria nº 1.631, de 1º de outubro de 2015 do Ministério da Saúde, definem que para cada 100 mil habitantes são necessários 277,2 médicos de pelo menos 28 especialidades por 100 mil habitantes ou 2,77 por mil habitantes.

A AII tinha, em dezembro de 2019, 2,77 médicos para cada mil habitantes contando com 2,56 profissionais de nível superior para cada mil habitantes.

A AII tinha, portanto, uma taxa razoável de médicos por mil habitantes (2,77), mas na sua maioria, concentrados em Ariquemes, que tinha 88,5% dos 183 médicos em fins de 2019, com 23 especialidades.

A quase totalidade das especialidades estava em Ariquemes também, tendo Cujubim 03 médicos (estratégia de saúde da família), Machadinho D'Oeste tinha 12 médicos (com 07 médicos de estratégia de saúde da família, 03 médicos clínicos, 01 anestesiológico e 01 ortopedista e traumatologista), Rio Crespo tinha 03 médicos (01 médico de estratégia de saúde da família e 02 médicos clínicos) e Vale do Anari, 03 médicos (01 médico de estratégia de saúde da família e 02 médicos clínicos).

⁶ Foram utilizadas as estimativas populacionais do IBGE para 2019 para este cálculo.

Mortalidade Geral e Infantil

As taxas de mortalidade geral e infantil são indicadores universais das condições de saúde e expectativa de vida num dado território. A **Tabela 5.4.2.3.b** apresenta a evolução das taxas para os municípios da AII nos últimos anos.

Os coeficientes de mortalidade infantil até um ano de idade possibilitam inferir, indiretamente, as condições gerais de saneamento, de renda familiar e a escolaridade das mães. Mais recentemente, coeficientes reduzidos podem refletir também a “... cobertura e eficácia de ações de saúde específicas (TRO⁷, imunização, incentivo ao aleitamento materno, etc.), mais do que a melhoria das condições de vida da população.” (Brasil, 2006).

Devido à oscilação das taxas de mortalidade infantil nas unidades territoriais analisadas (bastante comum quando se trata de locais com pequena população), optou-se por levantar todos os anos de um período mais longo, objetivando traçar a *linha de tendência linear*, nos gráficos, recurso metodológico que elimina as flutuações e permite identificar se a taxa está aumentando ou diminuindo.

Tabela 5.4.2.3.b

Evolução das taxas de mortalidade infantil e geral nos municípios da AII e no Estado de Rondônia – 2010 a 2018

Taxas de mortalidade infantil (óbitos até um ano de idade por mil nascidos vivos)									
Municípios e Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ariquemes	12,25	10,13	11,20	11,49	13,96	10,10	15,64	13,34	15,46
Cujubim	27,91	8,89	24,84	24,63	16,67	14,60	8,30	9,57	13,10
Machadinho D'Oeste	11,98	8,79	16,61	13,62	9,86	22,92	17,59	6,68	3,87
Rio Crespo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,57	0,00	0,00
Vale do Anari	0,00	11,49	11,63	0,00	0,00	28,30	27,27	0,00	0,00
Rondônia	18,54	13,31	13,73	13,91	14,33	14,51	13,42	12,83	12,71
Total de óbitos infantis na AII	32	24	29	31	32	36	39	28	31
Taxas de mortalidade geral (óbitos por mil habitantes)									
Municípios e Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ariquemes	4,27	4,43	5,24	4,71	4,56	4,89	4,82	4,69	5,00
Cujubim	3,47	2,84	3,13	2,42	2,33	2,38	2,26	2,45	1,82
Machadinho D'Oeste	3,50	3,81	4,44	3,56	3,82	4,01	4,01	3,57	2,97
Rio Crespo	5,73	4,78	4,45	4,64	1,89	2,93	5,54	2,35	4,30
Vale do Anari	3,09	3,47	4,15	3,33	1,87	3,04	4,55	3,95	2,63
Rondônia	4,63	4,45	4,78	4,34	4,38	4,49	4,67	4,55	4,65
Total de óbitos gerais na AII	598	623	739	703	682	754	782	749	736

Nota – Rio Crespo e Vale do Anari não tinham dados para óbitos infantis na maioria dos anos, na base de dados do Datasus.

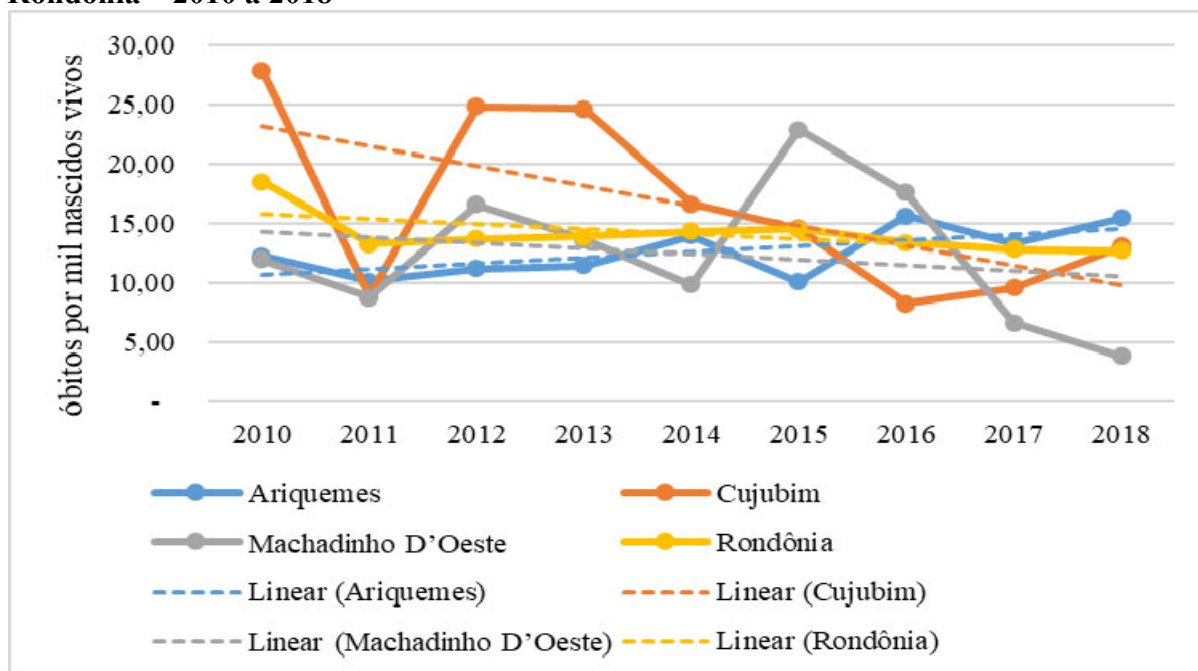
Fonte: Ministério da Saúde / SVS / DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.; IBGE. Estimativas Populacionais 2010 a 2018.

	Taxa mais alta no período
	Taxa mais baixa no período

⁷ TRO - Terapia de Reidratação Oral.

Figura 5.4.2.3.a

Evolução das taxas de mortalidade infantil (até um ano de idade) em municípios da AII e Rondônia – 2010 a 2018



Nota: como Rio Crespo e Vale do Anari não apresentaram óbitos infantis na maioria dos anos, foram utilizados para o gráfico apenas os dados dos outros três municípios e do Estado.

Fonte: Ministério da Saúde / SVS / DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.; IBGE. Estimativas Populacionais 2010 a 2018. Tabela 5.4.2.3.b.

Como pode ser observado nessa **Tabela 5.4.2.3.b**, e na **Figura 5.4.2.3.a**, os municípios mostram uma grande oscilação quanto às taxas de mortalidade infantil, comum quando se trata de localidades de pequena população, mas a linha de tendência acrescentada permite observar que em Cujubim a mortalidade infantil teve uma queda acentuada no período, assim como em Machadinho D'Oeste e Rondônia, mas que a taxa de Ariquemes apresentou tendência de crescimento.

As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50% ou mais), médias (20% a 49%) e baixas (menos de 20%), em função da proximidade ou distância dos valores já alcançados pelas sociedades mais desenvolvidas ao longo do tempo (RIPSA, 2008).

Segundo esses critérios, os municípios da AII e Rondônia apresentaram taxas baixas na maioria dos anos entre 2010 e 2018, tendo Cujubim apenas três anos (2010, 2012 e 2013) com taxas entre 20 e 30 óbitos por mil nascidos vivos e Machadinho D'Oeste, um ano (2015). Vale do Anari apresentou dois anos com taxas acima de 20 óbitos por mil nascidos vivos (2015 e 2016), e Rio Crespo, um ano (2016), mas como não apresentaram dados de óbitos infantis na maioria dos anos, fica difícil avaliar a real situação.

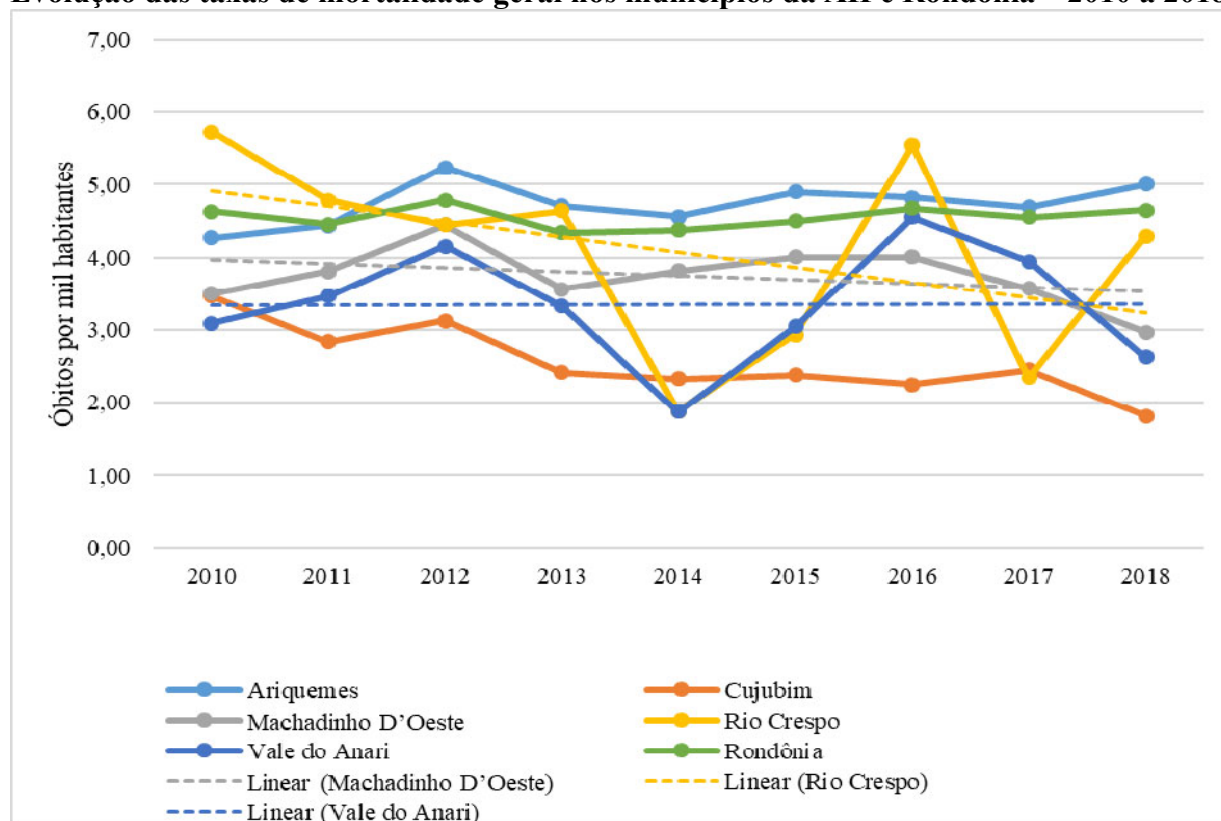
Ariquemes teve taxas abaixo de 16 óbitos por mil nascidos vivos em todos os anos, e Rondônia teve um ano com taxa de 18,5 óbitos por mil nascidos vivos (2010), mas nos outros anos as taxas variaram entre 14,5 e 12,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Este indicador pode ser complementado pelas taxas de mortalidade geral, possibilitando inferir indiretamente as condições socioeconômicas da população, e, de modo geral, a presença de fatores de risco à vida, o grau de criminalidade e também a eficácia do atendimento à saúde nas localidades analisadas.

A **Tabela 5.4.2.3.b** e a **Figura 5.4.2.3.b** permitem observar que, das seis unidades territoriais, Ariquemes foi a que apresentou as taxas mais altas, variando entre 4,27 e 5,24 óbitos por mil habitantes.

Cujubim, Machadinho D'Oeste e Rio Crespo apresentaram tendência decrescente, embora com alguns picos mais altos, acima de 4 óbitos por mil habitantes. Em Rio Crespo, as taxas variaram entre 5,73 e 2,35 óbitos por mil habitantes, apresentando uma situação de estabilidade no período.

Figura 5.4.2.3.b
Evolução das taxas de mortalidade geral nos municípios da AII e Rondônia – 2010 a 2018



Fonte: Ministério da Saúde / SVS / DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.; IBGE. Estimativas Populacionais 2010 a 2018. Tabela 5.4.2.3.b.

Morbidade e mortalidade por causas

Outros dados bastante significativos para avaliar o perfil da saúde pública das localidades analisadas são os que mostram a morbidade hospitalar por grupos de doenças, segundo a Classificação Internacional de Doenças CID-10, de modo a verificar a incidência de doenças infecciosas ou demais grupos aí incluídos, que afetam a saúde da população nas unidades

territoriais estudadas (Tabela 5.4.2.3.c). A mortalidade por causas (Tabela 5.4.2.3.e) complementa este quadro.

É importante destacar que, nas tabelas sobre mortalidade e morbidade hospitalar, as ocorrências dos municípios foram apresentadas tendo como referência os capítulos da Classificação Internacional de Doenças – Décima Revisão – CID 10. A CID é o instrumento estatístico utilizado na apresentação das tabelas de mortalidade por causas e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde.

A primeira classificação de doenças, que passou a ter uso internacional, foi aprovada em 1893 e, desde então, em intervalos aproximados de dez anos, é apresentada e aprovada uma nova revisão. Atualmente está em vigência a 10ª Revisão, conhecida como CID-10, segundo especialistas do Centro Brasileiro de Classificação de Doenças/Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). A CID-10 foi implantada no Brasil em 1996 e é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A Tabela 5.4.2.3.c especifica a classificação de doenças.

Tabela 5.4.2.3.c
Capítulos da CID-10

Capítulo	Descrição	Códigos da CID
I	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	A00-B99
II	Neoplasias [Tumores]	C00-D48
III	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	D50-D89
IV	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	E00-E90
V	Transtornos mentais e comportamentais	F00-F99
VI	Doenças do sistema nervoso	G00-G99
VII	Doenças do olho e anexos	H00-H59
VIII	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	H60-H96
IX	Doenças do aparelho circulatório	I00-I99
X	Doenças do aparelho respiratório	J00-J99
XI	Doenças do aparelho digestivo	K00-K93
XII	Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	L00-L99
XIII	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	M00-M99
XIV	Doenças do aparelho geniturinário	N00-N99
XV	Gravidez, parto e puerpério	O00-O99
XVI	Algumas afecções originadas no período perinatal	P00-P96
XVII	Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	Q00-Q99
XVIII	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	R00-R99
XIX	Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	S00-T98
XX	Causas externas de morbidade e de mortalidade	V01-Y98
XXI	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	Z00-Z99
XXII	Códigos para propósitos especiais	U00-U99

Tabela 5.4.2.3.d

Nº de internações hospitalares (morbidade hospitalar) na AII e Regiões de Saúde, por local de residência e Capítulo CID-10 – 2019

Capítulos CID-10	Municípios						Regiões de Saúde	
	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari	Total	Vale do Jamari	Central
Cap 01	631	140	465	38	37	1.311	1.680	1.469
Cap 02	260	20	71	11	15	377	573	1.066
Cap 03	117	9	21	2	5	154	208	448

Tabela 5.4.2.3.d

Nº de internações hospitalares (morbidade hospitalar) na AII e Regiões de Saúde, por local de residência e Capítulo CID-10 – 2019

Capítulos CID-10	Municípios						Regiões de Saúde	
	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari	Total	Vale do Jamari	Central
Cap 04	88	27	55	16	7	193	322	673
Cap 05	71	6	14	3	1	95	121	226
Cap 06	66	11	21	5	2	105	149	244
Cap 07	62	5	9	-	2	78	119	117
Cap 08	19	5	4	1	1	30	39	39
Cap 09	539	64	133	19	25	780	1.011	1.441
Cap 10	936	176	403	25	45	1.585	2.125	2.878
Cap 11	551	61	98	15	26	751	1.046	2.148
Cap 12	179	42	57	12	13	303	434	632
Cap 13	79	27	19	8	2	135	179	319
Cap 14	425	109	356	13	37	940	1.437	2.420
Cap 15	1.495	136	396	27	87	2.141	2.655	4.638
Cap 16	91	23	22	3	3	142	197	244
Cap 17	58	3	14	3	1	79	111	130
Cap 18	217	56	22	22	9	326	386	216
Cap 19	996	209	403	29	42	1.679	2.297	2.205
Cap 21	123	20	82	2	7	234	266	1.069
Total de Internações	7.003	1.149	2.665	254	367	11.438	15.355	22.622
População 2019	107.863	25.215	39.991	3.764	11.204	188.037	274.136	343.113
Taxa de internação	6,5	4,6	6,7	6,7	3,3	6,1	5,6	6,6

Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS); IBGE. Estimativas Populacionais dos Municípios 2019.

Em 2019, os municípios da AII tiveram 11.438 internações, correspondendo a 30,12% do total verificado nas duas Regiões de Saúde Vale do Jamari e Central, que tiveram um total de 37.977 internações.

Como se pode observar, tanto o total da AII (com 18,72% do total das internações) como as Regiões de Saúde (com 19,20% do total regional) tiveram o maior número de internações associadas ao Capítulo 15 – Gravidez, Parto e Puerpério, o mesmo ocorrendo com Ariquemes e Vale do Anari.

O segundo maior número de internações, com 14,68% do total da AII, foi o do Capítulo 19 - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, o mesmo ocorrendo para o total da AII, apontando a vulnerabilidade da região nesse aspecto, vindo a seguir as internações relativas ao Capítulo 10 - Doenças do Aparelho Respiratório, com 13,86% do total da AII.

Ocupando a 4ª posição, com 11,46% do total da AII, estava o Capítulo - 01 - Algumas doenças infecciosas e parasitárias. As doenças de veiculação hídrica, bem como outras doenças infecciosas (incluindo a malária), estão abrangidas neste grupo.

Estes quatro Capítulos somavam 58,72% do total de internações no total da AII, em 2019.

Nas Regiões de Saúde os Capítulos com maior número de internações eram o Capítulo 15 - Gravidez, Parto e Puerpério (19,20%), Capítulo 10 - Doenças do Aparelho Respiratório (13,17%), Capítulo 19 - Lesões, Envenenamentos e algumas outras Consequências de Causas Externas (11,85%), que somavam 44,23% do total de internações nas duas Regiões de Saúde. Além desses Capítulos, vinham a seguir o Capítulo 11 - Doenças do Aparelho Digestivo (8,41% do total), o Capítulo 1 - Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias (8,29%) e o Capítulo 09 - Doenças do Aparelho Circulatório (6,46%), que somavam 23,16% do total das internações em 2019. A soma desses dois grupos de internações representava, nesse ano, 67,39% do total nas duas Regiões de Saúde.

Deve-se destacar as doenças relacionadas a lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (Capítulo 19), com incidência nos municípios da AII e nas Regiões de Saúde, tendo a AII participado com 41,63% das 3.149 internações ocorridas nas duas Regiões.

Estes problemas de saúde podem estar associados ao uso de agrotóxicos nas atividades agrícolas, merecendo a atenção da gestão local.

A Tabela 5.4.2.3.e permite observar as causas de óbitos verificadas nos municípios da AII em 2018.

Tabela 5.4.2.3.e

Nº de óbitos (mortalidade por causas) na AII e Regiões de Saúde, por local de residência e Capítulo CID-10 – 2018

Capítulo CID-10	Município						Região de Saúde	
	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari	Total	Vale do Jamari	Central
Cap I	18	3	5	-	2	28	38	77
Cap II	87	5	17	1	4	114	148	270
Cap III	2	1	-	1	-	4	6	10
Cap IV	37	1	11	1	6	56	63	141
Cap V	-	-	-	-	-	-	-	8
Cap VI	15	1	-	-	1	17	22	43
Cap VII	-	-	-	-	-	-	-	1
Cap IX	132	9	19	3	7	170	246	497
Cap X	71	4	7	3	1	86	120	179
Cap XI	22	2	5	1	3	33	39	73
Cap XII	1	-	-	-	-	1	1	1
Cap XIII	2	-	-	-	-	2	2	4
Cap XIV	21	3	6	1	1	32	42	68
Cap XV	-	-	-	-	-	-	1	3
Cap XVI	15	1	2	-	-	18	28	39
Cap XVII	3	2	-	-	-	5	11	25
Cap XVIII	12	9	7	2	-	30	61	121
Cap XX	93	3	37	3	4	140	201	236
Total	531	44	116	16	29	736	1.029	1.796

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Os capítulos com maior número de óbitos em 2018 foram o Capítulo II (Neoplasias, com 114 óbitos na AII e 418 óbitos nas duas Regiões de Saúde), o Capítulo IX (Doenças do Aparelho Circulatório, com 170 óbitos na AII e 743 óbitos nas Regiões de Saúde) e o capítulo XX (Causas Externas de Morbidade e de Mortalidade, com 140 óbitos na AII e 4377 óbitos nas Regiões de Saúde), somando 57,61% do total de 736 óbitos ocorridos nesse ano na AII e 56,57% dos 2.825 óbitos ocorridos nesse ano nas duas Regiões de Saúde.

Ariquemes, e Machadinho D'Oeste também tiveram o maior número de óbitos ocorrido nesses três Capítulos, representando 58,76%, e 62,93%, respectivamente, do total em cada um desses municípios. Em Cujubim, os destaques foram os Capítulos II, IX e XVIII, com 52,27% do total de óbitos nesse ano.

Em Rio Crespo, com poucos óbitos, destacaram-se os Capítulos IX, X e XX, com 56,25% do total de óbitos nesse ano, e em Vale do Anari, os Capítulos IV e IX, com 44,83% do total de óbitos.

Agravos de notificação compulsória

As bases do Datasus forneceram dados sobre as principais doenças e outros agravos de notificação compulsória ao longo de alguns anos (base SINAN NET), que são analisados a seguir.

Outra referência utilizada na análise foi o Relatório de Situação, de 2011, do Sistema Nacional da Vigilância em Saúde para o estado de Rondônia (Brasil, 2011), que apontava os municípios com maiores problemas, não tendo sido encontrada nenhuma publicação desse relatório, mais recente, com as informações dos Estados.

As Tabelas a seguir apresentam as principais doenças de notificação compulsória identificadas nos municípios da AII, permitindo verificar as diferentes condições de endemicidade de algumas delas nesses municípios, iniciando-se pela **Dengue (Tabela 5.4.2.3.f)**.

Tabela 5.4.2.3.f

Agravos de notificação compulsória – notificações de Dengue – nos municípios da AII – 2015/2019

Município de residência	2015	2016	2017	2018	2019
Ariquemes	23	69	61	11	33
Cujubim	4	68	58	3	3
Machadinho D'Oeste	21	476	127	7	4
Rio Crespo	3	46	2	3	-
Vale do Anari	5	22	22	3	2
Total	56	681	270	27	42

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Pode ser observado na Tabela que os municípios da AII tiveram grande número de notificações de **Dengue** em 2016 e 2017, ocorridas, na maioria dos casos, em Machadinho D'Oeste (63,3% dos casos em 2016). Entre 2015 e 2019 foram 1.076 notificações, tendo 59,0% ocorrido em Machadinho D'Oeste. Em 2015, 2018 e 2019 foram poucos casos, na AII.

Tabela 5.4.2.3.g

Agravos de notificação compulsória – casos confirmados de diagnóstico de Tuberculose – nos municípios da AII – 2015/2019

Município de residência	2015	2016	2017	2018	2019
Ariquemes	36	42	36	33	31
Cujubim	1	6	2	6	3
Machadinho D'Oeste	5	5	5	3	7
Rio Crespo	1	-	2	-	1
Vale do Anari	2	2	1	2	-
Total	45	55	46	44	42

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

A **Tabela 5.4.2.3.g** mostra que ocorreram poucos casos confirmados de tuberculose nos municípios da AII entre 2015 e 2019, variando entre 44 casos (2019) e 55 casos (2016), num total de 232 diagnósticos confirmados nesse período na AII, estando a maior parte no município de Ariquemes (76,7% dos 232 casos).

Tabela 5.4.2.3.h

Agravos de notificação compulsória – casos confirmados por ano de diagnóstico de Hanseníase – nos municípios da AII – 2008/2012

Munic. Residência	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Total AII	108	135	149	90	95	581
110002 Ariquemes	51	91	108	55	52	359
110094 Cujubim	15	14	13	14	13	69
110013 Machadinho D'Oeste	40	24	23	17	29	135
110026 Rio Crespo	1	3	-	2	-	6
110175 Vale do Anari	1	3	5	2	1	12

Nota: dados de 2011 e 2012 sujeitos a revisão.

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Ariquemes e Machadinho D'Oeste tinham sido definidos anteriormente como municípios hiperendêmicos para **Hanseníase** no Relatório de Situação de Saúde (Brasil, 2011) com um número total de casos confirmados, no período 2008-2012, de 581. Nesse período foram 359 casos em Ariquemes e 135 casos em Machadinho D'Oeste, somando 85% do total da AII. Esse mesmo Relatório apontava que Vale do Anari e Cujubim foram classificados como de muito alto coeficiente de detecção da Hanseníase e que Rio Crespo não tinha casos da doença (**Tabela 5.4.2.3.h**).

Não foram encontrados dados sobre a incidência de Hanseníase na base do Sinan Net, do Ministério da Saúde, em anos mais recentes.

Relatório publicado pela Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia / Coordenação Estadual de Controle da Hanseníase aponta a presença de 82 casos novos na Região de Saúde do Vale do Jamari, em 2016, e 99 casos novos na Região de Saúde Central, que são dois dos três maiores valores nesse ano, entre as regiões de Saúde no Estado, representando 38,4% do total de 471 casos novos em Rondônia, nesse ano.

A maior parte dos casos de malária no Brasil está na região Amazônica, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Segundo dados do SIVEP-Malária (Brasil, 2011), havia cinco municípios, entre eles, Machadinho D'Oeste e Cujubim, da AII, que em 2010 detinham cerca de 80% das notificações por **Malária** no estado, o principal deles sendo Porto Velho. Do total de 20.216 casos em Rondônia em 2009, Machadinho D'Oeste tinha 3.106 casos e Cujubim, 2.538 casos, somando 14,2% do total estadual. Em 2010, esses dois municípios tiveram redução no número de casos, passando Machadinho D'Oeste a ter 3.026 casos e Cujubim, 1.942 casos, somando os dois 11,6% do total estadual. É apontado também que Machadinho D'Oeste, Cujubim e Rio Crespo apresentavam em 2010 IPA ≥ 50 casos por mil habitantes, o que caracteriza alto risco de contrair malária. Ariquemes e Vale do Anari apresentavam nesse ano IPA < 50 casos por mil habitantes.

O Ministério da Saúde vem divulgando a lista de municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária (Portaria Interministerial N° 60, de 24 de março de 2015, e à Portaria N°

1, de 13 de janeiro de 2014). A **Tabela 5.4.2.3.i** apresenta os dados de 2016 a 2018 dessa lista (atualizada em 03/01/2019) que mostram a sua situação nesses anos.

Tabela 5.4.2.3.i
Malária nos municípios da AII – 2016-2018

Municípios	2016	2017	2018	Total no período	IPA (casos por mil habitantes) 2018
Ariquemes	98	117	633	848	6,0
Cujubim	299	342	321	962	13,3
Machadinho D'Oeste	1.214	704	337	2.255	8,6
Rio Crespo	70	42	54	166	14,5
Vale do Anari	36	20	9	65	0,8

Fonte: Ministério da Saúde. Lista de municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária (Atualização em 03/01/2019).

Dos municípios da AII, o que apresentou, nesse período, o maior número de casos foi Machadinho D'Oeste, vindo depois Cujubim e Ariquemes. Apesar do grande número, o IPA de Machadinho D'Oeste e Ariquemes situa-os no grupo de baixo risco (IPA abaixo de 10 casos por mil habitantes) estando também Vale do Anari nesse grupo. Cujubim e Rio Crespo (apesar do número bem menor de casos, este município tem uma população pequena) estão no grupo de médio risco (IPA entre 10 e <50 casos por mil habitantes).

A **Tabela 5.4.2.3.j** mostra a evolução de casos confirmados de **Hepatites Virais** nos municípios da AII entre 2015 e 2018. Foram 429 casos confirmados no período 2015/2018, predominando em Ariquemes (256 casos) e em Machadinho D'Oeste (134 casos), que tiveram 90,9% do total dos casos nesses anos. Os anos de 2015 e 2016 foram os que apresentaram maior número de casos, somando 62,0% do total dos quatro anos.

Tabela 5.4.2.3.j
Agravos de notificação compulsória – casos de Hepatites Virais confirmados por ano – nos municípios da AII – 2015-2018

Município de residência	2015	2016	2017	2018
Ariquemes	108	60	48	40
Cujubim	12	5	3	-
Machadinho D'Oeste	32	38	34	30
Rio Crespo	4	2	-	5
Vale do Anari	2	3	2	1
Total	158	108	87	76

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

O Relatório de Situação de Saúde (Brasil, 2011) apontava dados sobre algumas doenças nos municípios da AII, mas não foram encontrados dados mais recentes a respeito.

Entre as **doenças imunopreveníveis** estavam a influenza pandêmica (H1N1), o sarampo, a paralisia flácida aguda (PFA), a rubéola e a meningite. A base de dados do Datasus não incluía o sarampo e a rubéola, tendo dados apenas para as outras três doenças, mas o Relatório de Situação de Saúde (Brasil, 2011) trazia alguns dados sobre a rubéola no estado: 43 casos suspeitos notificados entre 2009 e 2010, mas nenhum confirmado.

Tinham sido verificados poucos casos de **Influenza Pandêmica** (H1N1) na AII entre 2009 e 2010. Em 2009 houve 03 casos, um em Machadinho D'Oeste e dois em Ariquemes. Em 2010 houve 05 casos, sendo 04 em Ariquemes e 01 em Rio Crespo.

Segundo dados do SINAN Net, foram identificados 05 casos em Ariquemes de **paralisia flácida aguda (poliomielite)**, 02 casos em Cujubim e 1 caso em Machadinho D'Oeste (2008). Dados sobre estas doenças não aparecem atualmente na base de dados do Sinan Net, aberto à consulta ampla.

A **Tabela 5.4.2.3.k** mostra a incidência de poucos casos de **Meningite** nos municípios da AII, que foram 18 entre 2015 e 2019, sendo 13 em Ariquemes, 03 casos em Machadinho D'Oeste e 02 casos em Cujubim nesse período, e os outros dois municípios da AII não tiveram nenhum caso.

Tabela 5.4.2.3.k

Agravos de notificação compulsória – casos de Meningite confirmados por ano (1º Sintoma) – nos municípios da AII – 2008/2012

Município de residência	2015	2016	2017	2018	2019
Ariquemes	3	3	4	2	1
Cujubim	-	1	-	-	1
Machadinho D'Oeste	-	-	1	1	1
Total	3	4	5	3	3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

O Relatório de Situação de Saúde (Brasil, 2011) apontava também algumas informações sobre **doenças de transmissão hídrica e alimentar**, , entre as quais as **Doenças Diarréicas Agudas (DDA)**, sem dados no SINAN Net quanto à incidência por município. Entre 2007 e 2010 foram notificados 165.955 casos no estado de Rondônia, estimando-se uma incidência que variou de 20,6 casos por mil habitantes em 2007 a 30,8 em 2010.

esse Relatório apontava também algumas **Zoonoses**, tais como a Leishmaniose, a Leptospirose e os ataques de animais peçonhentos.

A **Tabela 5.4.2.3.l** mostra o número de casos confirmados de **Leishmaniose Tegumentar Americana** nos municípios da AII.

Tabela 5.4.2.3.l

Agravos de notificação compulsória – casos de Leishmaniose Tegumentar Americana confirmados – nos municípios da AII – 2015-2018

Município de residência	2015	2016	2017	2018
Ariquemes	51	49	61	43
Cujubim	20	25	45	20
Machadinho D'Oeste	34	53	59	33
Rio Crespo	3	3	6	1
Vale do Anari	-	1	8	6
Total	108	131	179	103

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Entre 2015 e 2018 ocorreram 521 casos confirmados de **Leishmaniose Tegumentar Americana** nos municípios da AII, sendo o maior número em Ariquemes (204 casos) nesse período. Mas os municípios de Cujubim e Machadinho D'Oeste apresentaram também um número alto de casos

confirmados (110 casos e 179 casos, respectivamente), tendo, os três municípios apresentado a maioria dos casos. Os outros dois municípios da AII tiveram apenas 5,4% do total no período.

Não se verificou nenhum caso de **Leishmaniose Visceral** nos municípios da AII.

Tabela 5.4.2.3.m

Agravos de notificação compulsória – casos de Leptospirose confirmados – nos municípios da AII – 2015-2019

Município de residência	2015	2016	2018	2019
Ariquemes	1	4	2	-
Cujubim	-	-	-	1
Machadinho D'Oeste	12	7	3	1
Vale do Anari	1	-	1	-
Total	14	11	6	2

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

A **Tabela 5.4.2.3.m** mostra que ocorreram 33 casos de **Leptospirose** confirmados nos municípios da AII entre 2015 e 2018 (e nenhum, em 2017), sendo 07 casos em Ariquemes, 01 caso em Cujubim, 23 casos em Machadinho D'Oeste e 02 casos em Vale do Anari.

Em 2010 haviam sido notificados 86 casos no Estado, tendo sido confirmados 14 casos, a maioria deles em Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena. O relatório recomendava que mesmo que aparentemente essa doença fosse de “... *baixa endemicidade, a vigilância da doença deve ser intensificada, sendo importante incentivar os serviços para a suspeita clínica, diagnóstico diferencial e tratamento, notificação e investigação de todos os casos.*” (Brasil, 2011).

Tabela 5.4.2.3.n

Agravos de notificação compulsória – casos de acidentes por animais peçonhentos – nos municípios da AII – 2015-2019

Município de residência	2015	2016	2017	2018	2019
Ariquemes	37	38	51	59	65
Cujubim	26	22	46	51	36
Machadinho D'Oeste	46	33	23	35	29
Rio Crespo	5	1	6	4	1
Vale do Anari	3	6	5	11	7
Total	117	100	131	160	138

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

A incidência de **acidentes por animais peçonhentos** foi de 646 casos entre 2015 e 2019, ocorrendo a maioria deles em Ariquemes (250 casos), Cujubim (181 casos) e Machadinho D'Oeste (166 casos), , como mostra a **Tabela 5.4.2.3.n**.

A maioria dos acidentes foi causada por cobras (412 acidentes), vindo a seguir os causados por escorpiões (108 acidentes), depois os causados por aranhas (73 acidentes), depois os causados por lagartas (11 acidentes) e 09 acidentes causados por abelhas, tendo ainda 21 acidentes causados por outros tipos de animais e 12 não identificados.

A **Tabela 5.4.2.3.o** mostra a incidência de casos de **AIDS (DST – doenças sexualmente transmissíveis)** identificados na AII entre 2008 e 2012. Estes são os últimos anos que constam da página do Datasus / TabNet.

Tabela 5.4.2.3.o**Agravos de notificação compulsória – casos de AIDS identificados – nos municípios da AII – 2008/2012**

Municípios de residência	2008	2009	2010	2011	2012	Total
110002 Ariquemes	9	11	17	36	9	82
110094 Cujubim	1	0	1	0	1	3
110013 Machadinho d'Oeste	1	4	4	0	0	9
Total	11	15	22	36	10	94

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Foram identificados 94 casos de **AIDS** na AII nesse período, a maioria dos quais (82) em Ariquemes, vindo a seguir Machadinho D'Oeste com 09 casos e Cujubim, com 03 casos. O ano em que foi identificado o maior número de casos foi 2011, sendo todos os 36 casos em Ariquemes.

Tabela 5.4.2.3.p**Agravos de notificação compulsória – casos de Esquistossomose identificados – nos municípios da AII – 2008/2012**

Munic. Residência	2007	2008	2009	2010	Total
Total AII	1	5	4	3	13
110002 Ariquemes	-	1	1	1	3
110094 Cujubim	-	-	-	1	1
110013 Machadinho D'Oeste	-	4	3	1	8
110175 Vale do Anari	1	-	-	-	1

Nota: dados de 2011 e 2012 sujeitos a revisão.

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Anteriormente, haviam sido identificados 13 casos de esquistossomose nos municípios da AII (**Tabela 5.4.2.3.p**), provavelmente de pessoas que vieram de regiões endêmicas, porque, segundo o Relatório de Situação de Saúde (Brasil, 2011), “*Não há transmissão da esquistossomose em Rondônia, uma vez que não há registro da presença de hospedeiros intermediários do Schistosoma mansoni na região, embora, em 2010, tenham sido detectados 56 casos de S. mansoni no estado.*”

Segundo o mesmo relatório, entre 2005 e 2010, a média anual de internações foi de três pacientes, tendo a taxa de internação se reduzido de 0,33 por 100 mil habitantes para 0,13 por 100 mil habitantes em 2010, tendo sido registrados apenas 04 óbitos ocasionados por essa doença, que foram também decorrentes de pessoas que vieram de estados onde a doença é endêmica. Não foram encontrados dados sobre Esquistossomose no Sinan Net em anos recentes.

Em 2020, ocorreu a eclosão da pandemia do Coronavírus no mundo, com o que todos os serviços de saúde pública (e os serviços privados também) no Brasil tiveram que se reorganizar para atender e tratar as pessoas infectadas por esse vírus muito desconhecido, pelo menos a partir de fevereiro desse ano.

A **Tabela 5.4.2.3.q** mostra a situação mais recente quanto à Covid-19 nos municípios da AII e em Rondônia.

Tabela 5.4.2.3.q
Situação da infecção pela Covid-19 – 01/09/2020

Municípios e Estado	Casos confirmados	Recuperados	Óbitos
Ariquemes	4.540	3.935	78
Cujubim	263	221	6
Machadinho D'Oeste	938	629	6
Rio Crespo	109	88	1
Vale do Anari	129	109	1
Total	5.979	4.982	92
Rondônia	55.768	46.833	1.155

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia. Agência Estadual de Vigilância em Saúde

Esses dados abrangem o número de casos desde o primeiro registro (21 de março) até 1º de setembro de 2020. Ariquemes apresentou 75,9% do total de casos confirmados, 79% dos pacientes recuperados e 84,8% dos óbitos nesse período. Machadinho D'Oeste também apresentou um número considerável de casos. Dos casos confirmados, 83,32% foram pacientes que se recuperaram, houve 1,54% dos óbitos e há 15,14% casos ativos atualmente.

Como pode ser observado, os dois municípios da AII com maior endemicidade de algumas doenças nesse período foram Ariquemes (malária, dengue, tuberculose, leishmaniose tegumentar americana) e Machadinho D'Oeste (malária, dengue, leishmaniose tegumentar americana), tendo Cujubim se destacado também quanto à incidência de malária, dengue e leishmaniose tegumentar americana. Rio Crespo pode ser considerado com endemicidade também para dengue, leishmaniose tegumentar americana e malária.

Possíveis Impactos de Movimentos Migratórios

A avaliação dos possíveis impactos associados ao empreendimento em decorrência de fluxos migratórios, solicitada no item 226 do Termo de Referência, é apresentada no Capítulo 7.0 (Identificação e Avaliação dos Impactos Socioambientais). Destaca-se a avaliação desenvolvida no âmbito do impacto 11.01, denominado “Riscos à saúde pública durante a construção”, que aborda a potencial alteração das condições de saúde pública durante as obras em decorrência ou não do afluxo populacional. Especificamente relacionados ao aumento do contingente populacional são consideradas as seguintes possibilidades:

- O aumento da quantidade de possíveis portadores de doenças infectocontagiosas, como DST, viroses e parasitoses, devido à maior presença de migrantes durante as obras, residindo e circulando pelo município de Machadinho D'Oeste;
- O aumento do número de casos de contração de doenças endêmicas (malária, dengue e leishmaniose) e de acidentes com animais peçonhentos (cobras, aranhas, abelhas, etc.), devido às alterações ambientais e à exposição direta de um grande contingente de trabalhadores;
- Riscos de saúde e segurança do trabalho e de acidentes com terceiros em canteiros, frentes de obra e caminhos de serviço;
- Um maior risco de incidência de doenças de veiculação hídrica nas áreas urbanas da localidade anfitriã (Machadinho D'Oeste), devido a impactos indesejados do crescimento populacional e econômico durante as obras, como a expansão urbana sem infraestrutura sanitária adequada.

No que se refere aos agravos potencializados nas fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento (item 226 do Termo de Referência), por se tratar de aspecto associado aos impactos potenciais do empreendimento, o tema é devidamente abordado no Capítulo 7.0 do EIA. Os impactos 11.01 (Riscos à saúde pública durante a construção) e 11.02 (Riscos de endemias em decorrência da formação do reservatório) indicam os riscos e as doenças com casos potencialmente incrementados durante as obras (doenças infectocontagiosas) ou após a formação do reservatório (endemias).

5.4.2.4

Atividades Econômicas

Para caracterizar a economia local e regional foram utilizados dados e indicadores relativos ao Produto Interno Bruto e Valor Adicionado das atividades econômicas, outros sobre estabelecimentos, empregos e massa salarial média mensal da economia formal, além daqueles relativos à atividade agropecuária.

As **Tabelas 5.4.2.4.a, 5.4.2.4.b e 5.4.2.4.c** mostram a evolução do Produto Interno Bruto – PIB e do Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) em 2000, 2010 e 2017, na AII.

O Produto Interno Bruto da região formada pela AII era de 508,5 milhões de reais, em valores correntes de 2000, e o de 2010 era de 1,997 bilhões de reais, também em valores correntes, com um crescimento real de 70,9% nesse período. O PIB *per capita* dessa área em 2000 era de R\$ 4.443,36, em valores correntes, e o PIB *per capita* em 2010 era de R\$ 13.314,32, com crescimento real de 30,4% no período.

Tabela 5.4.2.4.a

PIB e PIB *per capita* - Área de Influência Indireta (AII) – 2000

Municípios	População total 2000	Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ 1.000)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
Ariquemes	74.503	381.793,394	5.124,54
Cujubim	6.536	23.611,726	3.612,57
Machadinho D'Oeste	22.739	66.506,014	2.924,76
Rio Crespo	2.937	15.428,121	5.253,02
Vale do Anari	7.737	21.212,710	2.741,72
Total AII	114.452	508.551,965	4.443,36
Rondônia	1.380.952	5.946.137,705	4.305,83

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 1999-2010.

Ariquemes participava com 75,1% do PIB da área de estudo em 2000 e 64,8% em 2010, com um PIB de 381,8 milhões de reais, em valores de 2000, passando a 1,3 bilhões de reais em 2010, em valores correntes, com um crescimento real de 47,4%. O PIB *per capita* desse município em 2000 era de R\$ 5.124,54, em valores correntes, e em 2010 era de R\$ 14.315,20, tendo tido um crescimento real de 21,6% nessa década.

Em 2000 e, especialmente em 2010, o PIB *per capita* mais alto da região era o de Rio Crespo (R\$ 5.253,02 e R\$ 21.768,92, respectivamente). Nesse período, a economia dos demais municípios da AII cresceu mais do que a de Ariquemes, proporcionalmente, principalmente a de Cujubim, mas também a dos outros três municípios. A **Figura 5.4.2.4.a** mostra o PIB dos municípios da AII em 2010.

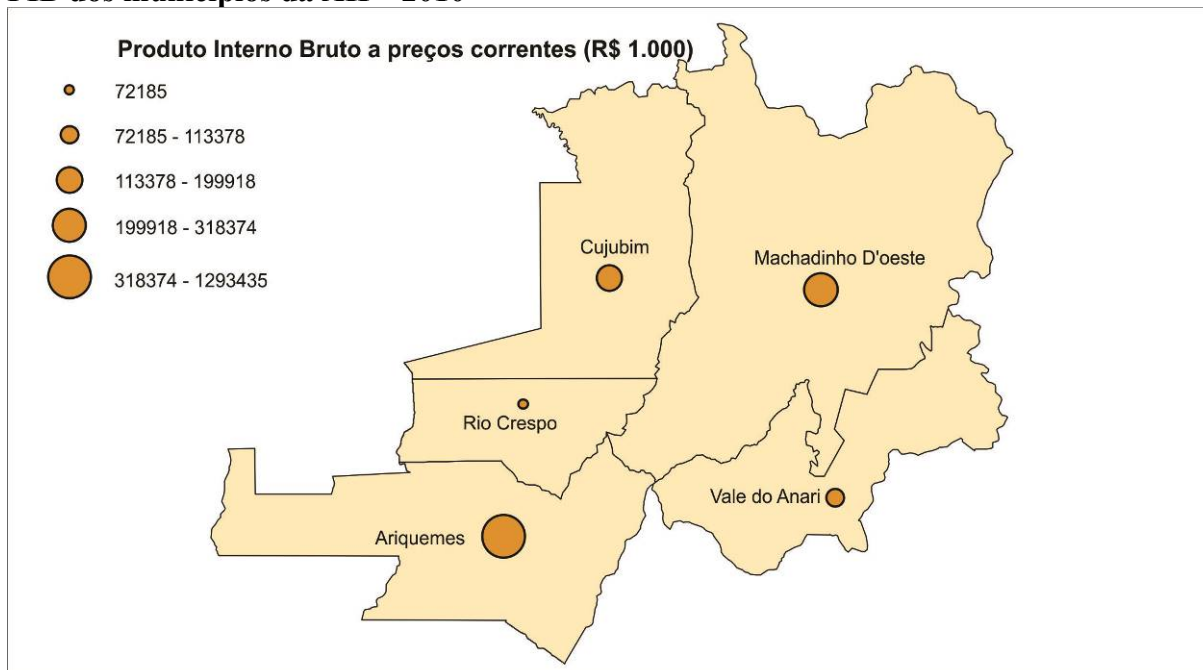
Tabela 5.4.2.4.b
PIB e PIB *per capita* - Área de Influência Indireta (AII) – 2010

Municípios	População Total 2010	Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ 1.000)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
Ariquemes	90.354	1.293.435,70	14.315,20
Cujubim	15.873	199.918,95	12.594,91
Machadinho D'Oeste	31.107	318.374,92	10.234,83
Rio Crespo	3.316	72.185,75	21.768,92
Vale do Anari	9.361	113.378,46	12.111,79
Total da AII	150.011	1.997.293,78	13.314,32
Rondônia	1.560.501	23.560.643,72	15.098,13

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 1999-2010.

Em 2000, o PIB da AII representava 8,6% do PIB estadual, reduzindo-se ligeiramente em 2010 (8,5%).

Figura 5.4.2.4.a
PIB dos municípios da AII – 2010



Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 1999-2010. Tabela 5.4.2.4.b

A **Tabela 5.4.2.4.c** mostra os montantes de PIB e PIB *per capita*, em 2017, em valores correntes, permitindo uma comparação com os dados de 2000 e 2010.

Em 2017, o Produto Interno Bruto da região formada pela AII atingiu o valor de pouco mais de 3,484 bilhões de reais, em valores correntes, com um crescimento real de 18,6% entre 2010 e 2017.

Tabela 5.4.2.4.c

PIB e PIB *per capita* - Área de Influência Indireta (AII) – 2017

Municípios	População 2017	Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$1.000)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$1,00)
Ariquemes	107.345	2.296.074	21.389,67
Cujubim	22.443	324.023	14.437,60
Machadinho D'Oeste	38.609	607.111	15.724,60
Rio Crespo	3.829	106.320	27.767,17
Vale do Anari	11.149	150.777	13.523,82
Total da AII	183.375	3.484.305	18.568,57
Rondônia	1.805.788	43.506.499	20.587,43

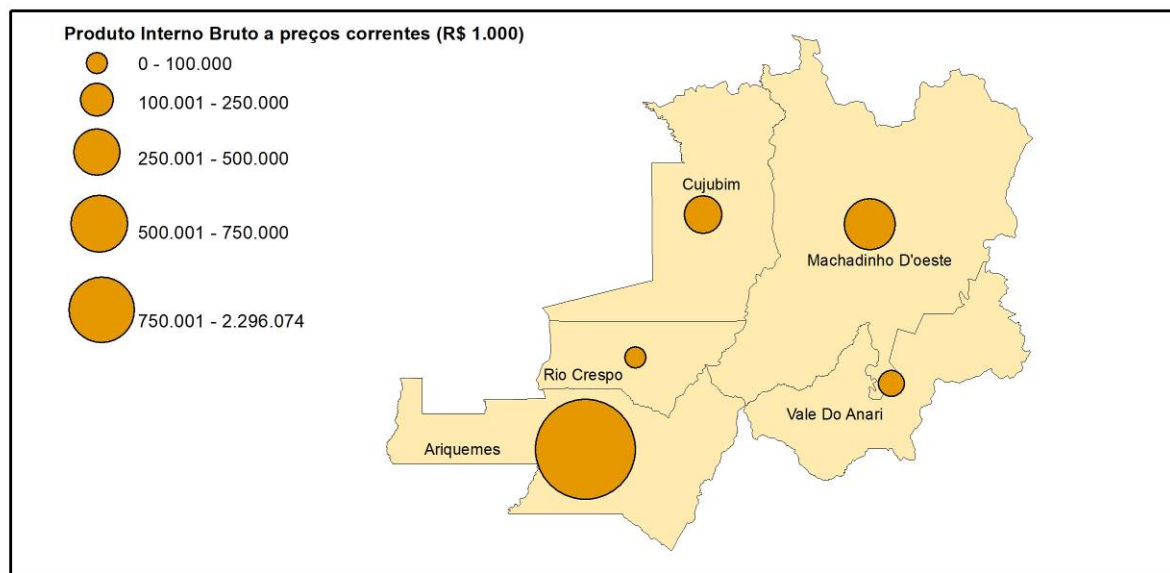
Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010-2017.

O PIB *per capita* médio da AII em 2017 era de R\$ 18.568,57, em valores correntes, tendo tido uma perda de 5,20%no período.

Ariquemes participava com 65,9% do PIB da área de estudo em 2017, vindo a seguir Machadinho D'Oeste, com 17,4% do PIB total da AII. Os demais municípios participavam com 16,9% do PIB da AII em 2017.

Rio Crespo era o município com mais alto PIB *per capita* em 2017 (R\$ 27.767,17, em valores correntes), vindo a seguir Ariquemes (R\$ 21.389,67). O PIB *per capita* de Vale do Anari, Cujubim e Machadinho D'Oeste variava, nesse ano, entre R\$13.523,82 e R\$15.724,60.

Figura 5.4.2.4.b

PIB dos municípios da AII – 2017

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010-2017. Tabela 5.4.2.4.c

As Tabelas 5.4.2.4.d, 5.4.2.4.e e 5.4.2.4.f mostram a evolução do valor adicionado por grandes setores na AII entre 2000, 2010 e 2017, permitindo avaliar as atividades econômicas que são grandes geradoras de riqueza nessas unidades territoriais e a dinâmica ocorrida no período.

Em 2000, quatro dos cinco municípios da AII tinham os serviços como setor com maior geração de riqueza, variando entre 57,1% (Vale do Anari) e 67,1% (Ariquemes). Na AII esse setor

participava com 65,2% do total do valor adicionado gerado e em Rondônia, com 69,4% do total. Apenas Rio Crespo tinha a agropecuária como o setor com maior geração de valor adicionado, participando do total com 53,6%.

Tabela 5.4.2.4.d
Valor Adicionado - Área de Influência Indireta (AII) – 2000

Municípios e Estado	Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Agropecuária (R\$ 1.000)	Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Indústria (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto, a preços correntes, dos Serviços ¹ (R\$ 1.000)	Valor Adicionado total (R\$ 1.000)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Ariquemes	33.158,469	76.461,09	223.261,146	332.880,705	10,0	23,0	67,1
Cujubim	4.220,887	4.692,705	12.474,325	21.387,917	19,7	21,9	58,3
Machadinho D'Oeste	15.343,709	6.337,514	41.062,454	62.743,677	24,5	10,1	65,4
Rio Crespo	8.095,029	557,243	6.454,655	15.106,927	53,6	3,7	42,7
Vale do Anari	7.745,648	1.185,706	11.873,553	20.804,907	37,2	5,7	57,1
Total da AII	68.563,742	89.234,258	295.126,133	452.924,133	15,1	19,7	65,2
Rondônia	1.004.814,955	630.370,56	3.701.916,296	5.337.101,811	18,8	11,8	69,4

Nota - ¹ - Inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 1999-2010.

	Setor com maior participação no total
	Segundo setor com maior participação no total

A indústria era o setor com a segunda maior participação no total do valor adicionado em Ariquemes (23,0%) e Cujubim (21,9%), fazendo com que esse setor fosse também o segundo maior gerador de riqueza no conjunto da AII, pelo peso de Ariquemes. Mas a agropecuária tinha a segunda maior participação na geração de valor em Machadinho D'Oeste (24,5%) e no Vale do Anari (37,2%). A participação da indústria era muito pequena nos outros três municípios, variando de 3,7% em Rio Crespo a 10,1% em Machadinho D'Oeste nesse ano.

Em 2010 nota-se um maior crescimento do valor das atividades agropecuárias, em detrimento principalmente da indústria, na participação no total, mas também dos serviços, que também tiveram sua participação reduzida, em comparação à situação em 2000.

Os serviços continuam sendo o setor com maior geração de riqueza em Ariquemes (63,9%), Cujubim (47,8%) e Machadinho D'Oeste (55,2%), embora sua participação no total tenha se reduzido, em relação à situação de 2000. Apesar disso, no total da AII a maior participação continua sendo do setor de serviços (58,4%), principalmente em função do porte de Ariquemes.

Mas Rio Crespo (65,5%) e Vale do Anari (50,2%) têm, em 2010, a maior geração de valor adicionado na agropecuária. Além destes municípios, os demais também tiveram maior participação do setor da agropecuária no total, em relação a 2000, assim como também o total da AII e Rondônia.

Tabela 5.4.2.4.e
Valor Adicionado - Área de Influência Indireta (AII) – 2010

Municípios e Estado	Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Agropecuária (R\$ 1.000)	Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Indústria (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto, a preços correntes, dos Serviços ¹ (R\$ 1.000)	Valor Adicionado total (R\$ 1.000)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Ariquemes	168.468,62	249.094,00	739.288,49	1.156.851,10	14,6	21,5	63,9
Cujubim	68.881,32	30.233,85	90.700,49	189.815,66	36,3	15,9	47,8
Machadinho D'Oeste	114.423,29	21.089,14	167.118,36	302.630,78	37,8	7,0	55,2
Rio Crespo	45.820,44	3.106,42	21.038,01	69.964,86	65,5	4,4	30,1
Vale do Anari	55.007,23	3.938,19	50.582,60	109.528,02	50,2	3,6	46,2
Total da AII	452.600,90	307.461,60	1.068.727,95	1.828.790,42	24,7	16,8	58,4
Rondônia	4.472.190,16	3.046.436,43	13.297.907,82	20.816.534,42	21,5	14,6	63,9

Nota - ¹ - Inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 1999-2010.

	Setor com maior participação no total
	Segundo setor com maior participação no total

Apenas Ariquemes tinha em 2010 a indústria como o setor com a segunda maior geração de valor (21,5% do total), embora sua participação também tenha se reduzido, em relação a 2000.

Em 2017, novamente quatro dos cinco municípios da AII tinham os serviços como setor com maior geração de riqueza (Tabela 5.4.2.4.f), variando entre 58,9% (Cujubim) e 76,0% (Ariquemes). Na AII esse setor cresceu em participação, com 69,9% do total do valor adicionado gerado e em Rondônia cresceu um pouco, em relação a 2010, estando com 64,2% do total. Apenas Rio Crespo tinha a agropecuária como o setor com maior geração de valor adicionado, participando do total com 58,3%.

Tabela 5.4.2.4.f
Valor Adicionado - Área de Influência Indireta (AII) – 2017

Municípios e Estado	Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Agropecuária (R\$1.000)	Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Indústria (R\$1.000)	Valor adicionado bruto, a preços correntes, dos Serviços ¹ (R\$1.000)	Valor Adicionado total (R\$ 1.000)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Ariquemes	165.217	330.319	1.568.526	2.064.062	8,0	16,0	76,0
Cujubim	84.130	42.915	182.438	309.483	27,2	13,9	58,9
Machadinho D'Oeste	183.427	38.600	350.933	572.960	32,0	6,7	61,2
Rio Crespo	59.951	3.231	39.722	102.904	58,3	3,1	38,6
Vale do Anari	48.687	5.154	90.448	144.289	33,7	3,6	62,7
AII	541.412	420.220	2.232.066	3.193.699	17,0	13,2	69,9
Rondônia	5.876.784	8.188.312	25.206.307	39.271.404	15,0	20,9	64,2

Nota - ¹ - Inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010-2017.

	Setor com maior participação no total
	Segundo setor com maior participação no total

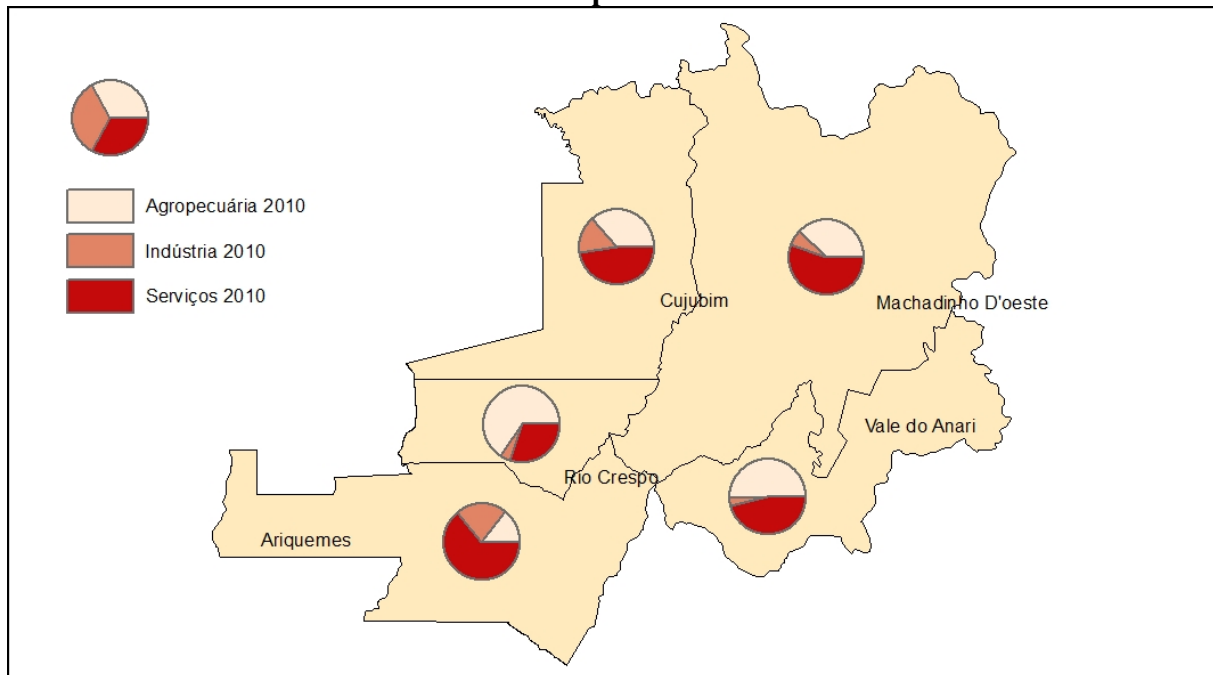
Em três dos cinco municípios, a segunda maior participação foi da agropecuária, em 2017, caracterizando essa área como de forte presença das atividades primárias. Em Ariquemes e em Rondônia a segunda maior participação foi das atividades secundárias, e em Rio Crespo, das atividades terciárias.

Entre 2010 e 2017, porém, as atividades primárias tiveram percentuais menores em todas as unidades territoriais, e também as atividades secundárias, com exceção de Rio crespo, onde a indústria teve um pequeno crescimento, Vale do Anari, onde permaneceu com a mesma participação, e no estado, em que teve um crescimento expressivo, na geração de valor. Essas reduções na participação desses dois grandes setores foram devidas ao expressivo crescimento da participação das atividades terciárias no total do valor adicionado.

As Figuras 5.4.2.4.c e 5.4.2.4.d mostram a composição da economia nos municípios da AII em 2010 e 2017, permitindo avaliar a sua evolução no período.

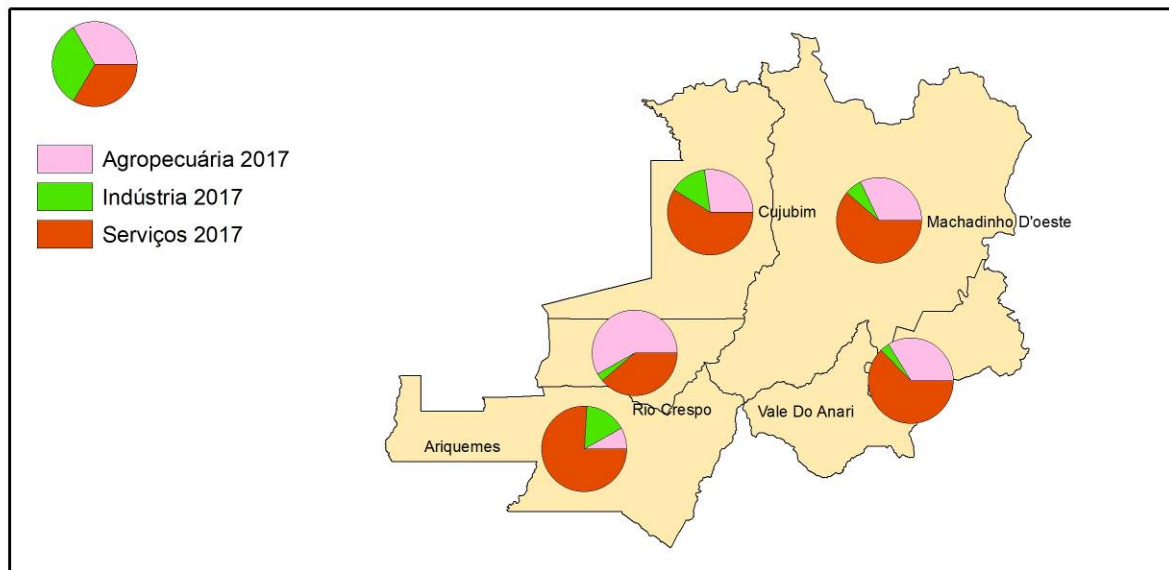
Figura 5.4.2.4.c

Setores da atividade econômica nos municípios da AII – 2010



Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 1999-2010. Tabela 5.4.2.4.e.

Figura 5.4.2.4.d
Setores da atividade econômica nos municípios da AII – 2017



Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010-2017. Tabela 5.4.2.4.f

Estrutura produtiva na AII

Os dados oriundos da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego permitem avaliar outros aspectos da dinâmica econômica dos municípios da AII, verificando qual dos grandes setores da economia apresenta maior número de estabelecimentos, de empregos e maior massa salarial em 2010 e em 2018.

A **Tabela 5.4.2.4.g** mostra que havia um número total de 2.759 estabelecimentos na AII, sendo 2.107 (76,4%) apenas em Ariquemes. O setor terciário contava com o maior número de estabelecimentos da economia formal em quase todos os municípios da AII, variando de 55,8% em Cujubim a 67,2% em Machadinho D'Oeste, com exceção de Rio Crespo que tinha 66,7% dos estabelecimentos no setor primário e apenas 25,0 no setor terciário.

Tabela 5.4.2.4.g
Número de estabelecimentos por grande setor - Área de Influência Indireta (AII) – 2010

Municípios	Setor Primário	%	Setor Secundário	%	Setor Terciário	%	Total
Ariquemes	350	16,6	365	17,3	1.392	66,1	2.107
Cujubim	34	16,5	57	27,7	115	55,8	206
Machadinho D'Oeste	68	20,9	39	12,0	219	67,2	326
Rio Crespo	40	66,7	5	8,3	15	25,0	60
Vale do Anari	18	30,0	5	8,3	37	61,7	60
Total da AII	510	18,5	471	17,1	1.778	64,4	2.759
Rondônia	4.128	15,6	3.611	13,6	18.769	70,8	26.508

Fonte: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O setor secundário tinha 17,1% do total dos estabelecimentos na AII, sendo o município com maior participação o de Cujubim, com 27,7% dos estabelecimentos, vindo depois Ariquemes, com 17,3% dos estabelecimentos nesse setor. Os municípios com menor participação eram os de

Rio Crespo e Vale do Anari, com 8,3% do total no setor secundário. Em Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari o setor primário tinha a segunda maior participação, variando de 20,9% em Machadinho D'Oeste a 66,7% em Rio Crespo.

Tabela 5.4.2.4.h

Número de estabelecimentos por grande setor - Área de Influência Indireta (AII) – 2018

Municípios e Estado	Setor Primário	%	Setor Secundário	%	Setor Terciário	%	Total
Ariquemes	383	15,2	343	13,6	1.802	71,3	2.528
Cujubim	98	21,3	49	10,7	313	68,0	460
Machadinho D'Oeste	55	65,5	7	8,3	22	26,2	84
Rio Crespo	69	26,6	46	17,8	144	55,6	259
Vale do Anari	29	31,5	4	4,3	59	64,1	92
Total da AII	634	18,5	449	13,1	2.340	68,4	3.423
Rondônia	5.169	15,4	4.155	12,4	24.277	72,3	33.601

Fonte: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Em 2018, havia um número total de 3.423 estabelecimentos na AII, sendo 2.528 (73,9%) apenas em Ariquemes. O setor terciário contava com o maior número de estabelecimentos da economia formal em quase todos os municípios da AII, variando sua participação no total municipal entre 26,2% em Machadinho D'Oeste a 71,3% em Ariquemes; a exceção era Machadinho D'Oeste, com 65,5% dos estabelecimentos no setor primário e apenas 26,2 no setor terciário.

A distribuição de empregos por grandes setores da economia pode ser vista na **Tabela 5.4.2.4.i**, que mostra que havia um total de 21.532 empregos em 2010, sendo 74,6% (16.061 empregos) em Ariquemes. A predominância dos empregos também se encontra no setor terciário, em todos os municípios, variando de 51,6% em Cujubim a 88,6% em Vale do Anari nesse setor.

A segunda maior participação no número de empregos era do setor secundário, em quase todos os municípios, com exceção de Rio Crespo, que tinha 22,7% no setor primário e 16,1% no setor secundário.

Nos outros municípios, a participação do setor secundário variava de 7,1, em Vale do Anari, a 44,0% em Cujubim. Entre estes quatro municípios, Ariquemes era o município com a segunda maior participação do setor secundário, de 24,8% do total e Machadinho D'Oeste era o terceiro, com 20,9% do total.

Tabela 5.4.2.4.i

Número de empregos por grande setor - Área de Influência Indireta (AII) – 2010

Municípios	Setor Primário	%	Setor Secundário	%	Setor Terciário	%	Total
Ariquemes	897	5,6	3.976	24,8	11.188	69,7	16.061
Cujubim	78	4,4	771	44,0	904	51,6	1.753
Machadinho D'Oeste	114	4,3	553	20,9	1.979	74,8	2.646
Rio Crespo	110	22,7	78	16,1	296	61,2	484
Vale do Anari	25	4,3	42	7,1	521	88,6	588
Total da AII	1.224	5,7	5.420	25,2	14.888	69,1	21.532
Rondônia	10.471	3,1	79.808	23,9	244.011	73,0	334.290

Fonte: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O setor primário tinha uma participação bem pequena, com exceção de Rio Crespo, já citado, variando entre 4,3% dos empregos formais em Machadinho D'Oeste e Vale do Anari, e 5,6% em Ariquemes, entre os quatro municípios restantes.

Com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE), a taxa de desemprego (desocupação) em 2010 era de 4,7% da população economicamente ativa, na AII, como apontado na **Seção 5.4.2.7 (Condições de Vida)**, variando entre 3,5% em Machadinho D'Oeste e 7,2% em Rio Crespo.

Em 2018 (**Tabela 5.4.2.4.j**), havia 24.148 empregos formais nos municípios da AII, com um crescimento de 12,1% em relação a 2010, com Ariquemes participando com 74,7% desse total. Quase todos os municípios tiveram crescimento no número de empregos entre 2010 e 2018, com exceção de Machadinho D'Oeste, que teve uma grande redução no emprego formal, passando a ter em 2018 26,5% do que havia em 2010.

Em todas as unidades territoriais cresceu a participação dos empregos formais nas atividades primárias, destacando-se aqui Machadinho D'Oeste, que passou a ter nesse setor 40,5% do total de empregos no município.

O setor secundário teve crescimento no número de empregos em Cujubim e Rio Crespo, mas as demais unidades territoriais tiveram decréscimo, e o setor terciário teve crescimento no número de empregos formais em quase todas as unidades territoriais, com exceção de Machadinho D'Oeste. Este município tinha em 2018 apenas 15,7% dos empregos industriais que tinha em 2010 e 16,7% dos empregos terciários.

Tabela 5.4.2.4.j
Número de empregos por grande setor - Área de Influência Indireta (AII) – 2018

Municípios e Estados	Setor Primário	%	Setor Secundário	%	Setor Terciário	%	Total
Ariquemes	1.053	5,8	3.318	18,4	13.678	75,8	18.049
Cujubim	183	5,5	410	12,4	2.712	82,1	3.305
Machadinho D'Oeste	284	40,5	87	12,4	330	47,1	701
Rio Crespo	160	11,8	271	20,0	925	68,2	1.356
Vale do Anari	50	6,8	27	3,7	660	89,6	737
Total da AII	1.730	7,2	4.113	17,0	18.305	75,8	24.148
Rondônia	13.551	3,9	50.831	14,7	280.753	81,3	345.135

Fonte: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A massa salarial total dos trabalhadores formais em 2010 na AII era de 23,5 milhões de reais, em valores correntes, como mostra a **Tabela 5.4.2.4.k** tendo Ariquemes 76,7% do total (18 milhões de reais). O município com a segunda maior participação era Machadinho D'Oeste, com 2,56 milhões de reais nesse ano (10,9% do total da AII).

Tabela 5.4.2.4.k**Massa Salarial por grande setor - Área de Influência Indireta (AII) – dez. 2010**

Municípios	Setor Primário*	%	Setor Secundário*	%	Setor Terciário*	%	Total*
Ariquemes	788.049,97	4,4	4.091.763,24	22,7	13.139.308,97	72,9	18.019.122,18
Cujubim	75.134,88	3,9	804.191,27	42,0	1.034.003,55	54,0	1.913.329,70
Machadinho D'Oeste	99.124,26	3,9	467.378,09	18,3	1.991.444,01	77,9	2.557.946,36
Rio Crespo	97.044,57	20,3	72.733,07	15,2	309.227,19	64,6	479.004,83
Vale do Anari	18.024,31	3,4	32.694,42	6,1	486.932,18	90,6	537.650,91
Total da AII	1.077.377,99	4,6	5.468.760,09	23,3	16.960.915,90	72,2	23.507.053,98
Rondônia	8.585.686,34	1,6	127.732.885,59	24,4	386.977.489,00	74,0	523.296.060,93

Nota - * - Reais em valores correntes.

Fonte: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O setor com maior participação era o terciário, variando de 54,0% em Cujubim a 90,6% em Vale do Anari. A participação do setor secundário na massa salarial variava entre 6,1% em Vale do Anari a 42,0% em Cujubim, e a do setor primário variava entre 3,4 em Vale do Anari e 4,4% em Ariquemes, com exceção de Rio Crespo, em que era de 20,3% do total nesse ano.

Em 2018, a massa salarial total dos trabalhadores formais na AII era de 46,6 milhões de reais, em valores correntes, como mostra a **Tabela 5.4.2.4.l** tendo Ariquemes 76,2% do total (35,5 milhões de reais). O município com a segunda maior participação era Cujubim, com 5,9 milhões de reais nesse ano (12,6% do total da AII).

Como se pode observar, Machadinho D'Oeste teve uma enorme perda de massa salarial nesse período, tendo em 2018 apenas 31,4% do que tinha em 2010, em valores corrigidos pelo IGP-M.

Tabela 5.4.2.4.l**Massa Salarial* por grande setor - Área de Influência Indireta (AII) – dez. 2018**

Municípios e Estados	Setor Primário*	%	Setor Secundário*	%	Setor Terciário*	%	Total*
Ariquemes	1.740.500	4,9	5.878.339	16,5	27.935.074	78,6	35.553.913
Cujubim	268.391	4,6	583.017	9,9	5.027.287	85,5	5.878.695
Machadinho D'Oeste	465.344	36,6	169.461	13,3	636.503	50,1	1.271.308
Rio Crespo	243.163	9,5	374.934	14,7	1.940.827	75,8	2.558.925
Vale do Anari	76.859	5,6	39.204	2,9	1.254.645	91,5	1.370.707
Total da AII	2.794.257	6,0	7.044.956	15,1	36.794.336	78,9	46.633.549
Rondônia	22.311.600	2,5	109.582.648	12,4	750.706.199	85,1	882.600.446

Nota - * - Reais em valores correntes.

Fonte: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Pode-se observar que novamente o setor com maior participação era o terciário, variando de 50,1% em Machadinho D'Oeste a 91,5% em Vale do Anari. A participação do setor secundário na massa salarial variava entre 2,9% em Vale do Anari e 16,5% em Ariquemes, e a do setor primário variava entre 4,64% em Cujubim e 9,5% em Rio Crespo, com exceção de Machadinho D'Oeste, em que era de 36,6% do total municipal nesse ano.

Agropecuária

As atividades agropecuárias têm grande importância na região, como se viu em relação ao Valor Adicionado. As informações aqui apresentadas foram obtidas a partir do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE.

A área total dos 11.296 estabelecimentos agropecuários existentes nos municípios pertencentes à AII somava 1.086.117 hectares em 2017 (**Tabela 5.4.2.4.m**).

O município com maior número de estabelecimentos agropecuários nesse ano era Machadinho D'Oeste (37,82% do total da AII), vindo depois Ariquemes (25,92%), Cujubim (16,79%) e Vale do Anari (15,11%), tendo Rio Crespo 4,36% do total.

Havia 31.809 pessoas ocupadas nesses estabelecimentos, sendo que 85,07% (27.061 pessoas) tinham laços de parentesco com o produtor.

Os estabelecimentos agropecuários da AII representavam 12,4% do total estadual, com uma área que representava 11,78% da área ocupada por essas atividades no estado. As pessoas ocupadas em atividades agropecuárias na AII representavam 17,35% da população total estadual estimada para esse ano.

Tabela 5.4.2.4.m

Número de estabelecimentos agropecuários, área ocupada e pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias nos municípios da AII – 2017

Municípios e Estado	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Pessoas)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor (Pessoas)	Participação no total do pessoal ocupado (%)	Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)	Total de estabelecimentos agropecuários	Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor (Unidades)	Participação no total de estabelecimentos agropecuários (%)
Ariquemes	7.082	6.054	85,48	334.256	2.928	2.920	99,73
Cujubim	5.678	4.732	83,34	194.385	1.897	1.896	99,95
Machadinho D'Oeste	11.820	10.518	88,98	300.762	4.272	4.270	99,95
Rio Crespo	1.685	1.107	65,70	136.003	492	492	100,00
Vale do Anari	5.544	4.650	83,87	120.711	1.707	1.707	100,00
Total da AII	31.809	27.061	85,07	1.086.117	11.296	11.285	99,90
Rondônia	270.812	215.757	79,67	9.219.883	91.438	91.337	99,89
Participação AII em RO (%)	11,7	12,5	-	11,78	12,4	12,4	-

Nota: Pessoal ocupado na data de referência (30/09/2017).

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

Os municípios de Ariquemes e Machadinho D'Oeste tinham 63,74% dos estabelecimentos agropecuários da AII, ocupando 58,47% das áreas nessa região e contando com 59,42% das pessoas ocupadas nessas atividades. Os dois municípios tinham, ainda, 61,24% do pessoal com laço de parentesco com o produtor, e 65,8% dos estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, na AII (**Tabela 5.4.2.4.n**).

Dos 11.296 estabelecimentos agropecuários da AII, 9.387 (83,1%) caracterizavam-se como agricultura familiar e 1.909 (16,9%) como agricultura não familiar.

O Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017, dispõe sobre a **Unidade Familiar de Produção Agrária**, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.

Tabela 5.4.2.4.n
Tipologia dos estabelecimentos agropecuários nos municípios da área de estudo - 2017

Municípios e Estado	Tipologia					Participantes do Pronamp ³
	Total Estab. Agropec.	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar ¹ - sim	Participação da agricultura familiar no total (%)	Agricultura familiar - não pronafiano ²	
Ariquemes	2.928	611	2.317	79,1	6	610
Cujubim	1.897	494	1.403	74,0	2	492
Machadinho D'Oeste	4.272	408	3.864	90,4	2	407
Rio Crespo	492	167	325	66,1	1	161
Vale do Anari	1.707	229	1.478	86,6	2	230
Total da AII	11.296	1.909	9.387	83,1	13	1.900
Rondônia	91.438	17.109	74.329	81,3	270	17.056
Participação AII em RO (%)	12,4	11,2	12,6	-	4,8	11,1

Notas: 1 - Agricultura familiar referente ao Decreto 9.064 de 31/05/2017 e PRONAF referente ao MCR/BACEN em 31/12/2017 (MCR - Manual de Crédito Rural); 2 - Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; 3 - Pronamp: Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural.

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário.

Segundo esse Decreto, a Unidade Familiar de Produção Agrária – UFPA é o “... conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele; ”.

Para ser considerado como de Agricultura Familiar, o estabelecimento deve cumprir os seguintes requisitos:

- Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- Auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- A gestão do estabelecimento ou do empreendimento deve ser estritamente familiar.

Como pode ser visto nessa Tabela, a maior parte dos estabelecimentos enquadrados como Agricultura Familiar estavam incluídos em algumas modalidades do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, existindo também outros Programas de apoio ao produtor, entre eles o PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, que abrangia 16,8% dos estabelecimentos da AII.

A **Tabela 5.4.2.4.o** apresenta o número de estabelecimentos agropecuários por grupos de atividades e a **Tabela 5.4.2.4.p** mostra a distribuição dos estabelecimentos por grupos de áreas, em 2017.

A **Tabela 5.4.2.4.o** permite verificar que a maioria dos estabelecimentos desenvolvia atividades da pecuária e criação de outros animais (79,92% do total), vindo depois a produção das lavouras permanentes (9,68%) e a produção das lavouras temporárias (7,00%). Os demais estabelecimentos que se dedicavam a outras atividades (horticultura e floricultura, produção de sementes e mudas certificadas, produção florestal – florestas plantadas, produção florestal – florestas nativas, pesca e aquicultura) representavam 3,39% do total de unidades agropecuárias, em 2017.

Porém, muitos destes grupos de atividades tinham participação expressiva no conjunto dos estabelecimentos no Estado. A aquicultura tinha 119 estabelecimentos, que representavam 18,4% do total em Rondônia; a produção de sementes e mudas certificadas, com apenas 04 estabelecimentos, participava com 10,5% do total estadual, e a horticultura e floricultura, com 146 estabelecimentos, tinha 11,1% do total estadual nesse ano.

Tabela 5.4.2.4.o
Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de atividades nos municípios da AII – 2017


Municípios e Estado	Total Estab. Agropec.	Produção de lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Produção de lavouras permanentes	Produção de sementes e mudas certificadas	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Ariquemes	2.928	252	80	271	1	2.268	5	0	0	51
Cujubim	1.897	218	16	163	0	1.482	2	3	0	13
Machadinho D'Oeste	4.272	199	28	450	0	3.490	12	59	1	33
Rio Crespo	492	48	14	65	2	335	0	6	0	22
Vale do Anari	1.707	74	8	145	1	1.453	0	26	0	0
Total da AII	11.296	791	146	1.094	4	9.028	19	94	1	119
Rondônia	91.438	5.329	1.319	10.993	38	72.573	89	434	17	646
Participação AII em RO (%)	12,4	14,8	11,1	10,0	10,5	12,4	21,3	21,7	5,9	18,4

IBGE. Censo Agropecuário.

Tabela 5.4.2.4.p
Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas nos municípios da AII- 2017

Municípios e Estado	Total	Até 1 hectare	De 1 a 5 hectares	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1.000 ha	De 1.000 há e mais	Produtor sem área
Ariquemes	2.928	65	293	218	407	660	509	417	235	66	57	1
Cujubim	1.897	4	140	99	179	549	524	250	109	28	15	-
Machadinho D'Oeste	4.272	1	250	180	346	2.131	842	273	142	36	27	44
Rio Crespo	492	3	66	33	36	95	61	87	64	20	27	-
Vale do Anari	1.707	11	95	83	107	587	546	171	78	16	8	5
Total AII	11.296	84	844	613	1.075	4.022	2.482	1.198	628	166	134	50
Rondônia	91.438	1.437	10.786	6.944	11.760	24.410	18.411	9.897	4.798	1.499	1.190	306
Participação AII em RO (%)	12,35	5,85	7,82	8,83	9,14	16,48	13,48	12,10	13,09	11,07	11,26	16,34

IBGE. Censo Agropecuário.

 Três grupos mais numerosos.

Os estabelecimentos com pecuária, na AII, participavam com 12,4%, as lavouras permanentes com 10,0%, e as lavouras temporárias com 14,8% dos totais estaduais em 2017. Mas os estabelecimentos com produção florestal plantada e nativa representavam 21,3% e 21,7% do total estadual nesse ano, respectivamente. Outro destaque é o dos estabelecimentos com aquicultura que, embora fossem apenas 119 unidades, representavam 18,4% do total estadual.

A **Tabela 5.4.2.4.p** mostra que o grupo de estabelecimentos mais numeroso na AII era o das unidades entre 20 e menos de 50ha (35,52% do total), assim como no Estado também. Na AII, outros grupos, como o de 50 a menos de 100ha (21,97% do total), o de 100 a menos de 200ha (10,61%) e o de 10 a menos de 20ha (9,52%), tinham participação bastante alta, representando 42,09% do total de estabelecimentos agropecuários nesse ano.

Os estabelecimentos até 10 hectares participavam com 13,64% do total de estabelecimentos da AII, e aqueles com mais de 500 hectares, com 3,10% do total.

Ariquemes, Cujubim e Vale do Anari apresentavam como os três grupos mais numerosos de estabelecimentos os situados entre 20 e menos de 200ha, assim como a AII. Machadinho D'Oeste tinha como os três grupos mais numerosos os situados entre 10 e menos de 100ha, e Rio Crespo tinha como grupos mais numerosos o de 20 a menos de 50ha, o de 100 a menos de 200ha e o de 01 a menos de 05ha.

Complementando a apresentação da estrutura fundiária da região formada pela AII, a **Tabela 5.4.2.4.q** mostra que na área de estudo predominam as propriedades próprias, que representam 90,3% do total dos estabelecimentos agropecuários, variando de 92,3% em Rio Crespo a 97,0% em Vale do Anari, com exceção de Ariquemes, em que os proprietários eram 78,7% do total dos estabelecimentos, com 9,8% representados por concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva.

Tabela 5.4.2.4.k

Estabelecimentos por condição de propriedade, nos municípios da AII – Estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras, nos municípios da AII - 2017

Municípios e Estado	Condição do produtor em relação às terras							
	Total	Proprietário (a)	Concessionário(a) ou assentado (a) aguardando titulação definitiva	Arrendatário (a)	Parceiro (a)	Comandatário (a)	Ocupante	Produtor sem área
Ariquemes	2.928	2.303	287	66	16	151	104	1
Cujubim	1.897	1.827	4	37	11	15	3	-
Machadinho D'Oeste	4.272	3.965	12	17	3	41	190	44
Rio Crespo	492	454	1	17	-	15	5	-
Vale do Anari	1.707	1.656	11	13	5	9	8	5
Total da AII	11.296	10.205	315	150	35	231	310	50
Rondônia	91.438	83.515	1.282	1.270	775	2.951	1.339	306
Participação AII em RO (%)	12,4	12,2	24,6	11,8	4,5	7,8	23,2	16,3

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

Na AII, os proprietários representavam 90,3% do total de estabelecimentos, os concessionários e assentados aguardando titulação definitiva 2,8%, os arrendatários 1,3%, os parceiros 0,3%, os comandatários 2,0%, os ocupantes 2,7% e os produtores sem área 0,4% (que estavam, na sua maioria, em Machadinho D'Oeste).

A **Tabela 5.4.2.4.1** apresenta a quantidade produzida e a área colhida nas lavouras temporárias na AII e Rondônia, em 2017. Nesse ano havia 30.873 hectares de área colhida nas principais lavouras temporárias na AII, representando 7% do total estadual.

Os principais produtos das lavouras temporárias na AII em 2017 foram a soja em grão (61.005 toneladas), o arroz em casca (16.432 toneladas), o abacaxi (3.945.000 frutos) e a mandioca (3.402 toneladas). Outros produtos são a cana-de-açúcar (1.010 toneladas), a melancia (815 toneladas) e a abóbora (119 toneladas), além de amendoim em casca e feijão fradinho, em menores quantidades.

A AII apresenta como destaques: 43,65% da produção estadual de abacaxi estavam na AII em 2017, assim como 19,57% do arroz em casca e 14,61% da melancia.

As principais áreas colhidas nas lavouras temporárias na AII em 2017 foram a soja em grão (19.424 hectares), o arroz em casca (4.888 hectares) e o milho em grão (4.518 hectares).

A área colhida de abacaxi representava, nesse ano, 24,58% da área total dessa produção em Rondônia, a área do arroz em casca, 17,31% da área estadual, a da melancia, 16,39%, a do amendoim em casca, 13,45%, e a da mandioca, 13,42%.

Tabela 5.4.2.4.m
Lavouras temporárias – quantidade produzida e área colhida nos municípios da AII - 2017

Municípios e Estado	(Mil frutos)	(Toneladas)									Grupos com menos de 29 estabelecimentos ¹	Produção total em toneladas
	Abacaxi	Abóbora, moranga, jerimum	Amendoim em casca	Arroz em casca	Cana-de-açúcar	Feijão fradinho em grão	Mandioca (aipim, macaxeira)	Melancia	Milho em grão	Soja em grão		
Ariquemes	179	41	12	594	952	18	843	232	3.440	9.553	200	15.885
Cujubim	2.955	8	X	10.143	9	X	930	188	354	24.230	x	35.862
Machadinho D'Oeste	136	22	2	417	39	X	1.124	266	2.227	13.002	1.875	18.974
Rio Crespo	659	X	0	4.467	3	0	172	26	7.240	14.220	x	26.128
Vale do Anari	16	48	1	811	7	X	333	103	598	X	36	1.937
Total AII	3.945	119	15	16.432	1.010	18	3.402	815	13.859	61.005	2.111	102.731
Rondônia	9.038	2.049	145	83.953	83.689	224	33.575	5.580	647.413	800.293	148.464	1.814.423
Participação AII em RO (%)	43,65	5,81	10,34	19,57	1,21	8,04	10,13	14,61	2,14	7,62	-	-
Municípios e Estado	Área colhida nas lavouras temporárias (Hectares)										Grupos com menos de 29 estabelecimentos	Área total colhida (hectares)
	Abacaxi	Abóbora, moranga, jerimum	Amendoim em casca	Arroz em casca	Cana-de-açúcar	Feijão fradinho em grão	Mandioca (aipim, macaxeira)	Melancia	Milho em grão	Soja em grão		
Ariquemes	30	23	12	179	30	16	275	41	1.282	3.184	7	5.097
Cujubim	241	6	X	2.964	3	X	238	23	103	8.695		12.273
Machadinho D'Oeste	32	8	3	205	10	X	292	39	913	2.592	205	4.504
Rio Crespo	74	X	0	1.292	1	1	21	3	1.731	4.953		8.076
Vale do Anari	5	20	1	248	0	X	140	14	489	X	3	923
Total AII	382	57	16	4.888	44	17	966	120	4.518	19.424	215	30.873
Rondônia	1.554	569	119	28.239	2.706	356	7.200	732	148.793	242.205	8.831	441.304
Participação AII em RO (%)	24,58	10,02	13,45	17,31	1,63	4,78	13,42	16,39	3,04	8,02	2,43	7,00

Notas: ¹ - Três dos grupos de estabelecimentos por produtos tinham menos de 30 estabelecimentos, tendo sido agrupados aqui: Cana forrageira, Milho forrageiro e Outros produtos; ² - Os dados dos municípios com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X, não sendo apresentada a sua produção e nem a sua área colhida por produtos.

Fonte: Censo Agropecuário.

A quantidade produzida e a área colhida e nas principais lavouras permanentes nos municípios da AII e Rondônia estão apresentados na **Tabela 5.4.2.4.m**.

Tabela 5.4.2.4.m

Quantidade produzidas e área colhida das principais lavouras permanentes na AII - 2017

Quantidade produzida nas principais lavouras permanentes nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes

Municípios e Estado	Banana (Toneladas)	Cacau (amêndoa) (Toneladas)	Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) (Toneladas)	Guaraná (Toneladas)	Urucum (semente) (Toneladas)	Produção em toneladas nos produtos principais
Ariquemes	1.109	116	294	2	20	1.541
Cujubim	152	4	696	7	14	873
Machadinho D'Oeste	209	4	950	12	29	1.204
Rio Crespo	47	3	40	0	117	207
Vale do Anari	43	12	359	4	1	419
Total AII	1.560	139	2.339	25	181	4.244
Rondônia	15.185	1.854	34.602	57	1.480	53.178
Participação AII em RO (%)	10,27	7,50	6,76	43,86	12,23	7,98

Área total existente na data de referência nas lavouras permanentes nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes (Hectares)

Municípios e Estado	Banana	Cacau (amêndoa)	Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)	Guaraná	Urucum (semente)	Área total (há)
Ariquemes	257	657	865	36	103	1.918
Cujubim	113	44	1.110	56	96	1.419
Machadinho D'Oeste	155	60	3.833	55	89	4.192
Rio Crespo	20	12	122	9	363	526
Vale do Anari	28	57	1.260	13	5	1.363
Total AII	573	830	7.190	169	656	9.418
Rondônia	4.526	6.086	53.279	322	6.478	70.691
Participação AII em RO (%)	12,66	13,64	13,49	52,48	10,13	13,32

Fonte: Censo Agropecuário.

Além desses cinco produtos, os municípios da AII tinham mais 10, encontrados, na sua maioria, com produção revelada apenas em Ariquemes e em um ou outro dos demais municípios, embora tenha sido registrada produção nos demais municípios, no levantamento. Os demais produtos eram o açaí, a acerola, o coco-da-baía, a laranja, o limão, o maracujá, a pimenta do reino, a tangerina, a pupunha e o cupuaçu.

Conforma aponta a norma do IBGE, na ampla maioria desses produtos havia apenas um ou dois produtores em cada município, tendo sido utilizado o caractere X para evitar a sua identificação.

Os principais produtos da lavoura permanente eram o café em grão (variedade *Canephora*, 2.339 toneladas), a banana (1.560 toneladas), o urucum (181 toneladas), o cacau em amêndoa (139 toneladas) e o guaraná (25 toneladas).

. O destaque pode ser dado ao guaraná em semente, cuja produção da AII representava 43,9% da produção total do estado de Rondônia nesse ano, vindo depois o urucum (12,2% do Estado) e a banana (10,3% do Estado).

Ariquemes era o maior produtor da banana e do cacau na AII, nesse ano; Machadinho D'Oeste era o maior produtor do café (vindo depois Vale do Anari e Ariquemes) e do guaraná e Rio Crespo era o maior produtor do urucum.

A área total colhida na AII nessas principais lavouras permanentes era de 9.418 hectares, representando 13,32% da área colhida no estado, nessas culturas. O café ocupava 76,3% do total da área colhida, vindo depois o cacau (8,8%) e o urucum (7,0%).

A pecuária, que se tornou a principal atividade na região da AII, pode ser observada na **Tabela 5.4.2.4.n**, que mostra como destaques os rebanhos de bovinos (1.333.666 cabeças), de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos (366.135 cabeças), de suínos (29.856 cabeças), de equinos (11.158 cabeças), de ovinos (5.854 cabeças) e patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões (4.043 cabeças), tendo outras espécies com menor quantidade de cabeças, como caprinos, codornas, muares, bubalinos, asininos e perus.

Os maiores rebanhos de bovinos, equinos, muares, caprinos, ovinos, galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, codornas, bubalinos e asinimos estavam em Ariquemes.

Machadinho D'Oeste tinha o maior rebanho de suínos nesse ano, o segundo maior de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, e o maior de patos, gansos, marrecos, perdizes, faisões e perus.

Tabela 5.4.2.4.p
Efetivo dos rebanhos nos municípios da AII – 2017

Municípios e Estado	Número de cabeças, por espécie da pecuária										
	Total	Bovinos	Equinos	Muare	Caprinos	Ovinos	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	Codornas	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	Bubalinos, Asininos e Perus
Ariquemes	444.565	317.996	3.621	832	1.705	1.968	6.391	108.749	1.410	998	862
Cujubim	218.578	146.218	2.182	273	298	1.290	5.408	62.133	121	560	63
Machadinho D'Oeste	374.917	228.485	2.884	236	828	1.260	11.794	127.519	120	1.662	123
Rio Crespo	108.088	93.589	522	128	295	X	1.382	12.002	X	-	-
Vale do Anari	187.518	122.031	1.949	177	451	1.336	4.881	55.732	65	823	63
Total AII	1.333.666	908.319	11.158	1.646	3.577	5.854	29.856	366.135	1.716	4.043	1.111
Rondônia	16.754.015	9.827.017	127.564	17.701	23.907	74.990	284.890	6.262.208	74.035	50.736	9.665
Participação AII em RO (%)	7,96	9,24	8,75	9,30	14,96	7,81	10,48	5,85	2,32	7,97	11,50

Notas: ¹ - Três dos grupos de rebanhos tinham menores quantidades de cabeças, tendo sido agrupados aqui: bubalinos, asininos e perus; ² - Os dados dos municípios com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X (ovinos e codornas em Rio Crespo), não sendo apresentado o tamanho do seu rebanho.

Fonte: Censo Agropecuário.

O rebanho bovino da AII representava 7,96% da produção estadual em 2017; o rebanho caprino participava com 15% da produção estadual; os rebanhos de bubalinos e asininos, embora pequenos (547 cabeças e 268 cabeças, respectivamente), participavam com 15,3% e 17,4% da produção estadual.

O rebanho suíno da AII representava 10,5% do estado, os muares, 9,3%, e o rebanho bovino, 9,24% da produção estadual.

Conflitos sociais no campo

Conflitos sociais pela posse e uso da terra são muito frequentes em Rondônia, caracterizando áreas de fronteira agropecuária, ainda em processo de colonização. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em publicação de abril de 2020, referente a 2019, identificou 81 conflitos pela posse e uso da terra em Rondônia, envolvendo 7.042 famílias, além de 01 ocupação, abrangendo 12 famílias.

Alguns desses conflitos vêm sendo resolvidos ao longo dos anos, como foi o caso do assentamento na antiga Fazenda Shangrilá, situada entre Ariquemes e Jaru, imóvel de 523 hectares que estava ocupado há 15 anos por famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse assentamento, para 34 famílias, foi criado em 2009 por portaria publicada no Diário Oficial da União.

Ainda de acordo com a CPT, a AII mantém 08 conflitos, em 03 diferentes cidades, somando 546 famílias (**Tabela 5.4.2.4.o**).

Tabela 5.4.2.4.q

Conflitos sociais envolvendo posse e uso da terra nos municípios da AII - 2012

Municípios	Nome do conflito	Famílias e categoria
Ariquemes	Gl. Burareiro/Lote 160/Km-52/Faz. Normann	12 famílias (sem terra)
Ariquemes	Acamp. Canaã/Faz. Arroba/Só Cacau	200 famílias (sem terra)
Ariquemes	Acampamento Renato Nathan 2	40 famílias (sem terra)
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	67 famílias (sem terra)
Ariquemes	Faz. Cauan/Galhardi/Acamp. Raio do Sol/Linha C-19/Trav. 1 da Linha 45	40 famílias (sem terra)
Machadinho D'Oeste	Resex Aquariquara	91 famílias (extrativista)
Machadinho D'Oeste	Fazenda Jatobá	30 famílias (sem terra)
Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/C-95/Km 30/ Gl. Burareiro/Lotes 14, 15, 16/Gl. 01	66 famílias (sem terra)

Fonte: Conflitos no campo Brasil – 2012 (CPT, 2013).

Segundo o Incra (<http://www.incra.gov.br/web-incra-apresenta-21-imoveis-rurais-com-solucao-de-conflitos-agrarios>), alguns conflitos agrários têm sido resolvidos, com a desapropriação de imóveis para programas de assentamento. Segundo essa fonte, em 2013, “... cinco fazendas foram desapropriadas no período para assentar cerca de mil famílias: Maranató e Zé Bentão, em Corumbiara, Cabeceiras e Belo Horizonte, em Machadinho do Oeste, e Tupã-LJ, em Cujubim. A fazenda Jaruced, em Machadinho d'Oeste, ocupada por 60 famílias, está com a desapropriação em fase de conclusão.”

Finanças Públicas

O perfil das finanças municipais constitui uma dimensão significativa das economias locais, na medida em que mostra a estrutura de receitas e despesas no município analisado e o grau de importância dos diferentes componentes, tanto das receitas quanto das despesas, completando a avaliação da dinâmica econômica dos municípios da AII.

A estrutura das receitas possibilita visualizar a situação (e dependência) dos municípios quanto às transferências federais e/ou estaduais ou, por outro lado, a geração de receitas próprias, providas de atividades econômicas e/ou da ocupação do solo urbano, bem como da sua eficiência fiscal. O perfil das despesas mostra o grau de comprometimento da administração quanto às principais categorias de despesas.

A análise foi realizada com base nos dados obtidos na base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (Balanço Orçamentário Resumido, em Finbra – Finanças do Brasil), procurando apontar os aspectos mais significativos das finanças municipais em 2017, apresentados na **Tabela 5.4.2.5.r**. Foram selecionados alguns itens considerados mais expressivos, tanto das receitas como das despesas municipais.

As informações sobre as receitas e despesas municipais foram retiradas do sítio eletrônico www.comparabrasil.com, da Frente Nacional de Prefeitos, cuja fonte é a Secretaria do Tesouro Nacional (STN – SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro). 2010,

O montante global, obtido na Secretaria do Tesouro Nacional, das receitas totais geradas na AII em 2017 foi de 408,23 milhões de reais (em valores correntes). O município com maior receita orçamentária foi Ariquemes (235,25 milhões de reais), representando 57,6% do total da AII.

A receita total é composta por receitas correntes (que incluem as receitas próprias e as receitas por transferência) e receitas de capital. As receitas obtidas por transferências constitucionais, por sua vez, são compostas pelas transferências federais e transferências estaduais, na sua maior parte.

A participação das receitas correntes nas Receitas Totais variou, nesse ano, entre 88,2% (Machadinho D'Oeste) e 98,8% (Rio Crespo), estando, na maioria dos municípios, entre 88% e 93%. (**Tabela 5.4.2.4.r**).

Tabela 5.4.2.4.r
Receitas e Despesas Municipais (valores correntes) nos municípios da AII – 2017

Receitas e Despesas Municipais	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari
Receitas Municipais					
Rec Total	235.252.823,37	47.645.826,35	79.952.609,31	16.990.968,72	28.388.611,33
1. Rec Correntes	216.554.058,07	44.127.354,96	70.530.956,78	16.786.968,72	25.287.277,05
<i>% da Receita Total</i>	92,05	92,62	88,22	98,80	89,08
1.1 Receitas Próprias	6.555.6301,15	6.124.691,82	9.264.364,85	987.684,32	3.190.136,65
<i>% das Receitas Correntes</i>	30,27	13,88	13,14	5,88	12,62
Rec Tributária	33.134.586,03	1.075.513,55	3.703.449,56	706.201,73	825.888,26
<i>% das Receitas Correntes</i>	15,30	2,44	5,25	4,21	3,27
IPTU	5.218.023,38	135.242,34	373.162,49	55.167,49	97.108,79

Tabela 5.4.2.4.r
Receitas e Despesas Municipais (valores correntes) nos municípios da AII – 2017

Receitas e Despesas Municipais	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari
% das Receitas Correntes	2,41	0,31	0,53	0,33	0,38
ISSQN	12.757.651,56	634.959,01	2.250.731,28	160.954,14	173.938,20
% das Receitas Correntes	5,89	1,44	3,19	0,96	0,69
1.2 Transferências Correntes	150.997.756,92	38.002.663,14	61.266.591,93	15.799.284,40	22.097.140,40
% das Receitas Correntes	69,73	86,12	86,86	94,12	87,38
Transf Intergov da União	61.709.744,40	15.676.944,84	26.498.262,76	7.611.599,23	10.176.537,17
Cota FPM	28.930.304,75	10.853.840,24	16.273.296,43	5.914.380,30	7.232.576,85
% das Receitas Correntes	13,36	24,60	23,07	35,23	28,60
SUS União	22.065.232,49	2.507.317,90	6.587.200,24	1.160.246,82	1.631.185,76
% das Receitas Correntes	10,19	5,68	9,34	6,91	6,45
FNAS	1.151.411,43	220.274,54	368.427,89	147.356,62	76.283,04
% das Receitas Correntes	0,53	0,50	0,52	0,88	0,30
FNDE	4.061.158,73	744.807,47	1.433.794,42	148.400,09	445.208,48
% das Receitas Correntes	1,88	1,69	2,03	0,88	1,76
Transf Intergov Estado	43.709.279,25	8.733.070,28	12.645.128,65	5.011.675,66	4.956.932,41
Cota ICMS	33.151.424,00	7.852.864,81	11.009.814,75	4.787.946,14	4.649.683,89
% das Receitas Correntes	15,31	17,80	15,61	28,52	18,39
Out Rec Correntes	6.627.952,24	545.773,33	1.212.151,14	131.821,35	432.385,90
2. Rec de Capital	9.679.840,85	1.942.046,54	5.569.736,26	204.000,00	2.013.467,17
% da Receita Total	4,11	4,08	6,97	1,20	7,09
Rec Transf de Capital	2.173.944,32	1.942.046,54	2.871.063,15	204.000,00	2.013.467,17
Despesas Municipais					
Despesas Totais	198.489.653,48	41.801.392,32	78.566.283,37	16.264.329,55	23.851.626,31
3. Despesas Correntes	182.919.925,48	38.942.203,44	70.294.655,38	14.598.498,50	21.923.147,31
% Despesas Totais	92,16	93,16	89,47	89,76	91,91
Pessoal e Encarg Soc PES	133.010.189,95	22.478.294,24	42.516.355,01	9.838.720,78	14.880.737,94
% Despesas Totais	67,01	53,77	54,12	60,49	62,39
4. Despesas de Capital	15.569.728,00	2.859.188,88	8.271.627,99	1.665.831,05	1.928.479,00
% Despesas Totais	7,84	6,84	10,53	10,24	8,09
Investimentos	13.848.880,48	2.322.321,96	7.392.844,55	1.430.705,07	1.438.651,46
% Despesas Totais	6,98	5,56	9,41	8,80	6,03

Fonte: FINBRA. Balanço Orçamentário Resumido.

A participação das receitas próprias no total das receitas correntes em 2017 foi de 30,3% em Ariquemes, e variou de 7,1% em Rio Crespo a 13,9% em Cujubim, mostrando a dificuldade que a maioria dos municípios tem na implementação de formas para aumentar as receitas próprias.

A participação das receitas tributárias foi de 15,30% das receitas correntes em Ariquemes, variando, nos outros quatro municípios, entre 2,44% (Cujubim) e 5,25% (Machadinho D'Oeste).

Entre os itens que compõem as receitas tributárias, destacam-se o IPTU – imposto predial e territorial urbano, que mostra a participação das propriedades na geração das finanças municipais, caracterizando-se como um tributo sobre o patrimônio, e o ISSQN – imposto sobre serviços de qualquer natureza, que mostra a participação das atividades de serviços na geração das finanças municipais.

Em 2017 a participação do IPTU variou de 0,31% do total das receitas correntes em Cujubim a 2,41% em Ariquemes.

A participação do ISSQN apresentou-se um pouco maior, variando de 0,69% das receitas correntes em Vale do Anari a 5,89% em Ariquemes.

Parte significativa das receitas municipais é representada pelas transferências correntes, que expressam a dependência municipal às transferências constitucionais de outros entes de governo. Dentro da receita obtida por transferências, merecem destaque o Fundo de Participação dos Municípios – FPM (entre as transferências oriundas da União) e o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (entre as transferências oriundas do Estado).

Mas existem também outros recursos transferidos pela União aos municípios, tais como as transferências do SUS, do FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação).

A participação dos recursos transferidos pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM para os municípios da AII foi de 13,36% em Ariquemes, mas variou em 2017 entre 23,7% do total das receitas correntes em Machadinho D'Oeste e 35,23% em Rio Crespo. A participação das transferências do SUS, FNAS e FNDE somadas variou de 7,87% das receitas correntes em Cujubim a 12,60% em Ariquemes nesse ano.

A participação das transferências relativas ao ICMS no total das receitas correntes em 2010 foi um pouco maior do que a do FPM em Ariquemes (15,31%), mas inferior nos demais municípios, variando de 15,61% das receitas correntes em Machadinho D'Oeste a 28,52% em Rio Crespo.

Por fim, as outras receitas correntes tiveram uma participação que foi maior em Ariquemes (3,06% das receitas Correntes), variando de 0,79% em Rio Crespo a 1,72% em Machadinho D'Oeste.

As receitas de capital representaram uma parcela pequena na composição da receita total dos municípios da AII em 2017, variando de 1,20% em Rio Crespo a 7,09% em Vale do Anari.

A principal rubrica referente às receitas de capital nesse ano foi a de receitas de transferência de capital na maioria dos municípios.

Em Ariquemes, a principal rubrica das receitas de capital foi a das operações de crédito (7,35 milhões de reais correntes), vindo a seguir as transferências de capital, que ocorreram mediante convênios com a União e com o Estado (1,02 milhão de reais). Em Cujubim, foi também a transferência mediante convênios com a União e com o Estado (1,70 milhão de reais correntes) a que teve o maior montante de recursos.

Em Machadinho D'Oeste, a principal rubrica das receitas de capital foi a das transferências de capital, sendo a principal a de transferências da União (1,7 milhão de reais correntes), abrangendo principalmente recursos destinados a programas de educação, tendo tido também operações de crédito (2,7 milhões de reais correntes).

Em Rio Crespo, a principal rubrica das receitas de capital foi a das transferências de capital, destinada a convênios com o Estado, principalmente para o SUS. E em Vale do Anari, a principal rubrica foi também a das transferências de capital, da União.

Esse perfil é completado com o quadro das despesas municipais, apresentado também nessa tabela.

O perfil das despesas municipais permite avaliar a participação das despesas de gastos governamentais com a manutenção das atividades municipais e seus serviços (em que têm grande participação as despesas com pessoal), e as despesas relacionadas a investimentos, dividindo-se, basicamente, em despesas correntes e despesas de capital (em que estão incluídos os investimentos), aspectos incluídos na discriminação das despesas por categoria.

Pode-se, assim, comparar a condição dos municípios quanto à absorção de recursos para manutenção das funções de governo (despesas correntes), em comparação à sua capacidade de investimento (despesas de capital).

No que diz respeito às despesas totais no período analisado, pode-se verificar que nos municípios da AII as despesas correntes compuseram o conjunto de itens de maior participação, representando percentuais que variaram de 89,47% das despesas totais em Machadinho D'Oeste a 93,16% em Cujubim, em 2017.

A participação das despesas brutas com pessoal e encargos sociais nas despesas totais variou de 53,77% em Cujubim a 67,01% em Ariquemes nesse ano.

A participação das despesas de capital no total das despesas totais em 2010 variou de 6,84% em Cujubim a 10,53% em Machadinho D'Oeste, tendo Rio Crespo também apresentado uma participação mais alta (10,24%). O total das despesas de capital nos cinco municípios da AII foi de 30,29 milhões de reais em valores correntes, dos quais 87,25% (26,43 milhões de reais) foram destinados a investimentos. A participação dos investimentos nas despesas totais variou de 5,56% em Cujubim a 9,41% em Machadinho D'Oeste.

Outro aspecto importante da Lei de Responsabilidade Fiscal é o que se refere ao grau de endividamento dos municípios que, juntamente com o gasto público com pessoal, mostra a sua adequação fiscal.

Consta no quadro dos dados contábeis relativos às despesas orçamentárias dos municípios da AII, em 2017, um total de R\$ 5.661.630,28 (em valores correntes), referentes a juros e encargos da dívida e à amortização da dívida, variando entre R\$ 295.107,80 em Rio Crespo a R\$ 2.968.464,82 em Ariquemes, estando todos os municípios em processo de pagamento de empréstimos. A participação dessas despesas nas despesas totais variou entre 2,1% em Vale do Anari a 1,29% em Cujubim.

Em princípio, todos os municípios da AII estavam, em 2017, endividados, mas as obrigações relativas à dívida tinham um peso pequeno nas despesas totais.

Caracterização das comunidades ribeirinhas no rio Ji-Paraná

Na AII, o rio Ji-Paraná atravessa apenas os municípios de Vale do Anari e Machadinho D'Oeste.

Ao longo do rio existem apenas alguns poucos núcleos de moradores ribeirinhos, geralmente muito pequenos, com exceção de Tabajara, em Machadinho D'Oeste, que efetivamente constitui uma vila. As demais comunidades formam núcleos isolados, com poucas residências.

Os núcleos existentes no município de Machadinho D'Oeste são Tabajara (com a maior concentração de residentes, arruamento e ocupação distribuída em quadras), Dois de Novembro (com algumas residências ao longo da estrada entre Tabajara e Dois de Novembro), um pequeno aglomerado de residências junto ao porto da balsa (estrada RO-205) e um pequeno núcleo formado na região do lago Palometa, situado na região conhecida como “Alto do Bode”.

Cumprir observar que ao longo do rio Ji-Paraná existem outros núcleos ribeirinhos, porém situados fora dos municípios da AII. É o caso das localidades de Demarcação, Independência e Monte Sinai, situadas no município de Porto Velho, no trecho do rio Ji-Paraná a jusante da AII (baixo curso do rio Ji-Paraná).

No município de Vale do Anari, o rio Ji-Paraná constitui a divisa da Rebio Jauru (margem direita do rio), onde não há comunidades ribeirinhas. A margem esquerda é ocupada predominantemente por formações vegetais florestais e propriedades rurais.

Os levantamentos em campo permitiram caracterizar a população dos principais núcleos. Tabajara possuía, em 2014, 165 habitantes, 88 residências, 138 propriedades e 40 famílias. Dois de Novembro tinha, na mesma época, 9 casas, 7 propriedades, 5 famílias e 11 moradores. A área correspondente ao núcleo próximo ao lago Palometa possuía, na mesma época 5 propriedades, 4 residências, 4 famílias e 20 moradores. Já na área junto à balsa foram identificadas 3 propriedades, uma família e 5 moradores.

A população residente nestas áreas tem como principais atividades econômicas a pesca, o plantio de pequenas roças de mandioca, a fabricação de farinha de mandioca, a obtenção do óleo de copaíba e a coleta eventual de castanha. Estas atividades proporcionam rendimentos predominantemente situados entre 1 e 2 salários mínimos, conforme indicado na **Tabela 5.4.2.4.q**, produzida com dados obtidos no cadastramento socioeconômico da população.

Tabela 5.4.2.4.q

Renda da população de comunidades ribeirinhas da AII (em salários mínimos)

Renda mensal	Vila Tabajara	Porto Dois de Novembro	Lago Palometa	Núcleo Balsa
Até um salário mínimo	34	1	3	0
Mais de um a dois salários mínimos	18	2	1	1
Mais de dois a três salários mínimos	6	2	0	0
Mais de três a quatro salários mínimos	0	0	0	0
Mais de quatro a cinco salários mínimos	1	0	0	0
Acima de cinco salários mínimos	1	0	0	0
Não respondeu	20	0	0	0
Não trabalham	49	6	16	4
Total	129	11	20	5

Fonte: JGP Consultoria e Participações Ltda., Cadastro Socioeconômico, maio e novembro de 2014.

Parte destes rendimentos provém da atividade pesqueira, seja através da pesca profissional ou não.

Os dados obtidos em campo no âmbito do cadastro socioeconômico indicam que mesmo nos períodos em que a pesca é proibida, para os pescadores a média de rendimentos é mantida, seja pelo desenvolvimento de outras atividades ou pelo recebimento de seguro (pescadores profissionais).

Nestas comunidades e no cadastramento da população como um todo não foram identificados “agentes sociais da atividade pesqueira”, mas foi verificado que os pescadores profissionais encontram-se associados às Colônias de Pescadores de Machadinho D’Oeste ou de Porto Velho.

Turismo e Lazer no rio Ji-Paraná

Nos municípios da AII o turismo não se configura uma atividade econômica relevante ou consolidada.

No município de Ariquemes, cujo território não é atravessado pelo rio Ji-Paraná, há apenas um “turismo local”, ligado à visitação de cachoeiras e rios locais, especialmente a partir do mês de maio, quando é possível frequentar praias fluviais. No final do mês de julho ocorre a EXPOARI no Parque de Exposições, festa de rodeio com duração de sete dias e apresentação de rodeio e shows de artistas nacionais. Este evento atrai frequentadores residentes nos municípios vizinhos.

No começo de setembro acontece o Festival da Pesca com público menor que a EXPOARI. O município ainda conta com o Museu Rondon, que mantém acervo e conta a história da cidade e o Parque Botânico de Ariquemes, com possibilidades de trilhas em uma área de 12,8 hectares.

Atividade turística relevante também não é registrada em Cujubim. O lazer da população é concentrado também em rios locais e em alguns equipamentos públicos ou privados, como praças e quadras esportivas. O município possui um Parque de Exposição (exposições rurais) e o principal evento cultural em termos de público é o Arraial “Flor da Paineira”, em junho, mês da Festa do Padroeiro e em setembro conta com a Festa do Abacaxi. O município não tem seu território atravessado pelo rio Ji-Paraná. Situação semelhante é verificada em Rio Crespo, onde não há atividades de lazer ou turismo no município ligadas ao rio Ji-Paraná. Também não há registro de pontos turísticos no município. O município possui um Estádio Municipal e um Centro Cultural de Múltiplo Uso, que servem como locais de lazer para a população e realização de eventos. Entre os eventos no municípios, destaca-se o Arraial do Povão, que acontece no início do mês de julho.

Vale do Anari têm seu território interceptado pelo rio Ji-Paraná, porém sem pontos importantes de visitação associados a cachoeiras e praias e pesca. Os principais equipamentos de lazer são as praças municipais e o parque de exposições de atividades rurais.

Em Machadinho D’Oeste, além de equipamentos urbanos, há que se ressaltar pontos de interesse para o lazer situados na área rural, nos rios Machadinho e Ji-Paraná.

No caso do rio Ji-Paraná destacam-se as cachoeiras São Vicente e Dos 27, que são áreas utilizadas pela população local, residente principalmente na área urbana de Machadinho

D'Oeste, em áreas rurais próximas e mesmo em outros municípios. Não há atualmente um intenso fluxo de turistas ou de visitantes, mas são áreas que em finais de semana chegam a receber até dezenas de pessoas.

De modo geral, nesse local, o rio Ji-Paraná recebe pessoas que vão visitar o rio, acampar e pescar. Muitos frequentam praias fluviais próximas. Pode-se afirmar que há um potencial turístico, mas sem serviços turísticos organizados que façam esse aproveitamento. Uma iniciativa foi a implantação de uma pousada destinada à pesca esportiva na margem direita do rio Ji-Paraná, em Tabajara. Entretanto o empreendimento foi desativado.

No rio Machadinho, nas proximidades da área urbana de Machadinho D'Oeste, há um “balneário”, assim chamado em função da formação de praia na seca e das cachoeiras próximas (cachoeira São José). No local são realizados eventos que atraem público significativo.

Planos e Projetos de Infraestrutura

Os Planos e projetos governamentais de infraestrutura nos municípios da AII foram levantados principalmente junto ao Ministério do Planejamento, que coordena o planejamento de obras de interesse local e regional, e também junto à Prefeitura de Machadinho D'Oeste.

Os projetos de infraestrutura incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento, coordenados pelo Ministério do Planejamento, são listados a seguir, nas **Tabelas 5.4.2.4.r e 5.4.2.4.s**.

Tabela 5.4.2.4.r

Projetos de Transporte do PAC 2 nos municípios da AII – 2013

Município beneficiado	Executor	Tipo	Data de Refer.	Investimento previsto até e pós 2010 (R\$)	Estágio
Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Cujubim, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo, Vale do Anari	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Equipamentos para recuperação de estradas vicinais-caminhões-caçambas	ago/13	11.250.000,00	Em execução
Cujubim, Machadinho D'Oeste e Vale do Anari		Equipamentos para recuperação de estradas vicinais-retroescavadeiras	ago/13	8.244.000,00	Concluído
Machadinho D'Oeste		Equipamentos para recuperação de estradas vicinais-motoniveladoras	ago/13	3.600.000,00	Em execução
Cujubim, Rio Crespo e Vale do Anari		Equipamentos para recuperação de estradas vicinais-motoniveladoras	ago/13	Valor não divulgado	Em licitação
Total dos investimentos divulgados				23.094.000,00	

Fonte: PAC 2 - Programa de Aceleração do Crescimento.

Tabela 5.4.2.4.s

Projetos ‘Água e Luz para Todos’ do PAC 2 nos municípios da AII – 2013

Município beneficiado	Executor	Tipo	Data de Refer.	Investimento previsto até e pós 2010 (R\$)	Estágio
Órgão responsável: Ministério das Cidades					
Ariquemes	Estado	Ampliação do SAA na Sede Municipal-primeira etapa	ago/13	10.031.186,61	Em obras
Órgão responsável: Fundação Nacional da Saúde					
Ariquemes	Município	Controle da qualidade da água	ago/13	Valor não divulgado	Ação preparatória
Cujubim		Abastecimento de água	ago/13	830.000,00	Em obras
Machadinho D'Oeste		Abastecimento de água	ago/13	1.391.947,39	Em obras
Machadinho D'Oeste		Abastecimento de água	ago/13	Valor não divulgado	Ação preparatória
Rio Crespo		Abastecimento de água	ago/13	360.824,81	Em obras
Vale do Anari		Abastecimento de água	ago/13	722.000,00	Em obras
Total dos investimentos divulgados				13.335.958,81	

Fonte: PAC 2, 2013.

Foram contemplados, na AII, 11 projetos nos programas de “transporte” e “água e luz para todos” do PAC 2. Dos valores que foram divulgados, o montante de investimentos de todos os projetos será de R\$36.429.958,81.

Os projetos abrangem, como se pode ver, aquisição de equipamentos para recuperação de estradas, controle da qualidade de água e abastecimento de água.

Em consulta à Prefeitura de Machadinho D'Oeste foram identificados outros projetos de interesse local, previstos para o município onde é prevista a implantação do AHE Tabajara. Destacam-se os seguintes empreendimentos:

Linha de transmissão Jaru – Vale do Anari – Machadinho D'Oeste - Cujubim

Trata-se de implantação de linha de transmissão em 138 kV interligando subestações entre Jaru e Cujubim (aproximadamente 220 km). A linha objetiva promover segurança à operação do sistema elétrico nesses municípios por meio da conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Atualmente os municípios são atendidos por sistemas isolados, com geração térmica.

Em 2014 foi realizada licitação para construção da linha, porém sem interessados. Trata-se de projeto da maior importância para o município de Machadinho D'Oeste e também para os outros municípios, pois a carência de energia elétrica e insegurança e falhas sistemáticas têm retardado o desenvolvimento econômico e investimentos privados nessas localidades.

PCH Machadinho e PCH Jaburu

De acordo com informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em seu sítio eletrônico, há duas Pequenas Centrais Hidrelétricas em eixos inventariados no rio Machadinho, afluente do Ji-Paraná, no município de Machadinho D'Oeste.

A leste da área urbana de Machadinho D'Oeste, na altura da cachoeira São José e do conhecido balneário local, encontra-se o eixo da PCH Machadinho. Trata-se de aproveitamento com potência instalada de 10,5 MW em fase de licenciamento ambiental de instalação na Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM). Atualmente, o registro ativo desse empreendimento encontra-se em nome da empresa Propower Geradora de Energia Ltda.

Já a PCH Jaburu é um aproveitamento de 14 MW de potência instalada com eixo posicionado na cachoeira Santa Maria, portanto a jusante da PCH Machadinho. Não há processo de licenciamento ambiental para este empreendimento, que é enquadrado no *status* de “eixo disponível” pela ANEEL.

Pavimentação da Rodovia RO-257

Consiste na pavimentação asfáltica e implantação de pontes e sistema de drenagem da Rodovia RO-257, de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER-RO) entre Ariquemes e o distrito 5º BEC, em Machadinho D'Oeste. A extensão total do trecho é de 72 quilômetros. Encontra-se em fase de execução.

Há, ainda, segundo informações obtidas com representantes da prefeitura de Machadinho D'Oeste, a proposta de construção de um terminal graneleiro no rio Ji-Paraná, em Dois de Novembro. Contudo, não há projeto ou qualquer definição quanto ao responsável (empreendedor) ou localização precisa desse terminal. Trata-se de uma possibilidade que vem sendo levantada pelo poder público e por empresários locais, que também pleiteiam a implantação do prolongamento da rodovia BR-080 até Ariquemes, atravessando o território de Machadinho D'Oeste. Atualmente essa rodovia tem seu traçado restrito ao estado de Goiás e ao Distrito Federal. Potencialmente, com prolongamento desta estrada pelo norte do Mato Grosso e pelo sul do estado de Rondônia, há potencial para escoar parte da safra de grãos destas regiões pelo trecho navegável do rio Ji-Paraná, conectado à hidrovia do rio Madeira.

Cumprе ressaltar o estudo “Subsídios técnicos para identificação de áreas destinadas à instalação de portos organizados ou autorização de terminais de uso privativo em apoio ao Plano Geral de Outorgas”, publicado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) em 2009, e o Plano Hidroviário Estratégico, publicado pelo Ministério dos Transportes em 2013, não indicam o rio Ji-Paraná como rio potencialmente navegável ou integrante dos sistemas hidroviários de interesse à navegação comercial.

Pela descrição ora apresentada pode-se afirmar que não há conflito entre os projetos de infraestrutura mencionados e o AHE Tabajara e não há projetos previstos para a vila Tabajara, o que subentende que não haverá impactos de outros empreendimentos sobre as comunidades atingidas pelo AHE Tabajara.

5.4.2.5

Fluxos e Caracterização de Transportes

A caracterização dos transportes e fluxos foi feita com base nas informações de serviços de transporte do MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2012) e em pesquisa de dados secundários das rotas rodoviárias e hidroviárias dos municípios, além da AHIMOC.

Transportes rodoviários

O estado de Rondônia possui em torno de 24 mil quilômetros de rodovias, porém a única grande rodovia totalmente pavimentada no trecho rondoniense é a BR-364 que vai de Mato Grosso até o Acre. Ela é a principal rodovia do estado e carrega a maior produção de grãos (sobretudo soja) de Rondônia. De rodovias federais brasileiras, há também a BR-421 que foi projetada para conectar as cidades de Ariquemes e Guajará-Mirim, a BR-425 que liga o município de Porto Velho com Nova Mamoré e Guajará-Mirim, e a BR-429 que liga vários municípios desde Presidente Médici até Costa Marques, nas margens do rio Guaporé.

Em relação à AII do empreendimento, todos os municípios possuem uma rodoviária, sendo que a de Ariquemes é a maior delas. As rodovias que passam pelos municípios da AII são a BR-364, a RO-257, a RO-421, a RO-205, a RO-257 e a RO-133. A rodoviária de Ariquemes está localizada na Avenida Capitão Sílvio e tem como sua principal empresa a Eucatur, que atua na cidade com destinos para fora do estado. Empresas que atuam com destino ao interior do estado são a Mediterrâneo e a Marlin. As empresas que atuam na própria cidade de Ariquemes são a Expresso Maia, a Gontijo e a Andorinha. As empresas de transporte rodoviário de passageiros que atuam em Machadinho D'Oeste são a Eucatur e a Expresso Marlin.

Outras empresas de ônibus que atuam no estado de Rondônia e que cobrem a região são: Águia de Ferro, Amazon Tur, Bom Futuro Transportes, Bueno Tur, Edtur Transportes Rodoviários, Futta Turismo, Gama Transporte e Turismo, Júlio Tur, Marçal Transporte e Turismo, Mazatur Turismo, Mídia Turismo, MM Transporte, Moraes Tur, Mota Turismo, MAS Transporte e Turismo, Norte Empreendimentos, Novo Estado, Ouro Verde, Paulão Tur, Pimentel Turismo, Progresso Turismo, Rambo Tur, RG Turismo, Silva Tur, Tarilândia Turismo, Tekla Viagens e Turismo, Trans Alex, Trans Brasil, Transportes Impala, Turismo Três Irmãs, Tutta Turismo e Valeriotur.

Levantamento realizados junto a diferentes empresas indica que diariamente há pelo menos 40 viagens de linhas com origem em Porto Velho e com destino aos municípios da região de Ariquemes, o que inclui Machadinho D'Oeste e demais municípios da AII. No mínimo cada veículo acomoda 35 passageiros.

Não foram obtidos dados oficiais do transporte de cargas na região e nos municípios da AII. Levantamento realizado também junto a empresas de transporte sediadas em Rondônia, especialmente em Porto Velho, também não resultou na obtenção de dados consolidados do transporte de cargas na região de interesse.

Segundo o MUNIC (IBGE,2017), Ariquemes é o único município a possuir um Fundo Municipal de Transporte e um Conselho Municipal de Transporte, que foi instituído em 2006. O município possui Plano Municipal de Transporte, enquanto os outros municípios não o possuem ainda. Ariquemes também possui ciclovias e bicicletário. Os serviços de transporte existentes são parecidos em todos os municípios. A maioria possui serviço de táxi e transporte coletivo por ônibus intermunicipal, com exceção de Rio Crespo. Machadinho D'Oeste e Vale do Anari também possuem transporte coletivo por ônibus intramunicipal. Além disso, todos, menos Rio Crespo, possuem mototáxis.

Transportes hidroviários

A Hidrovia do Rio Madeira é a principal via de transporte hidroviário na região, sendo administrada pela AHIMOC - Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental.

Segundo a AHIMOC, as principais empresas de navegação em Porto Velho são: Hermasa Nav. da Amazônia, Cargill/Bertollini, J. F. Oliveira/Monte Alegre, Amazonav, Waldomiro Lustoza e Navegação Cunha, e as principais cargas movimentadas são as de gêneros alimentícios, grãos, containers, cimento, cereais, material de construção.

Dados da AHIMOC mostram que em dezembro de 2007, a carga transportada em Porto Velho foi de 229.164.851 tku⁸, representando 70,7% da carga transportada (324.201.709 tku) na Hidrovia do Madeira nesse mês. Em 2012 a carga total transportada na Hidrovia do Madeira foi de 5.428.669.037 tku (ANTAQ, 2013).

Segundo reportagem do Governo do Estado de Rondônia de fevereiro de 2020, em 2019 o Porto Público de Porto Velho movimentou mais de 2.470 milhões de toneladas em cargas, sendo 75% de movimentação de grão do agronegócio. Em comparação a 2018, houve crescimento de 11%, e um fator importante de aumento foi a melhoria operacional de container, que dobrou a capacidade do porto de um ano para outro.

O período de águas altas começa em março e vai até maio, e o de águas baixas começa em agosto e vai até outubro.

Entre Machadinho D'Oeste e Porto Velho existe também algum transporte hidroviário local, pelo rio Ji-Paraná. São barcos de comerciantes que sobem o rio Ji-Paraná para adquirir farinha de mandioca junto aos ribeirinhos, e para levar produtos industrializados aos mesmos. Além das embarcações comerciais, uma vez por mês há um barco do Governo do Estado de Rondônia que sobe o rio Ji-Paraná até antes das cachoeiras, para transporte de passageiros, de outros produtos e de farinha de mandioca, que é produzida nos sítios ao longo do rio. O comércio é feito principalmente por troca de mercadorias (escambo). Algumas das localidades atendidas são Juruá, Demarcação, Independência e Calama.

No que se refere à operação de balsas no rio Ji-Paraná, cabe ressaltar que esse tipo de operação ocorre exclusivamente para a travessia do rio em dois pontos específicos. Um deles está localizado na chamada Linha MA28 (RO-205), a montante do reservatório do AHE Tabajara, na ligação com o norte do Mato Grosso (sentido Colniza). Não há dados disponíveis que permitam caracterizar o número de passageiros transportados ou de veículos. A outra balsa em operação efetua a travessia de veículos em propriedade privada situada na margem direita do rio Ji-Paraná e a vila Tabajara, situada na margem esquerda. Trata-se de equipamento particular de uso exclusivo de seu proprietário, que atua na exploração madeireira.

Não há fluxo de transporte de cargas por balsas no rio Ji-Paraná.

⁸ Tku – tonelada quilômetro útil.

5.4.2.6


Dinâmica Sociopolítica e InstitucionalServiços públicos de assistência social

Assim como alguns órgãos públicos atendem questões referentes às áreas de saúde e educação, existem serviços públicos de assistência social que são de grande importância nos municípios, pois se relacionam aos órgãos e fóruns municipais de apoio à organização social e prestam atendimento à população, principalmente a pessoas com maiores necessidades. Para analisar a dinâmica institucional de assistência social, foram levantados os diferentes serviços de assistência social de cada município, junto com informações básicas da participação do governo municipal nesta área. A pesquisa foi baseada nos dados do MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE,2018).

Tabela 5.4.2.6.a**Serviços públicos de assistência social nos municípios, 2018**

Indicador	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari
Funcionários ocupados na assistência social	423	44	30	44	43
Realizou curso de capacitação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tem Plano Municipal de Assistência Social	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Tem Conselho Municipal de Assistência Social	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serviço de Proteção Básica	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Sim	Não	Sim	Não	Não
Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serviço Especializado em Abordagem Social	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE. MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros.

 Não possui este indicador

Conforme a **Tabela 5.4.2.6.a** apresenta, os municípios possuem um Plano exceto Vale do Anari, ainda que todos apresentem Conselho Municipal de Assistência Social. Todos os Conselhos Municipais de Assistência Social dos cinco municípios foram criados entre 1995 e 1997 e todos afirmam ter realizado reunião nos últimos 12 meses, garantindo que estão ativos.

Em relação aos serviços públicos oferecidos de assistência social municipal, todos os cinco municípios asseguraram ter os Serviços: de Proteção Básica, de Proteção e Atendimento Integral à Família, de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço Especializado Para Pessoa com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Apenas Ariquemes, Rio Crespo e Vale do Anari possuem Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Ariquemes e Machadinho D'Oeste são os únicos municípios a terem um Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, provavelmente devido à maior quantidade de pessoas que residem em área urbana nesses municípios.

Na pesquisa, foi observado que os governos municipais desenvolvem ações de inclusão produtiva, porém cada um as faz de modo diferente. O governo municipal de Ariquemes faz inclusão produtiva por meio de associativismo e microcrédito. O governo municipal de Cujubim faz inclusão produtiva, contudo não é informado no MUNIC/2018 qual o tipo de ação é produzida. O governo municipal de Rio Crespo a faz por meio de ações de qualificação profissional e intermediação de mão de obra. Machadinho D'Oeste, o segundo maior município da AII, não tem ações ou programa de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda, assim como Vale do Anari, que faz somente ações ou projetos de inclusão produtiva rural. Estes meios de inclusão produtiva são importantes, pois favorecem a inserção de pessoas menos privilegiadas no mercado de trabalho.

Quanto aos diferentes Conselhos Municipais, todos os municípios, possuem um Conselho Tutelar, um Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e um Conselho Municipal de Direitos do Idoso. Ademais, Ariquemes, Cujubim e Rio Crespo são os únicos a terem um Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência.

Organização Social nos Municípios da AII

O levantamento a seguir foi realizado com enfoque nos agentes sociais e instituições pertencentes à sociedade civil que atuam na AII. De acordo com o IBGE (Cidades, 2016), Ariquemes possuía 187 unidades locais de entidades sem fins lucrativos, Machadinho D'Oeste possuía 87, Cujubim 47, Vale do Anari 12 e Rio Crespo 2.

As tabelas de cada município e suas instituições da sociedade civil receberam uma marcação em cinza que assinala as organizações rurais, sendo as demais organizações urbanas. As associações por município estão divididas por *associações de classe* e *associações comunitárias e/ou beneficentes*. Observa-se que em todos os municípios há associações de classe ligadas ao meio rural, sendo estas identificadas por sindicatos, produtores rurais e de pecuarista, na maior parte das vezes.

Formas associativas nas *associações de classe* aparecem de modo diversificado nestes municípios e dizem respeito às seguintes classes:

- Comercial e industrial (Ariquemes/Cujubim);
- Servidores públicos (Ariquemes/Machadinho D'Oeste);
- Professores (Ariquemes);
- Produtores rurais (Ariquemes/Cujubim/Machadinho D'Oeste/Rio Crespo/Vale do Anari);
- Contabilistas (Ariquemes);
- Criadores de pássaros (Ariquemes);
- Fruticultores (Ariquemes);
- Mototáxis (Ariquemes/Cujubim);
- Pecuaristas (Ariquemes);
- Produtores de grãos (Ariquemes);
- Produtores extrativistas (Ariquemes/Vale do Anari);
- Trabalhadores urbanos (Ariquemes);
- Trabalhadores nas indústrias de minerais (Ariquemes);
- Aposentados (Cujubim/Machadinho D'Oeste);
- Mulheres Trabalhadoras Rurais (Machadinho D'Oeste);
- Agricultores (Machadinho D'Oeste);
- Agropecuários (Machadinho D'Oeste);
- Produtores Agrícolas (Machadinho D'Oeste);
- Seringueiros (Machadinho D'Oeste/Vale do Anari);
- Empresários (Machadinho D'Oeste);
- Universitários e Técnicos (Rio Crespo).

Em relação às *associações comunitárias e/ou beneficentes*, as organizações são bastante variadas também e se dividem nas categorias:

- Moradores/amigos de bairro (Ariquemes, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo, Vale do Anari);
- Associação de cunho religioso (Ariquemes, Cujubim, Machadinho D'Oeste);
- Sociedades beneficentes (Ariquemes, Cujubim);
- Casa de Jovens e Adolescentes (Ariquemes);
- Pais e Amigos dos Excepcionais (Ariquemes, Machadinho D'Oeste, Vale do Anari);
- Pais e Professores (Ariquemes, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo, Vale do Anari);
- Associação de Mulheres (Ariquemes, Rio Crespo, Vale do Anari);
- Povo Indígena (Ariquemes);
- Deficientes Físicos (Ariquemes, Rio Crespo);
- Protetores dos Rios e do Meio Ambiente (Ariquemes);
- Sem Teto (Ariquemes);
- Associação Recreativa (Ariquemes);
- Associação de Rádio (Ariquemes, Vale do Anari);
- Desenvolvimento Cultural e Artístico (Rio Crespo);
- Associação da Melhor Idade (Rio Crespo);
- Agroecologia, Extrativismo e Agricultura Familiar (Vale do Anari);
- Formação de Atletas (Vale do Anari).

Entre as formas associativas levantadas, destaca-se o fato de que os municípios de Ariquemes e Vale do Anari são os únicos a apresentar uma organização comunitária voltada para o meio ambiente, a Associação dos Protetores dos Rios e do Meio Ambiente de Ariquemes e a Associação Bio-Diversidade de Vale do Anari. O município de Ariquemes também é o único que apresenta uma associação representativa da população indígena, neste caso Uru-Eu-Wau-Wau/jupau, que se localiza em seu entorno. Em relação à população idosa, Rio Crespo é o único município a apresentar uma Associação da Melhor Idade, localizada em zona rural. É válido destacar que em quase todos os municípios há associações de pais e professores, e de moradores/amigos de bairro.

Observa-se também, que nas *associações de classe*, Rio Crespo é o único município a ter uma associação para universitários e técnicos, o que é curioso pelo fato dele ter o menor número de habitantes dos cinco municípios.

As tabelas com as organizações, por município, da AII são apresentados a seguir.

Tabela 5.4.2.6.b
Organizações Sociais em Ariquemes – RO

Associações de classe	Endereço
Associação Comercial e Industrial de Ariquemes	Av. Jamari, s/n, Setor 02
Associação da Brigada de Preservação e Combate a Incêndios Florestais de Ariquemes	Av. JK, 1459, Setor 02
Associação de Membros do Tribunal Arbitral de Ariquemes	Av. Canaã, 2137
Associação de Produtores do Assentamento Novo Amanhecer - Apana	BR 364, Linha C-18, Gleba 02 – Km 460, PA Maria José Rique, Zona Rural
Associação de Produtores Rurais Regiane Magalhães – Aprama	BR 364, Linha R-3, PA Maria José Rique, Km 461, LT 41, GL. 05, Zona Rural
Associação dos Contabilistas de Ariquemes	Rua Quatro Nações, Setor Institucional
Associação dos Criadores de Pássaros de Rondônia	5º Rua, 2115, Setor 4, Caixa Postal-0154
Associação dos Fruticultores de Ariquemes – AFRUTAR	Rod BR 364 Km 519, Sentido Porto Velho, Zona Rural
Associação dos Funcionários das Empresas de Transporte Coletivo	Antigo Terminal Rodoviário, Box 10
Associação dos Mototaxis de Ariquemes	Av. Jamary, 3044, Setor 1
Associação dos Pecuaristas de Ariquemes	Rod BR 364, s/n km 519, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade 13 de outubro	Linha C-60, Ro-01, Comunidade 13 de outubro, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais União dos Amigos da Garapeira - Apruaga	Rod BR 364, Gleba 35, Lote 14, Zona Rural
Associação dos Produtores de Grãos da Grande Região de Ariquemes - Asgrao	Av. Capitão Silvio, Grandes Áreas
Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Renascer - APRURE	Linha C-65, Lote 10, Gleba 01, Travessão B-0, Zona Rural
Associação dos Produtores Rurais de Ariquemes	Otr Linha C 65, S/N – Lote 10, Gleba 04, Zona Rural
Associação dos Produtores Rurais do Rio São João - Asprojo	BR 364, Linha C-50, Km 30, Lote 250, Zona Rural
Associação dos Rev. de Produtores Agroquímicos do Vale do Jamari	Av. Tancredo Neves, Setor 03
Associação dos Servidores Público da Educação de Ariquemes - Aspear	Av. JK, 1479, St Institucional
Associação dos Servidores Públicos Municipais de Ariquemes – Aspma	Av. JK, Caixa Postal 088, Centro

Tabela 5.4.2.6.b
Organizações Sociais em Ariquemes – RO

Associações de classe	Endereço
Associação Mata Virgem de Produtores Extrativistas	Av. Jaru, Setor BNH
Associação Servidores da Fundação Nacional Saúde	Rua Topázio, 1420, Coqueiral
Sindicato dos Trabalhadores nas Ind Ext de Min do Município de Ariquemes	Av. Jamari, 3175, St 1
Sindicato dos Trabalhadores nas Ind Minerai Sintiema	Av. Jamary, 3175, St 1
Sindicato dos Trabalhadores Urbanos do Estado de Rondônia	Rua Canindé, 3858
Sindicato Rural de Ariquemes	Av. Jamari, 4358, St 2
Sindicatosef – Sindicato Servidores Públicos Federais em Rondônia	Rua 4 Nações 3620, St Institucional
Sindisef – Sindicato Servidores Público Federais	Rua Quatro Nações, 3620, St Institucional
Associações comunitárias / beneficentes	Endereço
Associação Anglicana Desmond Tutu	Rua Cardeal, 1124, Setor 02
Associação Beneficente Creche Madre Tereza de Caututá	Cap Sílvia, 4199, St Áreas Especiais 2
Associação Beneficente Deus Amor e Paz - Abdap	Rua José Mauro Vasconcelos, Setor 06
Associação Beneficente e Casa de Apoio Caridade e Fé	Rua Sabia, 5, Setor 02
Associação Beneficente Projeto Redano	Av. Jaru, 3070 qd 2 It 3070 bl, St 3
Associação Casa dos Jovens e Adolescentes Reviver	Av. Vimbere, 2971, Setor 04
Associação Cristã de Abrigo e Evang de Crianças e Adolescentes	Rua Canário, 987, St 2
Associação das Mulheres Unidas do Setor Dez - Asmusd	Rua Caracas, 921, Setor 10
Associação de Moradores do Bairro Amorilândia – ASMOBAM	Rua Guatemala, 837, Setor 01
Associação de Moradores do Bairro Jamari - Ambaja	Praça Princesa Izabel, 929, Jamari
Associação de Moradores do Bairro Nova União - Asbanu	Rua das Turmalinas 2648, Nova União 1
Associação de Moradores do Bairro Raio de Luz – ABRALUZ	Rua São Paulo 5873, Setor 5, Raio de Luz
Associação de Moradores do Bairro São Geraldo	Rua São Luiz, São Geraldo
Associação de Moradores do Bairro São Luiz - Ambasluz	Rua Alecrim, 3393, São Luiz
Associação de Moradores do Setor Colonial de Ariquemes - Amoseca	Rua Zelia Gatae, 3328, Setor Colonial
Associação de Moradores do Setor Onze	Rua Anizio Teixeira, Caixa Postal 019, Setor Onze
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Rua Papoulas, 2480, Setor 04
Associação de Pais e Professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ricardo Cant	Al Salvador, 2463, St 3
Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau/jupau	Br 421 Km 50 Ariquemes, S/N – Pin Jamary-Funai, Zona Rural
Associação dos Deficientes Físicos de Ariquemes	Av. Machadinho, 3530, Jardim America
Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus	Rua Eca de Queiroz, Bom Jesus
Associação dos Moradores do Bairro Parque da Gema	Av. Diamante, 2034, Parque da Gema
Associação dos Moradores do Jardim Nova República	Rua Paranavaí, 4766, St 9
Associação dos Moradores do Setor Cinco - Amosec	Rua Paraná, Setor 05
Associação dos Protetores dos Rios e do Meio Ambiente de Ariquemes - Aprima	Av. Capitao Silvio 3277, Áreas Especiais 1, Setor 1
Associação dos Sem Teto de Ariquemes	Rua Cacaulandia, 2034, Terreo Apoio Social
Associação Evangélica Beneficente Internacional Amazônia - Aebia	Rua Juriti, 1648, Setor 02
Associação Evangélica de Ariquemes - Asseva	Rua Oitava, Setor 01
Associação Evangélica de Assistência Social	Av. Candeias, 1905, Áreas Especiais

Tabela 5.4.2.6.b**Organizações Sociais em Ariquemes – RO**

Associações de classe	Endereço
Associação Projeto Roda Moinho de Ariquemes Apropa	Av. Rio Branco, 3011
Associação Rádio Comunitária Verde Amazônia FM	Av. Tancredo Neves, 3581, Qd 9, Setor 05
Associação Recreativa da Caerd de Ariquemes - Arca	Rua Caninde, St Institucional 01

Tabela 5.4.2.6.c**Organizações Sociais em Cujubim – RO**

Associação de classe	Endereço
Associação Comercial e Industrial de Cujubim	Av. Cujubim, S/N, Centro
Associação dos Aposentados de Cujubim	Rua Canário, 1608, Setor 01
Associação dos MotoTaxis de Cujubim	Av. Cujubim, 3451, Setor 03
Associação dos Pequenos Produtores	Linha Ca-22, Gleba 01, Lote 20, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade CA-24	Linha Ca-24, S/N – Comunidade Ca 24, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Sebastião – Asprucos	Br 364 Linha C-105, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha B-98-ASPRULI	Linha B-98, Gleba 01, Lote 06, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Americo Ventura	LC 105, BR 364 Km 47, Assentamento Américo Ventura, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Renascer - ASPRANAR	Linha B-110, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Dois de Julho – ASPRODOIS	Rod Br 364, Linha C-105, Km 20, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vitoria e Conquista – ASPRUVICON	Av. Canario, 1067, Centro
Associações comunitárias / beneficentes	Endereço
Associação Beneficente Anjos da Paz - ASBENAP	Rua Sabia, 1519, Setor 01
Associação Comunitária de Cujubim	Av. Cujubim, 2312, Setor 02
Associação Evangélica de Serviço Social – Aessad	Rua Assanhaco, Setor 02
Associação Novo Horizonte	Rua Rouxinol, Setor 01

Tabela 5.4.2.6.d**Organizações Sociais em Machadinho D'Oeste – RO**

Associações de classe	Endereço
Associação Comercial e Industrial de Machadinho D'Oeste	Av. Tancredo Neves, s/n, Centro
Associação das Mulheres Rurais da Linha MA 39 e MPS	Rua Linha MA 39, s/n, Lote 685, Zona Rural
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Rio Preto	LN MA 43, s/n, ESQ C LN MA 45, GL 3, Zona Rural
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Linha C 62 Km 13 5	Linha C 62, Km 13 5, Zona Rural
Associação de Pequenos Produtores Rurais São Marcos	Nucleo São Marcos, s/n, Zona Rural
Associação do Agronegócio dos Agricultores de Machadinho D'Oeste - Asagroama	Rua Santo Espírito, 3657, Centro
Associação dos Agropecuários de Machadinho D'Oeste	LH MC 03, s/n, Setor Industrial
Associação dos Aposentados Pensionistas Machadinho D'Oeste	Av. Tancredo Neves, s/n, Centro
Associação dos Pequenos Produtores da Com Terra Roxa	Rua Rodovia Ro 1 Km 57, s/n, Lote 03, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Boa	LIN RO 133, s/n, Lote 308, Gleba 04, Zona Rural

Tabela 5.4.2.6.d
Organizações Sociais em Machadinho D'Oeste – RO

Associações de classe	Endereço
Esperança	
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha MA 03	Rua Linha MA 03, Gleba 02, s/n, Lote 1065, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha MA 16 e MP S	Linha MA 16, KM 20, Gleba 01, Zona Rural
Associação dos Produtores Agrícolas Estrela Nova	LIN MA 35, s/n, Lote 646, Gleba 02, Zona Rural
Associação dos Produtores da MC 7	LIN MC 7, s/n, Km 40, Gleba 03, Zona Rural
Associação dos Seringueiros de Machadinho D'Oeste	Av. Getulio Vargas, 3729
Associação dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde de Machadinho D'Oeste	Rua Pernambuco, 4249, Centro
Associação dos Servidores Públicos Municipais de Machadinho D'Oeste	Rua Pernambuco, Lote 01, Quadra 01, Centro
Associação Empresarial de Machadinho D'Oeste	Av. Getulio Vargas, 2815, S 3, Centro
Associações comunitárias / beneficentes	Endereço
Associação de Pais e Professores	Linha 605, Travessão 50
Associação dos Moradores do Bairro Bom Futuro	Av. Getulio Vargas, s/n, Centro
Associação Evangélica de Machadinho D'Oeste	Av. Getulio Vargas, 3764, Centro, Machadinho D'oeste
Associação Pais e Amigos dos Excepcionais de Machadinho D'Oeste	Rua Paraná, 3406, Centro

Tabela 5.4.2.6.e
Organizações Sociais em Rio Crespo – RO

Associações de classe	Endereço
Associação dos Produtores Rurais da Vila Batista - Asprovib	Rod Br 364, s/n, Linha C-100, Oriente Novo
Associação dos Produtores Rurais e Pioneira - Asprup	Linha C-85, Br 364, Lt.58, Gleba 14, Km 18, s/n
Associação dos Universitários e Técnicos de Rio Crespo	Rua Governador Osvaldo Piana Filho, s/n, Centro
Associações comunitárias / beneficentes	Endereço
Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Crespo	Rua Afonso Gago, s/n, Chácara Bela Vista
Associação da Melhor Idade de Rio Crespo - Amirc	Esve Lc 95, Lt 01, Zona Rural
Associação das Mulheres de Rio Crespo - Amterc	Rua São Paulo, s/n, Centro
Associação de Pais e Professores	Rua Cerejeiras, Setor 03, Vila Baiana
Associação dos Deficientes Físicos de Rio Crespo - Asdefric	Rua 13 de fevereiro, 1641, Setor 02
Associação Nova Esperança	Lote 23 da Gleba 13-lc 95 da Br 364, s/n, Zona Rural

Tabela 5.4.2.6.f
Organizações Sociais em Vale do Anari – RO

Associações de classe	Endereço
Associação Anariense de Produtos Rurais de Ajuda Mútua - Aapran	Rua Goiânia, s/n, qd 74 It 1, Centro
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Linha MP 10	Linha MP 10, LT 756, Km 3, s/n, Zona Rural
Associação de Produtores Leste do Anari - ASPLA	Linha C-74, Km 11, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha C-66 - ASPRAU	Est Linha C-66, Km 15, s/n, Lote, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha PA-18 e Adjacência - ANEPA	Otr Linha Pa 18, Gleba 02, Pa Palma Arruda, s/n, Zona Rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento José Carlos - Apprajc	Linha C-70 – Lote 23, Km – 24, Zona Rural

Tabela 5.4.2.6.f
Organizações Sociais em Vale do Anari – RO

Associações de classe	Endereço
Associação dos Produtores Rurais da Linha C-54	Sit Linha C-54, Km 08, s/n, Zona Rural
Associação dos Produtores Rurais da Linha C-70, Vale Verde	Otr Linha C-70, Km 5, s/n, Zona Rural
Associação dos Produtores Rurais de Nova Canaã	Linha Ma 4, Zona Rural
Associação dos Seringueiros e Extrativistas de Vale do Anari – Asva	Reserva Itamarati, Térreo, Zona Rural
Associação Rural do Vale do Anari - ARVA	Av. 23 de Agosto, 5222
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vale do Anari	Av. Tancredo Neves, 3639, Centro
Associações comunitárias / beneficentes	Endereço
Associação Comunitária Radio Alternativa Vale do Anari - Ascortev	Rua Capitão Silvio de Farias, s/n, Centro
Associação das Mulheres Unidas de Vale do Anari - Amuva	Av. Tancredo Neves, s/n, Centro
Associação de Agroecologia Extrativismo e Agricultura Familiar de Rondônia – Bio-Diversidade	Sit Linha C-66, Km 17, Lote 87, Gleba 06, Pa Jatuarana, s/n, Zona Rural
Associação de Formação de Atletas Anariense	São Luiz, Centro
Associação de Moradores do Programa Morar Melhor - AMPROMM	Av. Presidente Dutra, Terreo, Setor 02
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Av. Tancredo Neves, Centro
Associação de Pais e Professores da Escola Bartolomeu Lourenço	Av. 23 de Agosto, s/n, Térreo, Centro
Associação de Pais e Professores da Escola Cristovão Colombo	Linha Ma 16, Zona Rural
Associação de Pais e Professores da Escola Darci Ribeiro	Rua Palmas, Área Urbana
Associação de Pais e Professores da Escola Jânio Quadros	Linha C-66, Km 20, Núcleo Jatuarana
Associação de Pais e Professores da Escola Joaquim Nabuco	Linha Ma-04 Esquina c/Linha Ma-10, s/n, Zona Rural
Associação de Pais e Professores da Escola Pedro Américo	Sit Linha Ma 02, Núcleo Alto Alegre, s/n, Zona Rural
Associação de Pais e Professores da Escola Ulisses Guimarães – APPUG	Sit Linha C-70, Km 20, Pa José Carlos, s/n, Zona Rural
Associação de Pais, Professores e Alunos do Projeto Educamp - Appape	Av. Tancredo Neves, 3639, Térreo, Centro
Associação de Radiodifusão Comunitária Ativa de Vale do Anari	Av. Tancredo Neves 3639, Centro
Associação Rádio Comunitária Educativa Verde Valle - FM	Rod Ro-133 Km-57, Gleba 13, Zona Rural

Potenciais conflitos sociais pelo uso da água, da terra e atividades minerais

Embora o conflito que o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB tem tido com o governo federal e com as empresas responsáveis pela construção e operação de usinas hidrelétricas não esteja presente nos municípios da AII, este é um conflito importante na região de Porto Velho.

A atuação do MAB tem sido focada nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, sobretudo na questão de impactos decorrentes dos empreendimentos na atividade de geração de energia, com destaque para a elevação do lençol freático e o deslocamento compulsório de famílias ribeirinhas.

Na página da CPT – Comissão Pastoral da Terra/RO, há uma denúncia de que a pecuária extensiva está degradando os solos e acabando com as nascentes, rios e igarapés de Rondônia. A pecuária tem sido causa direta da devastação da natureza, do desmatamento de mais de 30% do estado, e essas práticas estão prejudicando o bioma amazônico no estado.

No Brasil, em 2019, foram registradas 489 ocorrências de conflitos pela água, envolvendo 69.793 famílias. Dessas, 21 aconteceram em Rondônia, abrangendo 6.667 famílias, sendo 02 em Machadinho D'Oeste, uma relacionada a obra do PAC e outra a rompimento da barragem/mineração, somando 3.737 famílias. Vale ressaltar o significativo aumento no número de conflito nos últimos 05 anos no Brasil: se entre 2010 a 2014 o crescimento foi de 46%, entre 2015 e 2019 o crescimento chega a 362%.

Rondônia é um estado em que a colonização ainda está se desenvolvendo, apresentando numerosos conflitos sociais que têm sido, na sua ampla maioria, conflitos agrários e ocupação de terras indígenas ou de Unidades de Conservação. Dos conflitos agrários, um dos mais conhecidos é o chamado Massacre de Corumbiara.

A ocupação da Fazenda Santa Elina, nesse conflito, foi mais um dos 440 conflitos por terra que ocorreram no Brasil em 1995 e um dos 15 que aconteceram só em Rondônia naquele ano (dados da Comissão Pastoral da Terra).

A Comissão Pastoral da Terra, em publicação de 2020, identificou em 2019, 81 conflitos pela posse e uso da terra em Rondônia, envolvendo 7.042 famílias, além de 01 ocupação, abrangendo 12 famílias. Desses 81 conflitos 12 estão relacionados à luta pelo território indígena e ou quilombola. Dentro da AII existem, de acordo com a mesma publicação, 08 conflitos por terras, envolvendo 546 famílias.

Houve também muitos conflitos sociais relacionados à exploração da cassiterita em Rondônia, quando, em 1970, o Ministério das Minas e Energia proibiu a garimpagem manual da cassiterita, alegando que esse tipo de garimpagem era predatório e poderia destruir o meio ambiente e determinando que a exploração desse minério só deveria ser realizada por meio de mecanização, ou seja, através de empresas, as quais instalariam máquinas para extrair a cassiterita. Essa medida prejudicou os pequenos garimpeiros que exploravam o minério de forma rudimentar, gerando assim, um novo êxodo, grande parte do contingente migratório que havia se instalado na região amazônica a abandonou, porque tinha perdido seus meios de subsistência, voltando para suas áreas de origem ou para outras áreas com oferta de trabalho.

Conflitos sociais decorrentes de empreendimentos e grandes obras nos municípios da AII

A construção das usinas hidrelétricas (Jirau e Santo Antônio), iniciadas em 2008, no Rio Madeira, município de Porto Velho-RO, obra que integra os complexos de produção de energia elétrica, com o aproveitamento de recursos ambientais da região, trouxe também a intensificação de conflitos sociais na área relativos ao uso do território e seus recursos ambientais.

Três anos depois do início das obras em 2008, entre março e abril de 2011, ocorreram conflitos trabalhistas nas obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, constituintes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), durante a sua construção, entre os operários e os consórcios responsáveis pela sua execução. Esses conflitos ocorreram inicialmente sem a

participação dos sindicatos dos trabalhadores na organização das mobilizações e nas negociações com as empresas, o que pode ter contribuído um pouco para a eclosão de episódios de violência. De modo geral, as ações tinham como reivindicações básicas melhorias econômicas, tais como aumento de salário e do vale alimentação, protestos contra as condições de trabalho e de alojamento, e pela a diminuição dos intervalos de *baixada* (reivindicação de períodos menores de trabalho para que os trabalhadores que não moram na região pudessem visitar a família). Em 2012 e 2013 ocorreram novos episódios de greves na construção dessas usinas, tendo sido este o período de maior ocorrência de conflitos entre as construtoras e os trabalhadores, com os trabalhadores se organizando através do sindicato em 2013, com assembleias.

Em 2019, dos 21 conflitos pela água no estado de Rondônia, 19 deles ainda eram relacionados a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (PAC).

Estes conflitos não ocorreram da mesma forma em obras de empreendimentos situados na AII, que possui 2 registros de conflitos pela água na CPT (2020). As disputas estão mais relacionadas a questões judiciais entre o ministério público e os demais órgão públicos responsáveis.. Na AII não há grandes empreendimentos implantados recentemente ou em implantação. Também não há registros de empreendimentos outros que tenham resultado em conflitos sociais desta natureza.

Órgãos públicos, Legislação e Planejamento

Através de dados secundários, foi possível fazer o levantamento dos órgãos públicos de cada município para completar a análise sociopolítica e institucional da AII. Observa-se que todos os municípios possuem Secretarias principais em sua Prefeitura, como o da Saúde, Educação, Meio Ambiente, Obras e Serviços Públicos, entre outras.

Segue os quadros dos órgãos públicos, por município da AII, com seus respectivos endereços.

Tabela 5.4.2.6.g
Ariquemes – RO

Órgão Público	Endereço
Câmara Municipal de Ariquemes	Rua Cassisterita, 1369, Centro
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN	Av. Tancredo Neves, Jardim Paraná
Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	Rua Rio Madeira, 2699, Setor Institucional
Prefeitura Municipal de Ariquemes	Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional
Rondônia Secretaria de Estado da Educação	Travessa Aquariquara, 3710, Qd 6, Lt 3, St Institucional
Secretaria de Estado de Finanças	Av. Tancredo Neves, 1776, Setor Institucional
Secretaria Municipal da Educação	Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional
Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional
Secretaria Municipal de Fazenda	Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional
Secretaria Municipal de Governo	Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional
Secretaria Municipal de Obras	Av. Vimberê, 2380
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Avenida Jamari, Setor 02
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional
Secretaria Municipal de Saúde	Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito	Travessa Marte, 150, Setor das Grandes Áreas
Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Av. Vimberê, 2566, Setor 04

Tabela 5.4.2.6.h**Cujubim – RO**

Órgão Público	Endereço
Câmara Municipal de Cujubim	Av. Condor, 1233, Centro
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN	Rua Condor, 2686, Centro
Departamento Municipal de Educação Esporte e Cultura	Rua Maracanã, 2588
Prefeitura Municipal de Cujubim	Av. Condor, 2588, Centro
Secretaria de Estado de Finanças	Av. Condor, 1625, Centro
Secretaria Municipal de Ação Social	Av. Condor, 2588, Centro
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Av. Condor, 2588, Centro
Secretaria Municipal de Educação	Av. Condor, 2588, Centro
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Av. Condor, 2588, Centro
Secretaria Municipal de Planejamento	Av. Condor, 2588, Centro
Secretaria Municipal de Saúde	Av. Maracanã, s/n, Setor 1, Centro

Tabela 5.4.2.6.i**Machadinho D’oeste – RO**

Órgão Público	Endereço
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	Rua Aracajú, 2350, Centro
Câmara Municipal de Machadinho D’oeste	Av. Diomero Moraes Borba, 2420, Centro
Prefeitura Municipal de Machadinho D’oeste	Av. Castelo Branco, 3150, Centro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental	Av. Castelo Branco, 3099, Centro
Secretaria de Estado de Finanças	Av. São Paulo, 3141, Centro
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Av. Castelo Branco, 3150, Centro
Secretaria Municipal de Agricultura	Av. Costa e Silva, 2318, Centro
Secretaria Municipal de Educação	Av. Tancredo Neves, 2584, Centro
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Rodovia RO-133, 2527, Setor Industrial
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação	Av. Castelo Branco, 3150, Centro
Secretaria Municipal de Saúde	Av. Castelo Branco, 3150, Centro
Secretaria Municipal de Assistência Social	Av. Castelo Branco, 3150, Centro
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	Av. Costa e Silva, 2318, Centro

Tabela 5.4.2.6.j**Rio Crespo – RO**

Órgão Público	Endereço
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN	Av. Afonso Gago, 1156, Setor 01
Câmara Municipal de Rio Crespo	Rua Osvaldo Piana Filho, 1836, Centro
Prefeitura Municipal de Rio Crespo	Rua Ermelindo Milani, 3010, Centro
Secretaria Municipal de Ação Social	Rua Ermelindo Milani, 3010, Centro
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	Rua Ermelindo Milani, 3010, Centro
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Rua Ermelindo Milani, 3010, Centro
Secretaria Municipal de Assistência Social	Rua Governador Osvaldo Piana Filho, 1113, Centro
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer	Rua Ermelindo Milani, 1040, Centro
Secretaria Municipal de Finanças	Rua Ermelindo Milani, 3010, Centro
Secretaria Municipal de Obras	Rua Ermelindo Milani, 3010, Centro
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	Rua Ermelindo Milani, 3010, Centro

Tabela 5.4.2.6.k
Vale do Anari – RO

Órgão Público	Endereço
Departamento Estadual do Trânsito – DETRAN	Av. Ver Acir I Damasceno, 3.333, Centro
Câmara Municipal Vale do Anari	Rua Boa Vista, 2678, Centro
Prefeitura Municipal de Vale do Anari	Av. Capitão Silva de Farias, 4571, Centro
Secretaria Municipal da Educação	Rua 23 de Agosto, 3886, Centro
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Av. Capitão Silva de Farias, 4571, Centro
Secretaria Municipal de Agricultura	Av. Capitão Silva de Farias, 4571, Centro
Secretaria Municipal de Assistência Social	Av. Capitão Silva de Farias, 4571, Centro
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	Av. Capitão Silva de Farias, 4571, Centro
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Av. Capitão Silva de Farias, 4571, Centro
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Av. Capitão Silva de Farias, 4571, Centro
Secretaria Municipal de Saúde	Av. Capitão Silva de Farias, 4571, Centro

Como o empreendimento deve impactar a infraestrutura de sua área de influência, é importante conhecer a legislação e planejamento de cada município da AII. A **Tabela 5.4.2.6.l** apresenta indicadores que fazem esta caracterização municipal.

Tabela 5.4.2.6.l
Legislação e Instrumentos de Planejamento - 2018

Indicador	Ariquemes	Cujubim	Machadinho D'Oeste	Rio Crespo	Vale do Anari
Tem Plano Diretor	Sim	Não	Sim	Não	Não
Tem Estudo de Impacto de Vizinhança	Sim	Não	Sim	Não	Não
Tem Conselho Municipal de política urbana	Sim	Sim	Não	Não	Não
Área de interesse turístico	Sim	Não	Sim	Não	Não
Tem legislação específica sobre área e/ou zona de interesse social	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Tem legislação específica sobre área e/ou zona de proteção ou controle ambiental	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Tem Lei de Perímetro Urbano	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Tem Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Tem Código de Obras	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Tem Lei de Transferência do Direito de Construir	Sim	Não	Sim	Não	Não
Tem Lei de Parcelamento do Solo	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: IBGE. MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros.

 Não possui este indicador.

Percebe-se que os municípios que possuem Plano Diretor são Ariquemes e Machadinho D'Oeste, os maiores municípios da AII, com uma população superior a 30 mil habitantes cada um. Estes municípios também são os únicos a ter uma Lei de Transferência do Direito de Construir (ambas criadas em 1999), além da obrigação de elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para a emissão da certidão de conformidade da Prefeitura.

Os municípios de Ariquemes e Cujubim, assim como Machadinho D'Oeste, possuem uma legislação específica sobre área e/ou zona de proteção ou controle ambiental. Quanto à Lei de Perímetro Urbano, somente Vale do Anari não possui tal legislação.

Quanto à legislação de planejamento, Cujubim e Vale do Anari são os únicos municípios a não ter uma legislação específica sobre área e/ou zona de interesse social e Vale do Anari o único a não ter um Código de Obras. Rio Crespo é o único município da AII que não possui Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo e Lei de Parcelamento do Solo.

Cujubim é o município que mais recentemente instituiu algumas dessas leis, criando em 2011 a Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras, e a Lei de Parcelamento do Solo. Seu Conselho Municipal de política urbana também foi instituído em 2010.

Leis de Meio Ambiente do Estado de Rondônia

- Lei Nº 547/1993, dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia - SEDAR e seus instrumentos estabelecem medidas de proteção e melhoria da qualidade de meio ambiente, define a Política Estadual de Desenvolvimento Ambiental, cria o Fundo Especial de Desenvolvimento Ambiental - FEDARO e o Fundo Especial de Reposição Florestal - FEREF.
- Decreto Nº 7.903/1997, regulamenta a Lei Nº 547/1993, que dispõe sobre proteção, recuperação, controle, fiscalização e melhoria de qualidade do meio ambiente no Estado de Rondônia.
- Lei Nº 1.143/2002 regulamenta os artigos e incisos da Constituição Estadual, que dispõem sobre o uso sustentável das Florestas Estaduais e Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia, e dá outras providências.
- Lei Nº 1.869/2008, acrescenta dispositivo a respeito de “perda de mata degradada por desmatamento ilegal” ao artigo 26 da Lei nº 547/1993.
- Lei Complementar Nº 255/2002, instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, criando também o Sistema de Gerenciamento e o Fundo de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia.
- Decreto Nº 7.903/1997, regulamenta a Lei nº 547/1993, que dispõe sobre proteção, recuperação, controle, fiscalização e melhoria de qualidade do meio ambiente no Estado de Rondônia.
- Decreto Nº 7.903/97, estabelece que ficam sujeitas à aprovação da SEDAM os projetos específicos de tratamento, condicionamento, transporte e disposição final de resíduos sólidos, bem como a fiscalização de sua implantação, operação e manutenção, não havendo regulamentação complementar à legislação federal.
- Lei Nº 3.210/2013, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, a Taxa de Fiscalização Ambiental e demais taxas referentes à receita da SEDAM e estabelece outras providências.
- Lei Nº 233/2000, que define a Política de Ordenamento Territorial e as ações para a sua consolidação, objetivando o uso racional dos recursos naturais da área rural de Estado de Rondônia, segundo o Zoneamento Antrópico Ambiental, tecnicamente denominado Zoneamento Socioeconômico-Ecológico – ZSEE.

- Lei Complementar Nº 312/2005, acrescentando e revogando dispositivos à Lei Nº 233/2000.
- Lei Nº 3.686/2015, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia e dá outras providências.
- Lei Nº 4.283/2018, que revoga a Lei Nº 4.131 de setembro de 2017 e dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei Nº 3.686/2015.
- Lei Nº 262/2015, que dispõe sobre as hipóteses de redução e parcelamento de débitos decorrentes de multas por infração à legislação ambiental e dá outras providências.

Leis de Meio Ambiente dos municípios da AII

Os municípios de Ariquemes e Machadinho D'Oeste possuem legislação ambiental organizada sob a forma de Código Ambiental. Os municípios de Cujubim e Rio Crespo têm a sua legislação ambiental sob a forma de capítulo ou artigos na Lei Orgânica Municipal, e Vale do Anari não possui legislação ambiental específica. Essas informações foram obtidas na base de dados do MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE, para 2012.

O Código Ambiental de Ariquemes foi aprovado pela Lei Municipal nº 1.495, de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Código Ambiental do Município de Ariquemes e dá outras providências. O Código Ambiental de Machadinho D'Oeste foi aprovado pela Lei Municipal nº 1.088, de 1º de fevereiro de 2012.

5.4.2.7

Condições de Vida

A caracterização das condições de vida da população da AII foi realizada com base em alguns indicadores e informações relativos a educação, longevidade e emprego e renda. Além desses tópicos, foram analisados também os indicadores do IDH-M, com base no novo relatório publicado em 2013, que apresenta também a evolução dos índices de 1991 a 2010.

Educação

Os indicadores de escolaridade selecionados representam aspectos significativos na avaliação das condições locais para o desenvolvimento social e econômico. Procurou-se estabelecer um quadro geral da situação de escolaridade em 2010, como referência, mas para alguns indicadores é apresentada sua evolução desde 1991 ou 2000.

Entre os indicadores mais importantes estão a taxa de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos de idade, os níveis de escolaridade e a taxa de matrícula.

A **Tabela 5.4.2.7.a** apresenta as taxas de analfabetismo da população de 15 ou mais anos de idade em 1991, 2000 e 2010, avaliando-se a evolução ocorrida nesse período, em que se comparam os municípios da AII ao estado de Rondônia. Tal limite de idade assinala, aproximadamente, o final do ensino fundamental por um lado, e, por outro, o limiar da possível entrada da pessoa no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos de idade pode ser considerada um indicador básico do acesso da população à educação.

Essa taxa indica a proporção dos indivíduos que declararam não saber ler e escrever no total da população de 15 anos de idade ou mais, por ocasião do Censo Demográfico 2010.

Tabela 5.4.2.7.a

Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo nos municípios da AII – 1991 a 2010

Unidades territoriais	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais		
	1991	2000	2010
Ariquemes	16,10	11,45	7,90
Cujubim	27,21	18,15	11,94
Machadinho D'Oeste	20,92	17,21	11,79
Rio Crespo	25,75	15,40	13,29
Vale do Anari	30,64	19,51	15,12
Rondônia	19,59	12,44	8,73
Brasil	19,40	12,94	9,61

Fonte: PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro.

Das unidades territoriais analisadas, é Ariquemes que apresenta os níveis mais baixos de analfabetismo da sua população acima de 15 anos de idade, sendo inclusive inferior ao estado e ao país. Em 1991, 16,10% dessa faixa etária eram analfabetos nesse município, enquanto nos demais, a proporção de analfabetos era de mais de 20%. Em Rondônia, 19,59% da população acima de 15 anos eram analfabetos e no Brasil, 19,40%.

Todas as unidades evoluíram favoravelmente nesse aspecto, principalmente entre 1991 e 2000, e, em 2010, apenas 7,90% da população de Ariquemes nessa faixa etária era analfabeta. Nos demais municípios da AII, as taxas de analfabetismo nesse ano variavam entre 11,79% (Cujubim) e 15,12% (Vale do Anari). A taxa de analfabetismo de Rondônia estava em 8,73% em 2010, e a do Brasil, em 9,61%.

A **Tabela 5.4.2.7.b** mostra os níveis de escolaridade da população da AII em 2010.

Tabela 5.4.2.7.b

Níveis de escolaridade nos municípios da AII - 2010

Unidades Territoriais	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Ariquemes	74.725	40.351	12.630	16.799	4.275	671
Cujubim	12.508	8.945	1.907	1.390	184	82
Machadinho D'Oeste	25.126	17.965	3.499	2.747	667	247
Rio Crespo	2.721	1.836	374	430	65	16
Vale do Anari	7.633	5.533	1.082	773	223	22
Total AII	122.713	74.630	19.492	22.139	5.414	1.038
Rondônia	1.294.956	737.321	215.762	259.212	73.403	9.258

Fonte: Censo Demográfico.

Nos municípios da AII, a maior parte da população tinha escolaridade até o ensino fundamental incompleto (60,8%), sendo de 15,9% a porção de pessoas que tinham ensino fundamental completo e médio incompleto. Havia ainda 18,0% com ensino médio completo e superior incompleto e 4,4% com ensino superior completo.

No Estado de Rondônia, também a maior parte da população tinha escolaridade até o ensino fundamental incompleto (56,9%). As pessoas que tinham ensino fundamental completo e médio incompleto eram 16,7% do total, com ensino médio completo e superior incompleto eram 20,0% e com ensino superior completo eram 5,7%. Pode-se observar que a escolaridade no conjunto do estado (em função de incluir o município de Porto Velho, que apresenta condições sociais um pouco melhores do que o restante dos municípios) alcançava níveis um pouco superiores do que na AII em 2010.

Para calcular as taxas de matrícula foi necessário estimar a população em idade escolar em 2012 nos municípios da AII, uma vez que os dados de número de matrículas e de escolas que o IBGE fornece eram desse ano. Para isso, considerou-se que as condições sociais em 2012 permaneciam semelhantes às da década de 2000/2010, calculando-se, então, a taxa de crescimento médio anual (TGCA) nesse período e aplicando-se essas taxas à população de 2010. A **Tabela 5.4.2.7.c** mostra os resultados desses cálculos.

Tabela 5.4.2.7.c

Estimativa das Taxas de Matrícula nos municípios da AII - 2012

Grupos de Idade	Ariquemes - RO	Machadinho D'Oeste - RO	Rio Crespo - RO	Cujubim - RO	Vale do Anari - RO
0 a 5 anos	28,1	17,7	30,5	16,0	11,6
6 a 14 anos	103,7	101,1	107,6	85,0	91,9
15 a 19 anos	45,5	33,2	40,0	23,3	31,2

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Cidades.

Pode-se verificar que as taxas de matrícula no ensino fundamental (6 a 14 anos) eram superiores a 100% em Ariquemes, Machadinho D'Oeste e Rio Crespo (possivelmente porque deve ter havido um crescimento populacional desse grupo etário um pouco superior nesses municípios do que a estimativa aqui realizada), mas mostravam um ensino ainda deficitário, quanto ao acesso da população, em Vale do Anari e, principalmente, em Cujubim. O ensino fundamental tem atingido patamares de quase universalização, de modo geral, mas ainda se mostra insuficiente em algumas localidades.

Por outro lado, na educação infantil e até mesmo no ensino médio, a oferta de vagas tem sido muito insuficiente, variando, no primeiro caso, de 11,6% do grupo etário em Vale do Anari a 30,5% em Rio Crespo, e, no segundo caso, de 23,3% em Cujubim a 45,0% em Ariquemes. O destaque aqui é o município de Rio Crespo, que tinha a melhor situação na educação infantil, entre os cinco municípios, e a segunda melhor situação no ensino médio.

Longevidade

A Esperança de Vida ao Nascer é um indicador básico para aferir as condições gerais de saúde de localidades, correspondendo ao número médio de anos que se pode esperar que um recém-nascido possa viver nessa localidade, tendo em vista as possibilidades de sobrevivência aí existentes (**Tabela 5.4.2.7.d**).

Tabela 5.4.2.7.d
Esperança de vida ao nascer – 1991 a 2010

Unidades territoriais	Esperança de vida ao nascer (anos)		
	1991	2000	2010
Ariquemes	66,02	69,52	73,36
Machadinho D'Oeste	60,43	65,80	70,32
Rio Crespo	59,66	66,92	73,77
Vale do Anari	59,95	64,61	70,36
Cujubim	62,73	66,62	72,33
Rondônia	63,11	66,27	72,97
Brasil	64,73	68,61	73,94

Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Em 1991 a Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da AII variava entre 59,66 anos, em Rio Crespo, e 66,02 anos em Ariquemes. Com exceção deste município, todos os demais se situavam em posição inferior a Rondônia (63,11 anos) e ao Brasil (64,73 anos).

Todos os municípios, bem como o estado e o país, tiveram evolução positiva no período até 2010. Neste ano, os indicadores dos municípios variavam entre pouco mais de 70 anos, em Machadinho D'Oeste e Vale do Anari, a pouco mais de 73 anos, em Ariquemes e Rio Crespo, posicionando-se, estes dois últimos, acima do estado de Rondônia (72,97 anos) e próximo ao indicador do país (73,94 anos). Pode-se considerar, assim, que as condições de vida tiveram uma melhora significativa nesse período.

Emprego e rendimento

Outros dados e indicadores que caracterizam o grau de desenvolvimento socioeconômico de localidades analisadas são os que se referem aos contingentes populacionais que constituem a População Economicamente Ativa - PEA, e sua distribuição nas áreas urbanas e rurais, completando-se com a análise da proporção de pessoas ocupadas nessa data e posição na ocupação, bem como do rendimento médio mensal de homens e mulheres, nas unidades territoriais analisadas, buscando oferecer um quadro da situação vigente em 2010. Estes dados, assim como os demais dados analisados a seguir, somente poderão ser atualizados com a elaboração de um novo censo demográfico, inicialmente previsto para 2020, mas adiado para 2021 devido à pandemia da Covid-19.

A **Tabela 5.4.2.7.e** mostra a população em idade ativa (PIA, a população de 10 anos e mais), a população economicamente ativa PEA, a população ocupada - POC e a taxa de desocupação (aqui considerada como taxa de desemprego) nos municípios da AII e no estado de Rondônia.

Tabela 5.4.2.7.e
População Total, População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada (POC) - 2010

Municípios e Estado	População Total	PIA	PEA	POC	PEA - POC
	%	% Pop. Total	% Pop. Total	% PEA	%PEA ¹
Ariquemes	90.353	74.725	45.162	42.986	2.176
	100,0	82,7	50,0	95,2	4,8
Cujubim	15.854	12.508	7.527	7.062	465
	100,0	78,9	47,5	93,8	6,2
Machadinho D'Oeste	31.135	25.126	14.908	14.379	529
	100,0	80,7	47,9	96,5	3,5

Tabela 5.4.2.7.e

População Total, População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada (POC) - 2010

Municípios e Estado	População Total	PIA	PEA	POC	PEA - POC
	%	% Pop. Total	% Pop. Total	% PEA	%PEA ¹
Rio Crespo	3.316	2.721	1.360	1.262	98
	100,0	82,1	41,0	92,8	7,2
Vale do Anari	9.384	7.633	4.539	4.347	192
	100,0	81,3	48,4	95,8	4,2
Total AII	150.042	122.713	73.496	70.036	3.460
	100,0	81,8	49,0	95,3	4,7
Rondônia	1.562.409	1.294.956	774.821	732.224	42.597
	100,0	82,9	49,6	94,5	5,5

Nota ¹ – Taxa de Desocupação.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

A População Economicamente Ativa – PEA, segundo o IBGE, são as pessoas ocupadas ou desocupadas na semana do levantamento. É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

As pessoas ocupadas (População Ocupada – POC) são aquelas que exerceram algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou as pessoas que tinham trabalho remunerado (formal ou informal) do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana, por algum motivo independente da sua vontade. As pessoas desocupadas são aquelas que estavam sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período.

Em 2010, a AII contava com 150 mil pessoas residentes, sendo 81,8% (122,7 mil pessoas) com mais de 10 anos de idade. Havia 73,5 mil pessoas compondo a população economicamente ativa (49,0% da população total) e pouco mais de 70 mil pessoas ocupadas (95,3% da PEA).

O município com maior proporção de PEA era Ariquemes, onde 50,0% do total da população estavam nessa categoria. O município com menor participação da PEA no total da população era Rio Crespo (41,0% do total). A PEA nos demais municípios variava entre 47,5% e 48,4% da população total, estando quatro dos cinco municípios da AII em situação inferior ao estado de Rondônia.

As taxas de desocupação (desemprego) variavam entre 3,5% da PEA, em Machadinho D'Oeste, a 7,2% em Rio Crespo, o município com maior índice de desemprego na AII. De modo geral, havia maior proporção de população ocupada na AII do que em Rondônia, estando apenas Rio Crespo e Cujubim (com 7,2% e 6,2% da PEA, respectivamente) acima do índice estadual.

A Tabela 5.4.2.7.f mostra a distribuição urbana e rural, bem como de sexo, da população economicamente ativa, nos municípios da AII e no estado.

Tabela 5.4.2.7.f**População economicamente ativa (PEA) urbana e rural nos municípios da AID e em Rondônia - 2010**

Unidades territoriais	Total PEA	PEA Urbana			PEA Rural		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Ariquemes - RO	45.162	38.498	22.252	16.246	6.664	4.639	2.025
Machadinho D'Oeste - RO	14.908	8.119	4.779	3.339	6.789	4.795	1.995
Rio Crespo - RO	1.360	554	299	255	806	601	205
Cujubim - RO	7.527	5.457	3.441	2.016	2.070	1.459	611
Vale do Anari - RO	4.539	1.529	872	657	3.010	2.143	867
Total AII	73.496	54.157	31.643	22.513	19.339	13.637	5.703
Rondônia	774.821	581.947	333.001	248.946	192.874	130.247	62.627

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

A população economicamente ativa (PEA) urbana era de pouco menos de 54,2 mil pessoas na AII, representando 73,7% do total da PEA estadual. A PEA rural era de 19,35 mil pessoas na AII, representando 26,3% do total da PEA.

Havia 31,64 mil homens (58,4% do total da PEA urbana) nas áreas urbanas compondo a população economicamente ativa e 22,5 mil mulheres (41,6% do total da PEA). A proporção de homens economicamente ativos na área rural era maior (70,5%) do que a de mulheres (29,5%).

Entre os municípios, a maior proporção de PEA urbana estava em Ariquemes (85,2% da PEA), superior inclusive à do estado (75,1%), e a menor, em Vale do Anari (33,7% da PEA). A maior proporção de homens estava em Cujubim (63,1% da PEA urbana) e a menor em Rio Crespo (54,0% da PEA urbana).

A participação da PEA rural variava entre 14,8% (Ariquemes) e 66,3% (Vale do Anari), situando-se os demais municípios nesse intervalo. A participação dos homens na PEA rural variava entre 69,6% (Ariquemes) e 74,6% (Rio Crespo). Havia apenas 5.703 mulheres em 2010 na população economicamente ativa rural da AII.

Das 70.036 pessoas ocupadas em 2010 na AII, 59,0% eram empregados, percentual um pouco inferior ao do estado (62,7%). Na AII, a participação dos empregados variava entre 35,5% em Vale do Anari a 64,3% em Rio Crespo (**Tabela 5.4.2.7.g**).

Tabela 5.4.2.7.g**Pessoas ocupadas e categorias de ocupação nos municípios da AII e em Rondônia – 2010**

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Unidade da Federação e Municípios						
	Rondônia	Ariquemes - RO	Machadinho D'Oeste - RO	Rio Crespo - RO	Cujubim - RO	Vale do Anari - RO	AII
Total	732.224	42.986	14.379	1.262	7.062	4.347	70.036
Empregados	458.785	28.565	6.554	811	3.879	1.545	41.354
Empregados - com carteira de trabalho assinada	259.663	17.256	2.628	289	1.570	415	22.158
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	56.474	2.572	663	176	387	367	4.165
Trabalhadores formais	316.137	19.828	3.291	465	1.957	782	26.323
<i>Participação no total (%)</i>	43,2	46,1	22,9	36,8	27,7	18,0	37,6

Tabela 5.4.2.7.g

Pessoas ocupadas e categorias de ocupação nos municípios da AII e em Rondônia – 2010

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Unidade da Federação e Municípios						
	Rondônia	Ariquemes - RO	Machadinho D'Oeste - RO	Rio Crespo - RO	Cujubim - RO	Vale do Anari - RO	AII
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	142.648	8.737	3.263	346	1.923	764	15.033
<i>Participação no total (%)</i>	<i>19,5</i>	<i>20,3</i>	<i>22,7</i>	<i>27,4</i>	<i>27,2</i>	<i>17,6</i>	<i>21,5</i>
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	21.341	627	259	86	141	458	1571
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	44.800	1.201	2.405	75	565	626	4.872
Trabalhadores não remunerados e para o próprio consumo	66.141	1.828	2.664	161	706	1084	6.443
<i>Participação no total (%)</i>	<i>9,0</i>	<i>4,3</i>	<i>18,5</i>	<i>12,8</i>	<i>10,0</i>	<i>24,9</i>	<i>9,2</i>
Empregadores	11.377	953	118	7	125	78	1281
Conta própria	195.921	11.640	5.043	283	2.352	1.641	20.959
<i>Participação no total (%)</i>	<i>26,8</i>	<i>27,1</i>	<i>35,1</i>	<i>22,4</i>	<i>33,3</i>	<i>37,8</i>	<i>29,9</i>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Os trabalhadores formais (empregados com carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários) pesquisados no Censo Demográfico de 2010 representavam 37,6% das pessoas ocupadas na AII e 43,2% no estado de Rondônia, variando de 18,0% (Vale do Anari) e 22,9% (Machadinho D'Oeste), os menores percentuais encontrados, a 46,1% em Ariquemes.

Os empregados sem carteira assinada eram 21,5% das pessoas ocupadas na AII, percentual um pouco superior ao do estado (19,5%) nesse ano, variando de 17,6% (Vale do Anari) a 27,2% (Cujubim) e 27,4% (Rio Crespo).

Os trabalhadores não remunerados, em ajuda a membro da família, e os que produziam para o próprio consumo representavam nesse ano 9,2% na AII, percentual semelhante ao do estado (9,0%). A participação deste grupo no total das pessoas ocupadas variava entre 4,3% em Ariquemes e 24,9% em Vale do Anari.

Um grupo numeroso era o das pessoas que trabalhavam por conta própria, que representava 29,9% do total das pessoas ocupadas na AII, sendo de 26,8% em Rondônia. Sua participação variava entre 22,4% em Rio Crespo e 37,8% em Vale do Anari.

Pode-se supor que a mão de obra disponível na região se concentre nestas quatro categorias: empregados sem carteira assinada, trabalhadores não remunerados em ajuda a membro da família, as pessoas que produziam para o próprio consumo e pessoas que trabalhavam por conta própria, ressalvadas carências educacionais ou por outros motivos.

Entre as informações possíveis de serem analisados com dados mais atuais está o número total de trabalhadores com carteira assinada em casa. O dado é fornecido pela RAIS (Relações Anuais de Informação Social), de 2015 a 2018. Destaca-se que nos últimos 04 anos o número de empregos com carteira assinada se manteve estável na AII, 747 empregos a menos, correspondendo a 3%. Com exceção do município de Vale do Anari, o número de trabalhadores seguiu o mesmo ritmo

nos municípios e no estado de Rondônia, com queda mais acentuada entre 2015-2016, seguida de recuperação nos anos seguintes, conforme mostrado na **Tabela 5.4.2.7.h**.

Tabela 5.4.2.7.h

Pessoas com carteira assinada nos municípios da AII e em Rondônia – 2015/2018

Município	2015	2016	2017	2018
Ariquemes	18.761	17.977	18.028	18.049
Cujubim	1.867	1.367	1.446	1.356
Machadinho D' Oeste	3.038	3.084	3.238	3.305
Rio Crespo	620	584	680	701
Vale do Anari	609	626	709	737
AII	24.895	23.638	24.101	24.148
Rondônia	358.661	341.197	347.795	345.135

Fonte: RAIS 2018.

A **Tabela 5.4.2.7.i** mostra os níveis de rendimento das pessoas com 10 anos ou mais (população em idade ativa – PIA), comparando o número de salários mínimos de homens e mulheres em 2010⁹.

Tabela 5.4.2.7.i

Faixas de rendimento de homens e mulheres com mais de 10 anos de idade nos municípios da AII e em Rondônia – 2010

Unidade da Federação e Município	Total	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 salários mínimos	Sem rendimento
Homens								
Rondônia	658.556	39.413	126.551	219.700	45.722	31.168	14.069	181.932
Ariquemes - RO	37.642	1.635	6.748	14.625	2.636	1.809	726	9.462
Machadinho D'Oeste - RO	13.393	1.279	2.874	3.800	568	286	102	4.484
Rio Crespo - RO	1.440	93	278	484	43	26	13	504
Cujubim - RO	6.726	455	1.220	2.389	465	299	72	1.826
Vale do Anari - RO	4.055	464	1.038	906	162	111	36	1.338
Total da AII	63.256	3.926	12.158	22.204	3.874	2.531	949	17.614
Mulheres								
Rondônia	636.401	78.651	124.860	129.270	24.046	14.921	5.347	259.306
Ariquemes - RO	37.084	3.556	7.994	7.860	1.430	847	256	15.140
Machadinho D'Oeste - RO	11.733	2.122	2.108	1.618	327	114	49	5.395
Rio Crespo - RO	1.281	238	246	153	19	18	6	601
Cujubim - RO	5.782	973	1.052	899	143	55	42	2.618
Vale do Anari - RO	3.578	735	720	347	110	50	15	1.601
Total da AII	59.458	7.624	12.120	10.877	2.029	1.084	368	25.355

Nota – em **negrito**, unidades territoriais em que o grupo sem rendimentos era o de maior número de pessoas.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

	Maior contingente com rendimentos.
	Segundo maior contingente com rendimentos.

Até meio salário mínimo, pode-se observar que havia mais mulheres do que homens em todas as unidades territoriais analisadas. Com mais de meio a um salário mínimo os contingentes eram semelhantes. A partir de um salário mínimo, a tabela mostra sempre maiores contingentes masculinos do que femininos.

Nos municípios mais pobres (Machadinho D'Oeste, Rio Crespo, Cujubim e Vale do Anari), mesmo essa faixa de mais de meio a um salário mínimo tinha mais homens do que mulheres.

⁹ O valor do salário mínimo em 2010, por ocasião do Censo Demográfico, era de R\$ 510,00.

Os maiores contingentes de homens com rendimento em todas as unidades territoriais estavam na faixa de mais de 01 a 03 salários mínimos. Nas faixas superiores a mais de 03 salários mínimos havia apenas 11,6% do total dos homens na AII e 13,8% em Rondônia. O grupo de homens sem rendimentos superava os totais de qualquer faixa de renda em Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari, mas no caso das mulheres, o grupo sem rendimentos superava todos os outros grupos em todas as unidades territoriais.

Os maiores contingentes de mulheres com rendimentos estavam principalmente na faixa de mais de meio a um salário mínimo. Na faixa de mais de um a três salários mínimos o maior contingente estava apenas no total estadual, mostrando que a região formada pela AII tinha rendimentos mais baixos do que em Rondônia. E, em Machadinho D'Oeste e Vale do Anari, o maior contingente estava numa faixa ainda mais baixa, a com rendimentos até meio salário mínimo. Nas faixas superiores a mais de 03 salários mínimos havia apenas 5,9% do total das mulheres na AII e 7,0% em Rondônia.

O valor do rendimento nominal médio mensal dos homens de 10 anos ou mais no estado de Rondônia, em 2010, era de R\$ 1.389,17, sendo 51,3% superior ao das mulheres, que era de R\$ 918,50. A diferença entre os rendimentos de homens e mulheres em quase todos os municípios variava entre 31,6%, em Ariquemes, e 39,9% em Vale do Anari. Apenas em Cujubim os rendimentos dos homens eram superiores aos das mulheres em 51,8%.

Os rendimentos nominais médios mensais dos homens nesse ano variavam de R\$ R\$ 1.349,38 (Ariquemes) a R\$ 886,16 (Vale do Anari). Os rendimentos das mulheres variavam de R\$ R\$ 1.025,48 (Ariquemes) a R\$ 637,91 (Vale do Anari).

A **Tabela 5.4.2.7.j** mostra os níveis de escolaridade da população ocupada de 10 anos ou mais e rendimentos nominais médios mensais nos municípios da AII e no Estado de Rondônia.

Tabela 5.4.2.7.j

Rendimento nominal médio mensal da população de 10 anos ou mais e escolaridade nos municípios da AII e Estado de Rondônia - 2010

Municípios e Unidade da Federação	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Ariquemes - RO	1.294,60	913,22	1.090,09	1.266,50	3.550,13
Cujubim - RO	1.082,68	1.020,45	988,67	1.194,57	2.580,11
Machadinho D'Oeste - RO	856,67	697,35	827,96	1.118,71	1.857,82
Rio Crespo - RO	1.007,94	817,70	1.210,70	1.039,17	2.168,10
Vale do Anari - RO	885,88	759,12	907,36	842,09	2.109,17
Rondônia	1.273,90	869,42	1.002,00	1.366,09	3.366,33

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Pode-se observar que a remuneração nominal média mensal mais alta nesse ano foi a de Ariquemes em quase todos os grupos, com exceção do grupo de menor escolaridade, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Ariquemes apresentou também remuneração superior à média estadual em quase todos os grupos, com exceção do que tem ensino médio completo e superior incompleto. O município que apresentou menor remuneração nominal média mensal foi Machadinho D'Oeste, com exceção do grupo com ensino médio completo e superior

incompleto, em que a menor remuneração foi a de Vale do Anari. Os demais municípios situaram-se entre Ariquemes e Machadinho D'Oeste.

Programas Sociais de Renda

Foram levantados dados e informações, ainda, sobre alguns programas governamentais incidentes nos municípios da área de estudo, tais como o Programa Bolsa Família, o Programa Benefício de Prestação Continuada e Assistência Social (BPC) e o Programa de Renda Mensal Vitalícia (RMV), cujas principais características são apresentadas a seguir.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, focalizado em famílias pobres cadastradas em cada município do país. Resultante da unificação de diferentes programas, foi instituído por lei em 2004. O valor do benefício, reajustável por decreto, varia conforme a renda domiciliar *per capita* da família, o número e a idade dos filhos. Esta série apresenta o número de famílias beneficiadas pelo programa em dezembro de cada ano.

O Benefício de Prestação Continuada e Assistência Social (BPC) é uma transferência mensal de um salário mínimo a pessoa com deficiência ou idosa (65 anos ou mais) que tenha, em ambos os casos, renda familiar *per capita* menor que 1/4 do salário mínimo. Desde 1996, o BPC vem substituindo progressivamente a Renda Mensal Vitalícia (RMV), criada em 1974 e concedida a pessoas idosas ou inválidas que apresentassem 12 meses de contribuição previdenciária. O BPC foi previsto na Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Esta série apresenta o número de transferências do BPC somente para deficientes em dezembro de cada ano. Fonte dos dados anteriores a 2004 (sem informação municipal): Ministério da Previdência Social (MPS), base AEPS InfoLogo.

A Renda Mensal Vitalícia (RMV), criada em 1974, é a transferência mensal de um salário mínimo a pessoas carentes idosas ou inválidas com pelo menos 12 meses de contribuição previdenciária. Desde 1996, a RMV vem sendo progressivamente substituída pelo Benefício de Prestação Continuada e Assistência Social (BPC), que independe de qualquer contribuição, mas as transferências a pessoas que já eram beneficiárias antes de 1996 continuam sendo registradas como RMV. Esta série apresenta o número de transferências da RMV somente para deficientes em dezembro de cada ano. Fonte dos dados anteriores a 2009 (sem informação municipal): Ministério da Previdência Social (MPS), base AEPS InfoLogo.

A **Tabela 5.4.2.7.k** apresenta os dados referentes ao Programa Bolsa-Família, ao Benefício de Prestação Continuada e à Renda Mensal Vitalícia nos municípios da AII.

Tabela 5.4.2.7.k

Programas Sociais de Rendimento Mínimo Familiar nos municípios da AII - 2020

Municípios e Estado	Programa Bolsa Família (PBF)**	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Renda Mensal Vitalícia (RMV)	Total de beneficiários	População Total (estimativa IBGE)	% de beneficiários
		Total	Total			
Ariquemes	3.343	2.741	31	6.115	106.168	5,76
Cujubim	1.029	189	1	1.219	24.223	5,03
Machadinho D'Oeste	1.658	766	9	2.433	39.097	6,22
Rio Crespo	142	36	1	179	3.723	4,80
Vale do Anari	585	64	0	649	11.028	5,88
Total AII	6.757	3.796	42	10.595	184.239	5,75
Rondônia	71.216	44.577	352	116.145	1.757.589	6,60

Fonte: *Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

** Cadastro Único, acesso: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Último acesso em: Setembro/2020

A população total dos municípios da AII era de cerca de 184 mil pessoas. Quase todos os municípios recebiam benefícios do governo federal oriundos de três programas de transferência de renda: o Programa Bolsa Família, que tinha o maior número de beneficiários, seguido pelo programa de Benefício de Prestação Continuada e o de Renda Mensal Vitalícia.

A população beneficiada por esses programas correspondia a 5,75% da população total da AII. A participação da população beneficiada variava de 4,80% em Rio Crespo a 6,22% em Machadinho D'Oeste, seguido de 5,88% em Vale do Anari. No estado de Rondônia, a participação era de 6,60% da população total, superior a todos os municípios da AII.

Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios – IDH-M

Procurando explicitar a caracterização dos municípios da AII quanto ao seu desenvolvimento humano, é apresentada, na **Tabela 5.4.2.7.k**, a evolução dos índices dos municípios entre 1991 e 2010, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

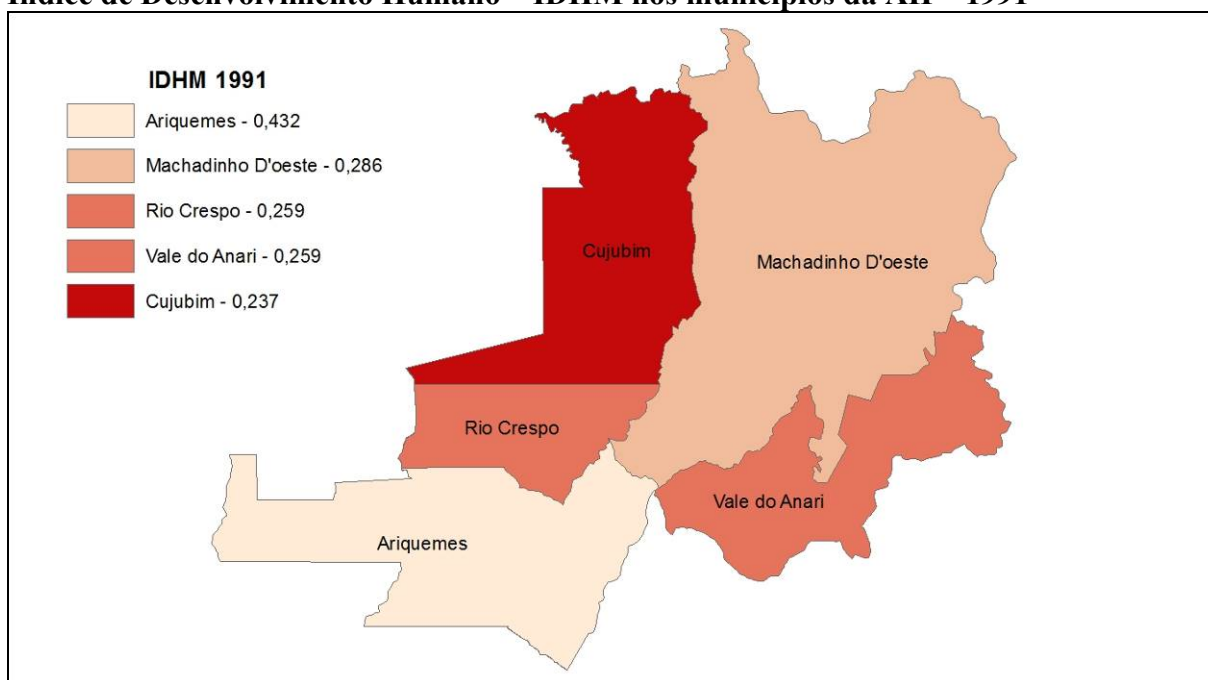
O IDHM - (elaborado pelo IPEA / Fundação João Pinheiro / PNUD, tendo como base o IDH, desenvolvido pela ONU/PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) é um indicador sintético, de utilização mundial, que permite a avaliação simultânea de algumas condições básicas de vida da população de uma dada localidade, abrangendo uma síntese dos índices de longevidade, educação e renda para caracterizar o grau de desenvolvimento humano dessa localidade.

A classificação dos níveis de desenvolvimento foi ampliada, acompanhando a metodologia adotada para o IDH em nível internacional. Agora, as unidades territoriais com índices até 0,499 são consideradas de muito baixo desenvolvimento humano; as unidades territoriais que alcançam índices entre 0,500 e 0,599 são consideradas de baixo desenvolvimento humano; as unidades territoriais que alcançam índices entre 0,600 e 0,699 são consideradas de médio desenvolvimento humano; as unidades territoriais que alcançam índices entre 0,700 e 0,799 são consideradas de alto desenvolvimento humano; e aquelas com índices superiores a 0,800, de muito alto desenvolvimento humano. As **Figuras 5.4.2.7.a, 5.4.2.7.b e 5.4.2.7.c** mostram os índices de desenvolvimento humano dos municípios da AII em 1991, 2000 e 2010.

Como mostra a **Tabela 5.4.2.7.k**, todos os municípios (ou localidades) da AII, além do Estado de Rondônia, classificavam-se como de muito baixo desenvolvimento humano em 1991. Apenas Ariquemes tinha IDH acima de 0,400 nesse ano. Em 2000, apenas Ariquemes e o estado de Rondônia tinham alcançado IDH acima de 0,500, classificando-se como de baixo desenvolvimento humano, mas os outros municípios tinham alcançado índices um pouco superiores a 0,400 (muito baixo desenvolvimento humano).

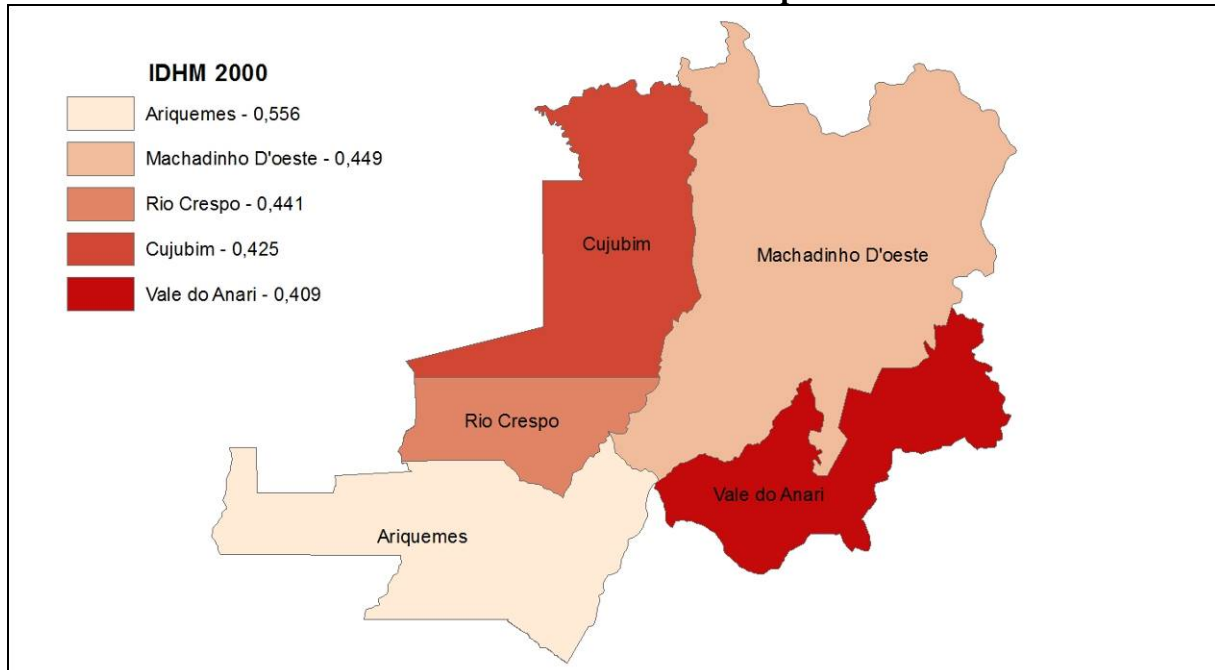
Em 2010, apenas Machadinho D'Oeste e Vale do Anari tinham ainda índices definidos como de baixo desenvolvimento humano (de 0,500 a 0,599), mas Cujubim e Rio Crespo classificavam-se já como de médio desenvolvimento humano (de 0,600 a 0,699) e Ariquemes, como de alto desenvolvimento humano (pouco acima de 0,700), superior até ao estado de Rondônia (0,690), ainda classificado como de médio desenvolvimento humano. Em 2010, o IDH do Brasil era 0,727.

Figura 5.4.2.7.a
Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM nos municípios da AII – 1991



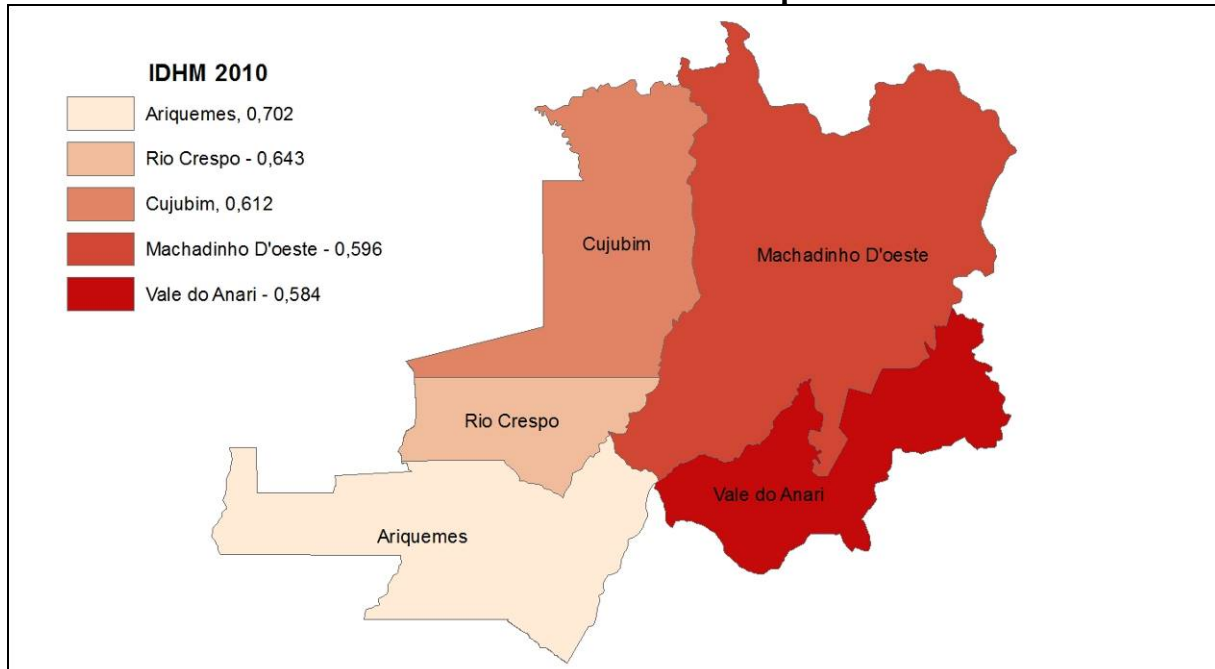
Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Figura 5.4.2.7.b
Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM nos municípios da AII – 2000



Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Figura 5.4.2.7.c
Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM nos municípios da AII – 2010



Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Tabela 5.4.2.7.k
Índices de Desenvolvimento Humano total e IDH Renda – 1991 a 2010

Unidades territoriais	IDHM			IDHM Renda		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ariquemes (RO)	0.432	0.556	0.702	0.593	0.674	0.716
Cujubim (RO)	0.237	0.425	0.612	0.425	0.628	0.663
Machadinho D'Oeste (RO)	0.286	0.449	0.596	0.533	0.592	0.629
Rio Crespo (RO)	0.259	0.441	0.643	0.461	0.544	0.637
Vale do Anari (RO)	0.216	0.409	0.584	0.412	0.644	0.626
Rondônia	0.407	0.537	0.690	0.585	0.654	0.712

Nota – há ainda um grupo classificado como de muito alto desenvolvimento humano, com índice 0,800 para mais, que não está presente em nenhum município da AAR.

Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

IDH Muito baixo – até 0,499
IDH Baixo – de 0,500 a 0,599
IDH Médio – de 0,600 a 0,699
IDH Alto – de 0,700 a 0,799

Renda

Índices inferiores ao estadual.

A **Tabela 5.4.2.7.k** mostra, também, que quase todos os municípios tinham índices referentes a renda inferiores ao estado de Rondônia, com exceção de Ariquemes. Essa situação se repetiu em 2000 e 2010 também, mostrando uma tendência de permanência.

A **Tabela 5.4.2.7.l** complementa a apresentação, ao mostrar os índices de longevidade e de educação entre 1991 e 2010.

Tabela 5.4.2.7.l
IDH Longevidade e IDH Educação – 1991 a 2010

Unidades territoriais	IDHM Longevidade			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ariquemes (RO)	0.684	0.742	0.806	0.199	0.343	0.600
Cujubim (RO)	0.629	0.694	0.789	0.050	0.176	0.439
Machadinho D'Oeste (RO)	0.591	0.680	0.755	0.074	0.225	0.446
Rio Crespo (RO)	0.578	0.699	0.813	0.065	0.225	0.513
Vale do Anari (RO)	0.042	0.161	0.421	0.583	0.660	0.756
Rondônia	0.181	0.345	0.577	0.635	0.688	0.800

Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Longevidade e Educação

Índices inferiores ao estadual.

No que diz respeito à longevidade, quase todos os municípios apresentaram índices superiores ao total estadual, em todos os anos, com exceção de Vale do Anari, como pode ser visto nessa Tabela. O município melhor colocado em 1991 foi Ariquemes, que manteve essa posição em 2000. Em 2010, o município melhor colocado foi Rio Crespo, tendo Ariquemes ficado em segundo lugar, estando os dois com mais de 0.800.

Quanto aos índices de educação, entre 1991 e 2010 todos os municípios apresentaram índices inferiores ao estado de Rondônia. O município melhor colocado em 1991 foi Vale do Anari, que manteve essa posição em 2000 e 2010 também. Em 2000, Ariquemes foi o segundo município melhor colocado, assim permanecendo também em 2010.